



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Educação

SÔNIA MARIA DA SILVA GABRIEL

**João Baptista de Mello e Souza – Trajetórias e memórias
de um professor**

CAMPINAS
2020

SÔNIA MARIA DA SILVA GABRIEL

João Baptista de Mello e Souza – Trajetórias e memórias de um professor

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Educação, na área de concentração de Educação.

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior

Este trabalho corresponde à versão final de dissertação defendida pela aluna Sônia Maria da Silva Gabriel e orientada pelo Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior.

CAMPINAS
2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

G114j Gabriel, Sônia Maria da Silva, 1971-
João Baptista de Mello e Souza : trajetórias e memórias de um professor /
Sônia Maria da Silva Gabriel. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Arnaldo Pinto Júnior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Educação.

1. História cultural. 2. Ensino de história. 3. Memória. 4. Professores. I.
Pinto Júnior, Arnaldo, 1968-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: João Baptista de Mello e Souza : trajectories and memories of a
teacher

Palavras-chave em inglês:

Cultural history

History teaching

Memory

Teachers

Área de concentração: Educação

Titulação: Mestra em Educação

Banca examinadora:

Arnaldo Pinto Júnior [Orientador]

Maria do Carmo Martins

Halferd Carlos Ribeiro Júnior

Data de defesa: 28-02-2020

Programa de Pós-Graduação: Educação

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-3930-1199>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6840361937349399>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**João Baptista de Mello e Souza – Trajetórias e memórias
de um professor**

Autora: Sônia Maria da Silva Gabriel

COMISSÃO JULGADORA:

Prof^o. Dr. Arnaldo Pinto Júnior
Prof^a. Dra. Maria do Carmo Martins
Prof^o. Dr. Halferd Carlos Ribeiro Júnior

A Ata da Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

2020

Para Carolina Frick, que me entregou seu tesouro.

Agradecimentos

Jamais cultuei a solidão, nem mesmo para o trabalho na escrita. Não acredito que frutifique o que se constrói com o cimento do “eu fiz”. Uma das grandes lições que o magistério me trouxe é que o conhecimento se realiza no coletivo, por essência. Nos caminhos desta pesquisa foram muitos os que incentivaram, dialogaram, criticaram, apoiaram e esperaram. Não posso iniciar esta lista de agradecimentos sem ser por Carolina Frick. Levará bem mais que o tempo para a realização de um Mestrado para que eu consiga entender a disponibilidade com que ela me buscou, iniciou os diálogos e abriu sua gaveta de memórias e documentos. Estas reflexões carecem de outra forma de escrita que espero ter tempo de realizar. Agradeço também aos demais membros da família Frick: Airton, Eduardo e Nelson, respectivamente esposo e filhos Carolina, por, após seu passamento, cumprirem seu desejo e me enviarem o acervo do objeto de pesquisa, inclusive me recebendo em suas casas. Certamente, foi um privilégio para esta pesquisadora.

Agradeço imensamente o apoio, incentivo e conselhos das Profas. Dras. Ana Enedi Prince, Juraci Conceição de Faria e Neide Arruda de Oliveira.

Agradeço o companheirismo e o humor dos meus colegas de pesquisa do Grupo Memória: Diogo, Marklei, Glasiely, Fernando e Taís. Peço licença a esses colegas queridos para realçar a disponibilidade e gentileza da jovem Taís, que exercita a palavra generosidade com uma delicadeza especial. A todos vocês, agradeço as leituras atentas, as sugestões, as trocas de informações e, sim, o carinho com que sempre me acolheram. Sentirei falta das boas risadas ante os momentos de preocupação típicos do comprometimento. Agradeço a acolhida especial do colega Adailton, que me apresentou o “bandejão” da UNICAMP. Sempre serão lembradas nossas caminhadas regadas à prosa mineira até o local do almoço e os pedidos de socorro desta nada especialista nas “coisas da internet” ao jovem gentil, inteligente e determinado. Agradeço à Brenda Souza por um semestre inteiro de companhia pela Rodovia D. Pedro, diminuindo, com sua companhia agradável, a distância a ser percorrida.

Em busca de outras fontes e novas possibilidades de interlocução e produção acadêmica, foram muitas as instituições consultadas, mas dado ineditismo do tema em relação ao objeto de pesquisa, poucos foram os retornos. Deixo registrado o agradecimento para aqueles que gentilmente me atenderam, como a Profa. Dra. Beatriz Boclin Marques dos

Santos, Coordenadora do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM); Aparecida Uchoas, do Instituto de Estudos Valeparaibanos (IEV); Ruth Salles e Eduardo Mello e Souza, sobrinhos de João Baptista de Mello e Souza; Dayse Conceição, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; João Baptista de Mello e Souza Neto; senhor Sílvio Nunes, ex-aluno do Colégio Mello e Souza.

Agradeço aos colegas professores da Rede de Ensino Público e dos movimentos culturais e literários no Vale do Paraíba paulista pela escuta e troca de saberes que foram tão importantes ao longo desse processo. Peço desculpas pelas ausências nas lutas constantes pelo reconhecimento e valorização de um e de outro, foi um recolhimento necessário e temporário, estejam certos.

Agradeço aos meus alunos da educação básica da Rede Pública do Estado de São Paulo, vocês foram e são mais motivação do que podem imaginar.

Agradeço às amigas Zenilda Lua e Andréa Mourão, pelas tantas (muitas mesmo!) escutas generosas. Pelos recadinhos e mensagens, encorajamentos e cafés, que ajudaram a aliviar os dias difíceis da construção deste texto.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior pelo comprometimento, atenção, inúmeros e pacientes diálogos, mas principalmente pelo respeito à diversidade de saberes, pelo respeito ao tempo particular de aprendizagem e reflexão da orientanda. Foi um privilégio e um aprendizado ímpar estar em suas aulas e orientações.

Agradeço aos meus familiares pela disposição em me acompanharem nesses anos de pesquisa: ao meu marido Paulo, pela parceria, conversas, incentivo e atitudes mais que concretas; ao meu filho André pela leitura atenta e revisionista com seus “olhos de lince”; à minha mãe Adenísia, minha tia Alverina e minha irmã Fernanda, sempre companheiras; à minha filha Bárbara pela presença reconfortante, pelos lanchinhos e beijos de incentivo.

Resumo

Esta pesquisa analisa as trajetórias e memórias de João Baptista de Mello e Souza (1888-1969), sujeito histórico que iniciou sua carreira docente nas primeiras décadas do século XX, período marcado por um ambicioso projeto político-pedagógico de reforma moral e intelectual da sociedade brasileira. O referido projeto visava, dentre outras perspectivas, à valorização da educação escolar e da cultura letrada como meios imprescindíveis para o progresso da nação. As trajetórias de Mello e Souza como escritor, jornalista e funcionário público atuante no gabinete do Ministério da Justiça e Interiores sempre foram permeadas pelo ofício de professor. Focalizando as memórias de suas relações familiares, sociais e políticas, registradas em suportes textuais e imagéticos diversos, bem como sua significativa produção jornalística e literária, buscou-se aportes teórico-metodológicos nos campos da História Cultural e da História da Educação para o tratamento das fontes e desenvolvimento de análises qualitativas. A partir das contribuições dos referenciais adotados e do acervo pessoal do sujeito em tela, composto por artigos, crônicas, fotografias, livros didáticos, teses, obras literárias e anotações, dentre outros documentos, foi possível problematizar suas atuações em distintos espaços socioculturais. As memórias produzidas pelo e/ou sobre o professor Mello e Souza correspondem ao cidadão ideal, que tanto atendia às convicções pessoais e familiares de seu núcleo parental quanto se vinculava aos projetos hegemônicos de seu tempo. Ao longo de décadas, as trajetórias selecionadas e preservadas nos registros consultados reforçam sua identidade na relação com o magistério, profissão que teria papel fundamental na construção do futuro do país.

Palavras-chave: História Cultural; Ensino de História; Memórias; Identidade Docente; Primeira República.

Abstract

This study analyzes the trajectories and memories of João Baptista de Mello e Souza (1888-1969), a person who began his teaching career in the first decades of twentieth century, a period marked by an ambitious political-pedagogical Project of moral and intellectual reform of Brazilian Society. This Project aimed, among other perspectives, to value school education and literate culture as indispensable means for the progress of the nation. The trajectories of Mello e Souza as a writer, journalist and officeholder working in the cabinet of the Ministry of Justice and Interiors were always permeated by the office of teacher. Focusing on the memories of their family, social and political relations, recorded in several textual and imagetic supports, as well as their significant journalistic and literary production, we sought theoretical and methodological contributions in the fields of Cultural History and the History of Education for the treatment of sources and development of qualitative analysis. From the contributions of the adopted references and the personal collection of the subject in question, composed of articles, chronicles, photographs, textbooks, theses, literary works and notes, among other documents, it was possible to problematize their performances in different sociocultural spaces. The memories produced by Mello e Souza or about him correspond to the ideal citizen, who met the personal and family convictions of his parental core as well as the hegemonic projects of his time. Over the decades, the trajectories selected and preserved in the records consulted reinforce their identity in their relationship with the teaching profession, a profession that would play a fundamental role in shaping the country's future.

Key-words: Cultural History; History Teaching; Memories; Teacher Identity; First Republic.

Lista de ilustrações

- Figura 1 Capa do livro *Histórias do Rio Paraíba* (1951).
- Figura 2 Capa do livro *In Illo Tempore – Memórias de Carolina* (2013).
- Figura 3 Capa do álbum “Lembranças de ‘In Illo Tempore’”.
- Figura 4 Capa do livro *Meninos de Queluz* (1949).
- Figura 5 Capa do livreto *O professor do nosso tempo* (1968).
- Figura 6 Detalhe de propagando do Colégio São Paulo do Jornal O Imparcial.
- Figura 7 Capa do livreto *Lembranças do Colégio São Paulo* (1964).
- Figura 8 Fotografia de professores e alunos do Colégio São Paulo extraída do livreto *Colégio São Paulo* (1964).
- Figura 9 Cartão de Juramento à Bandeira do Centenário da Independência.
- Figura 10 Fotografia de João Baptista de Mello e Souza no Instituto de Educação extraída do *O professor do nosso tempo* (1968).
- Figura 11 Capa do livro *Estudantes do meu tempo* (1943).
- Figura 12 Fotografia de João Baptista de Mello e Souza e colegas, em 1903, no Colégio Pedro II.
- Figura 13 Recorte de jornal com fotografia sobre a Conferência Interestadual de Limites.
- Figura 14 Fotografia de João Baptista de Mello e Souza no gabinete do presidente Washington Luiz.
- Figura 15 Cartão da Liga Esperantista do Brasil.
- Figura 16 Recorte de jornal com fotografia da mesa de encerramento da Conferência Interestadual do Ensino Primário.
- Figura 17 Página de abertura de *Theses apresentadas a Congregação do Collegio Pedro II - I. A Idéa da Independência na América e II. O Ensino da História na Formação do Carácter*.

Figura 18 Página com anotações manuscritas da encadernação das teses de concurso para catedrático do Colégio Pedro II.

Figura 19 Ilustração de Henrique Cavallheiro, no livro *Meninos de Queluz* (1949), representando as crianças Mello e Souza e a professora Dona Carolina em sala de aula na casa da família.

Lista de abreviaturas e siglas

CADES – Campanha de Difusão do Ensino Secundário

CIEP – Conferência Interestadual do Ensino Primário

EEEFM – Escola Estadual de Ensinos Fundamental e Médio

EEPSG – Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus

Ed. JAC – Editora José Antônio Cursino

IEV – Instituto de Estudos Valeparaibanos

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MBA – *Master of Business Administration*

NUDOM – Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II

OJB – Ordem dos Jornalistas do Brasil

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

ProAC – Programa de Ação Cultural do Estado de São Paulo

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Typ. – Typographia

UBC – Universidade Braz Cubas

UDF – Universidade do Distrito Federal

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

Resumo	08
Lista de Ilustrações	10
Lista de abreviaturas e siglas	12
Introdução	14
Capítulo 1 - Os Mello e Souza, uma família de professores	34
1.1 Memórias de João Baptista: “onde tudo começou...”	34
1.2 A casa e escola em Queluz	39
1.3 Intelectual em formação	47
1.4 Colégio São Paulo, uma nova casa e escola?	53
Capítulo 2 - Professor João Baptista, de aluno a catedrático do Colégio Pedro II	64
2.1 Em busca de um patrimônio intelectual	64
2.2 Um professor no Ministério da Justiça e Negócios Interiores	76
Capítulo 3 - Concepções pedagógicas para o ensino da disciplina de História na formação do caráter	90
3.1 Concurso de ingresso para Catedrático do Colégio Pedro II	90
3.2 Uma tese para o ensino de História	93
3.3 O que ensinar, para que ensinar, como ensinar	106
Considerações finais	112
Referências	118
Anexos	127
Anexo 1	127
Anexo 2	141
Anexo 3	143
Anexo 4	146

Introdução

Em 2010, tive o contato inicial com a obra do escritor J. B. de Mello e Souza¹ por indicação do sociólogo Ocílio Ferraz, pesquisador do tropeirismo e da culinária no Vale do Paraíba, radicado em Silveiras (SP), cidade vizinha ao município de Queluz (SP), onde nasceu o referido escritor. Eu coletava material para a ampliação do livro de minha autoria intitulado *Mistérios do Vale: histórias que o povo conta no Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte Paulista*, que teve segunda edição publicada no ano de 2011. Ao entrevistar Ferraz, este pesquisador me instigou a conhecer algumas das histórias que ainda se contam na região pelo olhar do escritor João Baptista, que as havia registrado até a década de 1950. A tarefa de buscar e registrar as narrativas populares dessa região me possibilitou o encontro com o escritor e catedrático que por elas também se interessou.

Apesar de viver há mais de quarenta anos no Vale do Paraíba, sou mineira. Nasci no Córrego Novo, lugarejo próximo à Vila Barra do Ariranha, localizado no distrito de São João do Manteninha² da cidade de Mantena (MG), há exatos mil quilômetros de São José dos Campos (SP), onde resido atualmente. Meus pais eram lavradores e, antes que eu completasse um ano de idade, vieram para a região vale-paraibana em busca de melhores oportunidades de vida. Filha de uma família humilde, aos treze anos fui trabalhar na fábrica Malharia Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Jacareí, com a função de dobrar meias e inseri-las nas respectivas embalagens. Dessa forma, passei a ter contato com uma realidade de trabalho que me aprisionava o espírito e da qual venho tentando me esquivar por toda a vida adulta. Trabalhava, em pé, oito horas diárias, de segunda a sexta-feira, com uma hora de almoço, jornada pela qual recebia meio salário mínimo mensal. Com uma rotina de trabalho pesada e estudando à noite, a escola deixava de ter o prazer da descoberta dos saberes, que experimentei no antigo ensino primário, para ser um fardo que se tornou pior quando, antes de eu completar quatorze anos, meu pai faleceu.

¹ João Baptista de Mello e Souza assinava suas obras literárias e didáticas como J. B. de Mello e Souza, exceto duas obras literárias em que assinou J. Meluza, mesmo pseudônimo que utilizava ao assinar suas crônicas nos diversos jornais nos quais publicou. Entre os colegas professores e alunos, era conhecido como professor Mello e Souza. Em seu trabalho como funcionário público em gabinetes da presidência da república e como representante do Brasil nos congressos de Esperanto, referiam-se a ele nos textos como Dr. João Baptista de Mello e Souza. Nesta dissertação, optou-se pela denominação João Baptista.

² No ano de 1992, São João do Manteninha conquistou sua emancipação e tornou-se município.

Minha mãe, com responsabilidade redobrada, mudou-se para São José dos Campos para estarmos mais próximos da sua família. Em solo joseense, continuei trabalhando, mas em prestação de serviços e comércio. O estudo noturno foi frustrante para minha curiosidade, cheguei a pensar em desistir, o que minha mãe não permitiu. Tínhamos, ao menos, que concluir o segundo grau, ela insistia. Minha relação com a escola era a de quem precisava frequentá-la.

Numa aparente contradição em relação a minha experiência escolar, os livros tornaram-se minha companhia constante no processo de amadurecimento entre a adolescência e a fase adulta, a escrita uma oportunidade de criatividade ante rotinas de trabalho e estudos extremamente maçantes; os temas relativos ao conhecimento e às manifestações culturais populares tradicionais sempre me fascinaram, principalmente a tradição oral. E, depois de ter pensado em algumas profissões, optei pelo curso do magistério numa escola pública da nova cidade de moradia, a Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus (EEPSG) José Vieira Macedo. As inquietações inerentes à juventude me assolaram na adolescência; por fim, segui o caminho que era possível naquele momento. A menina que primeiro quis ser bailarina, depois professora, ficou com a segunda opção. Enquanto fazia o curso do magistério, trabalhei como estagiária em uma creche municipal local e em uma escola de educação infantil privada que sequer registrava suas estagiárias, mas era preciso trabalhar. As condições de trabalho da profissão escolhida também afligiam meus pensamentos.

Concluído o curso em 1992, trabalhei quase um ano como professora eventual da rede pública, experiência que foi um aprendizado fundamental para lidar com o cotidiano peculiar da educação escolar. Lecionei durante quase cinco anos como alfabetizadora em um bairro joseense periférico, local com forte característica rural, o que possibilitava experimentar a contação de histórias, pois os alunos já tinham esse costume, mas contava-lhes histórias do fabulário universal.

Trabalhando na rede pública e já casada, desejei continuar os estudos. Em 1995, iniciei a graduação em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Durante o curso, tive maior empatia com as disciplinas relacionadas à História e, após a conclusão, passei a lecionar História e Sociologia para os ensinos Fundamental e Médio, aumentando meu desejo de uma segunda graduação. Em 2000, depois de ter meu primeiro filho, cursei História na Universidade Braz Cubas (UBC), na cidade de Mogi das Cruzes (SP) e passei a trabalhar também em escolas particulares.

Durante o curso de Ciências Sociais, tive aulas da disciplina História do Brasil República com o professor Cláudio Bertolli Filho, que me orientou a conhecer as cidades do Vale do Paraíba paulista, pois considerava que meu interesse pela história e cultura da região, assim como pelos casos contados pela população, poderiam ampliar-me o repertório para a escrita de crônicas. Deu-se meu encontro com as lendas, *causos* e mistérios da região, oportunizando o caminho até esta dissertação.

Na minha construção profissional em sala de aula, a pesquisa sobre as manifestações culturais populares tradicionais e a produção de crônicas não conseguiram ser separadas, os assuntos se encontravam nos registros cotidianos. A coleta e divulgação das histórias me possibilitaram a estratégia de iniciar os conteúdos da disciplina escolar, nos Ensinos Fundamental e Médio, a partir das lendas e casos que se relacionavam com o conteúdo. Prática que me levou a lecionar História Regional para cursos de Turismo do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) – São José dos Campos, iniciando as viagens para coleta de histórias para além das referências bibliográficas e entrevistas com contadores afamados.

Desde 1995, venho realizando as viagens pelas cidades e, a partir da década de 2000, reunindo lendas, casos e contos do imaginário coletivo vale-paraibano. Durante o curso de pós-graduação em Gestão da Qualidade do Processo Pedagógico – MBA da Faculdade Maringá (PR), realizado no ano de 2005, as professoras incentivaram a publicação do material coletado em livro, pois a prática lhes pareceu interessante. Assim, nasceu o Projeto Mistérios do Vale e a publicação da primeira edição do livro, em formato de almanaque, *Mistérios do Vale: histórias que o povo conta no Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte Paulista* (2006)³. O livro recebeu o Prêmio Cultural Eugênia Sereno, no mesmo ano do seu lançamento, outorgado pelo Instituto de Estudos Valeparaibanos (IEV), e teve mais duas edições ampliadas, uma em 2011, resultado do prêmio ProaC, e a terceira, comemorativa dos 10 anos da primeira edição, em 2016. Nesse espaço de tempo, foram publicados os livros *Eugênia Sereno: a menina dos vagalumes* (2010)⁴, em co-autoria com a escritora Rita Elisa Sêda; *Ventos Antigos – crônicas* (2013) e *No quintal da Bruxa – crônicas vale-paraibanas*

³ A primeira e a segunda edições foram publicadas pela Editora JAC, da cidade de São José dos Campos. A terceira edição saiu pela Editora Penalux, de Guaratinguetá (SP).

⁴ Obra publicada pela Editora ComDeus, de São José dos Campos. Eugênia Sereno é o pseudônimo de Benedicta Pereira Rezende Graciotti (1913-1981), esposa do escritor Mario Graciotti e sobrinha do escritor e político Plínio Salgado, ambos membros destacados do movimento integralistas.

(2014), ambos seleções das crônicas publicadas em diversos jornais do Vale do Paraíba⁵. O texto do livro *Ventos Antigos* (2013) inspirou espetáculo homônimo pelo grupo de contação de histórias Fiandeiras da Palavra, circulando pelas cidades vale-paraibanas.

O cotidiano escolar e a inquietação com as práticas pedagógicas em sala de aula permitiram a idealização e organização, junto aos colegas professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM) Dr. Rui Rodrigues Dória, onde lecionei por 13 anos, de projetos que culminaram na publicação dos *Almanaque Rui Dória: práticas pedagógicas desenvolvidas na Escola Estadual Rui Rodrigues Dória*, nos anos 2012 e 2013⁶; do livro *Palavras que moram em nós* (2014)⁷, inspirado no livro *A casa que mora em mim* (2014) do jornalista Carlos Abranches; e do livro de crônicas *Eu, professor – o cotidiano escolar sob o olhar do profissional da educação* (2016)⁸, este, resultado de trabalho do coletivo dos professores autores, da escrita, produção, publicação à divulgação; uma experiência de amadurecimento que infelizmente não avançou devido as demandas da realidade cotidiana da escola pública em questão. A troca de experiências com outras unidades escolares da região vale-paraibana oportunizou diálogos que frutificaram nas práticas em sala de aula desta professora. Fazer parte de equipes organizadoras exige uma resiliência que a sala de aula também impõe.

Desde 2014, após a entrevista de seleção para professores supervisores do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) História, coordenado pela Profa. Dra. Ana Enedi Prince, do curso de História da UNIVAP, participo de um processo de pesquisas e ações voltadas para o aprendizado da disciplina de forma a valorizar a história local e regional, trabalho que vem fortalecendo a minha trajetória de professora da educação básica da rede pública de ensino. Além disso, ser supervisora do PIBID, dialogar com professores formadores e em formação, avaliar as próprias práticas com diferentes sujeitos tem proporcionado importantes espaços de reflexão para o meu atual estágio na carreira docente.

Diante das dificuldades e demandas cotidianas nas escolas privadas e públicas e dos cuidados com a família que já se compunha de, além de mim e meu marido, dois filhos com idades separadas por onze anos, prosseguir meus estudos na academia foi um projeto que

⁵ Os dois livros foram publicados pela Editora Penalux, de Guaratinguetá.

⁶ A edição de 2012 foi publicada pela Netebooks Editora, de São José dos Campos. A edição do ano seguinte saiu pela J. A. Cursino & Editores, da mesma cidade.

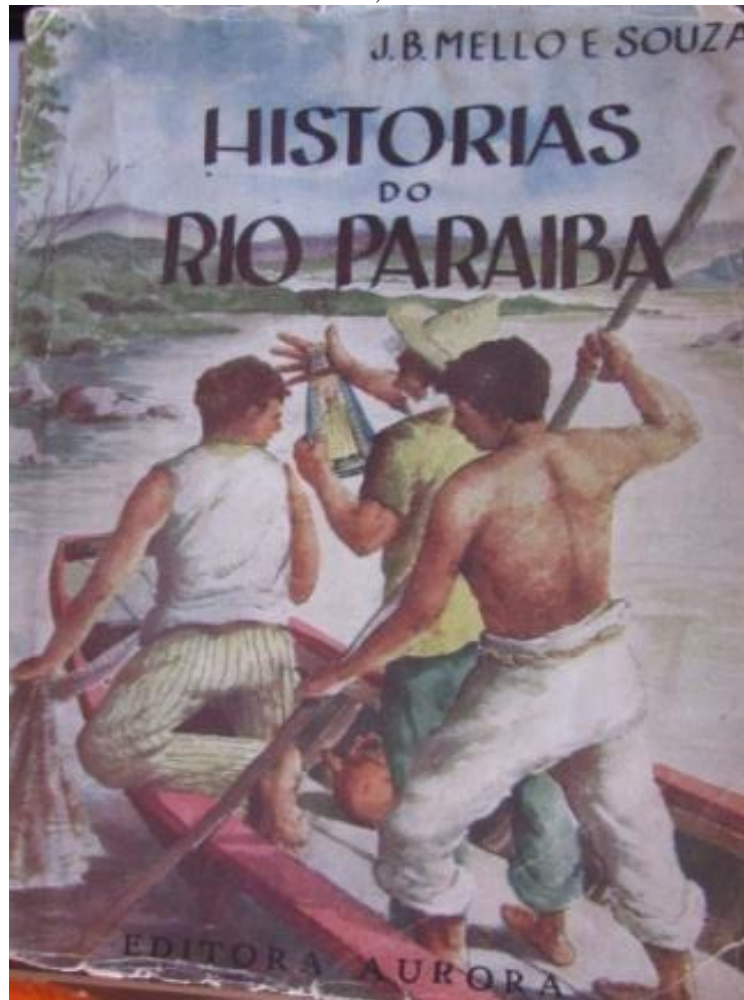
⁷ Obra publicada pela Editora Penalux, de Guaratinguetá.

⁸ Obra publicada pela Editora JAC, de São José dos Campos.

acabou sendo protelado. Mas minhas buscas por histórias e as publicações me mantiveram em contato com a oralidade e com a literatura do Vale do Paraíba, oportunizando o encontro com João Baptista de Mello e Souza.

O primeiro livro que li do professor João Baptista foi *Histórias do Rio Paraíba*, com primeira edição publicada em 1951, despertada pela relevância que a obra tinha para minhas pesquisas regionais. De acordo com o escritor Othon Costa⁹ (1968, p. 27), o autor João Baptista “prefere a verdade histórica, sem prejuízo de sua admirável e comprovada vocação poética”.

Figura 1 - Capa do livro *Histórias do Rio Paraíba* (1951), com primeira edição da Editora Aurora, do Rio de Janeiro.



Fonte: Acervo particular da autora.

⁹ Othon Costa foi presidente da Academia Carioca de Letras, conforme informação apresentada no índice do livro *O Professor do Nosso Tempo* (1968), p. 03.

Nessa obra¹⁰, o leitor conhece as rixas e movimentos políticos das cidades paulistas de Jataí¹¹ e Lorena; as questões religiosas do Vale do Paraíba, como a ilustrada na capa da primeira edição do livro (Figura 1), a partir de uma visita que ele, ainda jovem estudante do Colégio Pedro II, fez a um membro da família Rodrigues Alves, em Guaratinguetá, para buscar alguns jornais que lhe tinham sido oferecidos e que tratavam do desenrolar do encontro da imagem de Nossa Senhora Aparecida nas águas do rio Paraíba em 1717; a generosidade de Giovanni Filipo de Guaratinguetá; as breganhas¹² de Taubaté; a antiga rivalidade política entre as cidades de Queluz e Areias; o romantismo das pitorescas histórias de amor e valentia dos tipos vale-paraibanos; a teimosia da gente de Pindamonhangaba; os mistérios, a exemplo do Mongo Velho¹³; o assassinato de Dona Ana Quintanilha em Silveiras e o peculiar Victor Inn; a delicadeza da Patroinha de Lorena; a erudição da “Atenas Brasileira”, Jacareí; a inesperada história de “Como se desmoraliza uma assombração”; acontecimentos narrados literariamente sob a onipresença do rio Paraíba do Sul.

Com a leitura de outro livro de João Baptista inspirado na região vale-paraibana, *Majupira – Romance Brasileiro da Atualidade 1930-1934* (1938), a curiosidade ampliou-se. Inspirada pelas obras, escrevi uma crônica intitulada *O irmão do Malba Tahan*¹⁴ (2011), pois, salvo leitores mais assíduos e interessados pela literatura vale-paraibana, à minha pergunta sobre quem era J. B. de Mello e Souza geralmente escutava como resposta que era o irmão do famoso matemático. A crônica foi publicada em um jornal regional¹⁵ que, além de impresso, ficava disponível na internet na época. Por coincidência, um parente da família, nos Estados Unidos da América, leu o texto e o enviou para Carolina Frick (1925 - 2016),¹⁶ uma dos

¹⁰ Publicada pela Editora Aurora, em 1951, em volume único. No ano de 1969, a obra foi publicada na Coleção Saraiva (da respectiva editora) em dois tomos, sob os números 251 e 252.

¹¹ Antigo município do Vale do Paraíba que perdeu a emancipação em 1934. Próximo à Silveiras, Cachoeira Paulista e Lorena, hoje a denominação é referente apenas a um bairro com vestígios de construções à época da emancipação.

¹² Feiras de troca, negociação, berganhas que aconteciam em Taubaté à época em que João Baptista morava na região, até os dias atuais de forma mais tímida. A expressão breganha ainda é utilizada na cidade.

¹³ Mongo Velho é um personagem indígena relativo ao povoamento da cidade de Queluz.

¹⁴ Júlio César de Mello e Souza, o Malba Tahan, nasceu em 6 de maio de 1895, no Rio de Janeiro. Passou sua infância na cidade de Queluz. Estudou no Colégio Militar do Rio de Janeiro e no Colégio Pedro II. Ao concluir o Colégio Pedro II, ingressou no Instituto de Educação do Rio de Janeiro e no curso de Engenharia da Universidade do Brasil. Professor renomado e autor de 128 obras entre livros didáticos e de cunho oriental, sendo o mais conhecido e traduzido *O homem que calculava* (1938). Em sua data natalícia comemora-se o Dia Nacional da Matemática. Faleceu em 1974 (FARIA, 2014).

¹⁵ GABRIEL, Sônia. O irmão de Malba Tahan. *Jornal Vale Mais*, São José dos Campos, 15 mai. 2011.

¹⁶ Carolina Pimenta de Mello e Souza Frick nasceu em 30 de novembro de 1925 na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e faleceu em 1º de dezembro de 2016 na mesma cidade. Casada com Ayrton Frick, teve o sobrenome do marido adicionado.

quatro filhos do professor e escritor. Na mesma semana, recebi um contato via blog no qual ela contava ser a derradeira filha de João Baptista e sobre a satisfação ao ler algo sobre seu pai.

Deste contato inicial, trocamos e-mails e, mais tarde, telefones, prosseguindo com conversas que se repetiram por quase seis anos, sem que, infelizmente, tivéssemos nos encontrado presencialmente. Ao longo desse tempo, nossos colóquios foram se tornando recorrentes e ela se entusiasmando pela possibilidade de que a produção literária do seu pai fosse estudada. Aos poucos, foi trazendo à tona que possuía parte dos livros por ele publicados e alguns originais dos seus trabalhos.

Conforme fui organizando uma biblioteca do autor e tendo dificuldade de encontrar obras mais antigas, ela foi me presenteando com suas duplicatas, chegando a enviar-me um exemplar de *Meninos de Queluz* (1949) que pertenceu ao seu pai. Durante anos, escrevi algumas crônicas sobre os livros de João Baptista que foram publicadas em jornais vale-paraibanos¹⁷ e um texto intitulado *J. B. de Mello e Souza: o cronista do rio Paraíba do Sul* (2011)¹⁸. Crônicas sempre voltadas para a obra literária do mesmo e seus registros sobre o rio em questão.

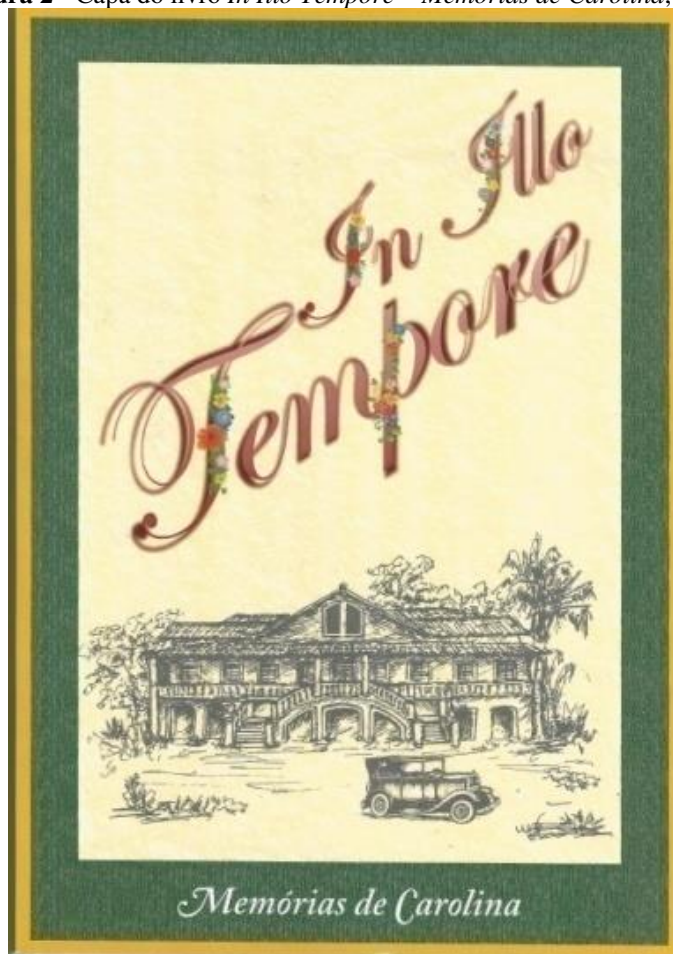
Em 2013, Carolina Frick trouxe a público uma tradução que seu pai tinha deixado finalizada, *Rubayyat – Omar Khayyām*. No mesmo ano, publicou também as histórias da sua família, *In Illo Tempore – Memórias de Carolina*, registro do cotidiano da família Mello e Souza, pois seu relato permeia os demais familiares do conhecido sobrenome. Carolina Frick recebeu este nome em homenagem a sua avó paterna Carolina Carlos Toledo de Mello e Souza, que faleceu pouco antes do nascimento da terceira filha de João Baptista. A convivência sempre muito próxima ao pai a tornou guardiã das memórias dele. Revelando as semelhanças entre os dois, ela escreveu em seu livro:

Lembrar do passado foi uma herança que recebi de Papai, que sempre gostou de guardar recordações de sua vida inteira, deixando-me uma imensa e variada coleção de documentos: boletins escolares, diplomas, publicações, fotos, etc., material precioso que agora muito tem ajudado na execução deste meu projeto (FRICK, 2013, p. 11).

¹⁷ *Jornal de Caçapava*, da mesma cidade; *Jornal Valeparaibano* (atual *Jornal O Vale*), de São José dos Campos; *Jornal O Lince*, de Aparecida (SP).

¹⁸ GABRIEL, Sônia. J. B. de Mello e Souza: o cronista do rio Paraíba do Sul. In: BARBOSA, Alexandre Lourenço (org.). *Grandes Escritores do Vale do Paraíba*. Aparecida: Editora O Lince, 2011.

Figura 2 - Capa do livro *In Illo Tempore – Memórias de Carolina*, 2013.



Fonte: Acervo particular da autora.

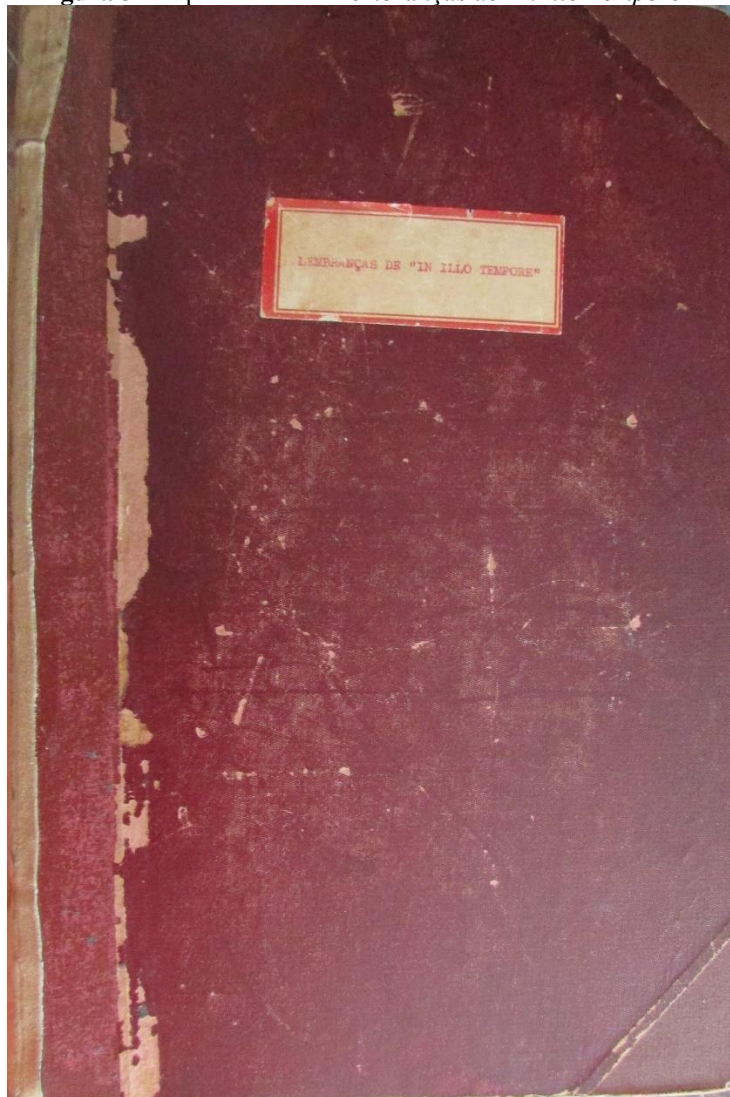
A finalização do seu livro de memórias era tema recorrente em nossas conversas, assim como o saudosismo do tempo em que foi, ainda muito jovem, professora no Colégio Mello e Souza. Além das próprias lembranças, tinha à sua disposição o acervo paterno que a alimentava com imagens guardadas pelo pai. Evidencia-se a necessidade de valorização da história da família em seu texto ao relatar informações sobre seus antepassados:

Talvez não seja necessário conhecer os tão longínquos antecessores, mas muitas vezes é interessante saber se é ou não descendente de índio tupiniquim, dos colonizadores iniciais ou de emigrantes europeus. Descobrimos, há pouco tempo, que nossa avó Carolina Carlos de Toledo era descendente, onze ou doze gerações atrás, de Tererê, segunda filha do cacique Tibiriça, de São Paulo, que se casou com Pedro Dias, leigo jesuíta desligado de seu trabalho de catequização por Ignácio de Loyola, já que essa união com os indígenas convinha aos interesses da Coroa Portuguesa (FRICK, 2013, p. 11).

Ao ler suas memórias, ampliaram-se as informações sobre o escritor que já se apresentava em outras vertentes: o professor, o funcionário público, o tradutor, o esperantista,

o jornalista. Em 2015, Carolina Frick surpreendeu avisando que me presentearia com um álbum que seu pai começou a organizar no início do século XX, guardando fotografias, crônicas e artigos que publicava. Ao receber o álbum, foi inevitável refletir sobre a escolha do título do livro de memórias de Carolina Frick, pois João Baptista afixou na capa do seu álbum uma etiqueta branca com margens vermelhas onde datilografou, também em letras vermelhas, “Lembranças de ‘In Illo Tempore’”.

Figura 3 - Capa do álbum “*Lembranças de ‘In Illo Tempore’*”.



Fonte: Acervo particular da autora.

Nos telefonemas seguintes ao envio do álbum, ela continuou expressando seu desejo de que a história do seu pai fosse visitada. Em nosso derradeiro telefonema, em 29 de novembro de 2016, comuniquei-lhe sobre a entrevista em que havia participado no processo de seleção para o Mestrado em Educação na Universidade Estadual de Campinas

(UNICAMP). Entusiasmada com a possibilidade de aprovação, ela afirmou que estava encaixotando material para envio. Em 1º de dezembro de 2016, Carolina Frick faleceu.

Com seu passamento, cumprindo sua vontade, seu esposo Ayrton Frick e o filho caçula Eduardo Frick entregaram-me o material que ela havia selecionado. Posteriormente, seu esposo enviou alguns documentos avulsos e livros do autor que continuou a separar. Em 24 de setembro de 2018, faleceu o senhor Ayrton Frick; seu filho Nelson Frick reuniu o que ainda restava de documentos e livros, a exemplo dos didáticos, do espólio de João Baptista, disponibilizando-os para a continuidade das pesquisas.

Assim, o acesso às fontes ocorreu em três momentos diferentes, sendo o último a partir do desmonte do apartamento da família Frick quando, finalmente, estive no local e pude conhecer um pouco mais das memórias familiares por meio do depoimento informal do neto de João Baptista, Nelson Frick. Na ocasião, também pude ver algumas películas em que aparecem o pesquisado; certamente uma curiosidade satisfeita para quem se dedica a pesquisar o passado. No apartamento de Ipanema, bairro carioca em que parte da história da família Mello e Souza aconteceu, restava ainda a mesa centenária que esteve ao longo do século XX na casa de João Baptista de Mello e Souza.

Carolina Frick guardou e zelou por essas recordações após o falecimento do seu pai. Documentos que trazem informações, ora pelo olhar pedagógico, ora pelo olhar literário, ora pela presença física do professor e escritor em locais e momentos estratégicos, oportunizando reflexões sobre a profissão de professor e a disciplina escolar História no início do século XX. Nesse sentido, dialogamos com o historiador André Luiz Paulilo (2015, p. 79), que afirma:

Os vestígios da docência quando presentes em arquivos pessoais acenam com a trama de um ofício que se efetiva a partir das interações muito singulares ao longo da vida de uma pessoa. Sem deixar de ser um elemento de construção da memória, é também o rastro de uma experiência coletiva e histórica, resultado de um imenso trabalho de objetivação e decodificação que o exercício da docência envolve.

A partir das fontes, intentou-se refletir sobre as trajetórias e memórias de João Baptista de Mello e Souza no exercício do magistério; uma profissão que oportunizava status social em um contexto republicano de construção da ideia de nação visando ordem e progresso.

A Primeira República (1889 – 1930) trouxe grande movimentação de ideias que, de acordo com José Murilo de Carvalho (2012), em geral, eram importadas da Europa,

absorvidas de forma parcial e seletiva, resultando em confusão ideológica onde liberalismo, positivismo, socialismo e anarquismo misturavam-se e combinavam-se de maneiras mais esdrúxulas. O autor aponta que o período foi marcado, no Rio de Janeiro, pelo avanço de valores burgueses caracterizados por uma febre de enriquecimento; todos se ocupavam de negócios e até a política era dominada pelas finanças. Uma mudança de mentalidades observadas e discutidas, por exemplo, pelos antagônicos Taunay, um monarquista, e Raul Pompéia, um republicano. Conciliando o conservadorismo arejado e a cupidez material, concebia-se a “imagem acabada do tipo social representativo por excelência do novo regime” (SEVCENKO, 1995, p. 26). Não raro os antigos nobres do período imperial tornaram-se os grandes empresários no Brasil republicano.

A capital republicana, como centro político do país, teve um papel privilegiado intermediando recursos da economia cafeeira; “a sociedade carioca viu acumular-se no seu interior vastos recursos enraizados principalmente no comércio e nas finanças, mas derivando também para as aplicações industriais” (*Ibidem*, p. 27). Nesse contexto de mudanças, a população que assistiu à instalação de uma nova forma de governo é levada a acreditar que haveria também a possibilidade de participação na política.

José Murilo de Carvalho (2012, p. 43), no que se referia aos princípios da ordem social e política, explica que “o liberalismo já havia sido implantado pelo regime imperial em quase toda sua extensão”, e as inovações sobre a questão eleitoral restringiu-se a eliminar a exigência de renda mantendo a necessidade de o eleitor ser alfabetizado. Alfabetização necessária também para uma nova mão de obra, a que seria utilizada nas fábricas exigindo qualificação específica às demandas industriais.

Em *A escola e a República*, Marta Maria Chagas de Carvalho (1989, p. 09) afirma que, com o passar das décadas, após instalação do novo regime, sedimentou-se a crença de que a educação seria a solução para o desenvolvimento da nação; “o papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma a um país amorfo, de transformar os habitantes em *povo*, de vitalizar o organismo nacional, de constituir a nação”. Esperava-se da educação escolar a regeneração da população brasileira, tornando-a saudável, disciplinada e produtiva, desejos que se alinhavam com a idealização elitista de uma nova organização da força de trabalho no país. Com a instauração do regime republicano, seus dirigentes indicaram que era preciso ensinar o cidadão a ser útil, relacionando sua função social ao projeto de modernização idealizado pelos grupos hegemônicos. Dessa forma, a escola foi apresentada

como um dos instrumentos mais potentes para atender às necessidades advindas do progresso, cabendo aos professores formar e preparar as novas gerações do Brasil moderno.

A escolha pela profissão do magistério, que causa interesse dos pesquisadores da História da Educação, provocando discussões e reflexões complexas de serem analisadas, parece ter sido clara para o sujeito histórico João Baptista, em se tratando dos registros que deixou. Há uma aparente construção narrativa em seus textos literários, artigos e discursos que remete à ideia de vocação nata e predestinação para a docência. João Baptista de Mello e Souza, filho de uma família de professores, revelou-se em fontes diversas como destinado ao ofício. O professor não distinguiu em suas trajetórias os elementos ensino, família, literatura, vida social. Em suas memórias, observa-se que o ofício de professor é um amálgama que conecta toda as demais atuações.

Vale lembrar que, no período de formação escolar e acadêmica de João Baptista, os discursos que pretendiam ser hegemônicos qualificavam o professor numa sociedade em que poucos tinham acesso a formação profissional. Além disso, a prosperidade do setor cafeeiro e incremento industrial abriram espaço para o desenvolvimento dos projetos educacionais (CARVALHO, 2001, p. 141). Professores oriundos do Curso Normal e de bacharelados diversos disputavam cargos docentes desde as pequenas cidades do interior do Brasil aos, ainda, poucos colégios públicos renomados, a exemplo do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Para além das questões salariais dos professores em diversos estados brasileiros, a partir do regime republicano fica mais evidente o destaque social daqueles sujeitos que atuam como docentes no Instituto de Educação, Colégio Pedro II e Universidade do Estado da Guanabara¹⁹ do então Distrito Federal.

Na obra *A educação escolar no Brasil*, Anísio Teixeira (1986, p. 398) explica que:

até as alturas de 1925, o ensino básico brasileiro caracterizava-se por um ensino primário de razoável organização, embora de proporções reduzidas, atendido em sua maior parte pela pequena classe média do país, seguido de modesto ensino secundário, predominantemente de organização privada, e de umas poucas escolas superiores divididas, como a escola secundária, mas em proporção bem diversa desta última, entre o patrocínio oficial e privado.

¹⁹ A Universidade do Estado da Guanabara, assim denominada em 1961, foi fundada como Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935 e extinta em 1939. Fundada novamente, em 1950, passou a chamar-se Universidade do Rio de Janeiro (URJ), em 1958. Desde 1975, é a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Fonte: UERJ. *A Universidade*. Rio de Janeiro, [s.n.], c2018. Disponível em: <http://www.uerj.br/a-uerj/a-universidade/>. Acesso em: 11 abr. 2019.

Quanto ao ensino público, o autor enumera o ensino primário que atendia “aos poucos elementos do povo” (*Ibidem, loc. cit.*), as escolas-padrões de ensino secundário, as escolas técnico-profissionais e algumas escolas superiores profissionais. Com a proclamação da república, iniciou-se o processo de organização do sistema escolar brasileiro e, até 1930, ensejaram reformas em busca de “unidade que servisse de fundamento para um sistema em formação” (CARVALHO, *op. cit., loc. cit.*). A república e as sucessivas tentativas de reformas de ensino escoravam-se mutuamente na tentativa de construção de nação; a república carecia de cidadãos alfabetizados, cidadãos eleitores. Também as transformações do mundo do trabalho necessitavam de operários aptos às mudanças nas fábricas que se avolumavam no novo século.

Com formação acadêmica no Colégio Pedro II e na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro no início do século XX, mas com uma vivência familiar voltada para o ensino desde o final da década de 1890, João Baptista atuou nesse contexto político em que se defendia que o futuro do Brasil dependeria da cultura dos brasileiros em seus aspectos intelectual, moral e cívico; a tarefa de transmitir os conhecimentos e educar para a vida social foi delegada ao professor. Arnaldo Pinto Júnior (2010, p. 136), em sua tese *Professor Joaquim Silva, um autor da história ensinada do Brasil: livros didáticos e educação moderna dos sentidos (1940–1951)*, ressalta:

vale lembrar que desde a década de 1890, diferentes tendências do republicanismo brasileiro exaltavam o poder da educação. No período inicial da República, as classes dominantes projetavam civilizar e modernizar a sociedade, superando o atraso herdado do Império através da reinvenção do sistema escolar.

Civilizar a sociedade, afastando-a da barbárie, da falta de uma sólida cultura letrada e da ausência de princípios morais foram aspectos discutidos pelo professor João Baptista (1926) em *O Ensino de História e a formação do carácter*, uma de suas duas teses elaboradas para o concurso de ingresso como catedrático do Colégio Pedro II, em 1926. Tais temas reaparecem em suas diversas crônicas e artigos publicados em jornais, bem como nas obras literárias *Meninos de Queluz* (1949) e *Majupira* (1938).

Observa-se na diversidade de documentos analisados nesta pesquisa que a condição de mestre é recorrentemente apresentada nas memórias selecionadas por e/ou sobre João Baptista. Tendo em vista a complexidade dessas modalidades de expressão, aproximo-me das reflexões de Ecléa Bosi (1998, p. 39), ao considerar que “a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”. O fragmento, neste caso, diz respeito à

rememoração acerca do professor João Baptista, sujeito histórico que respondeu a determinadas demandas de seu tempo e também buscou valorizar as experiências que acreditava serem mais relevantes em sua trajetória. A leitura das fontes oportunizou reflexões sobre um passado que os professores atuais, por questões óbvias, não poderiam ter vivenciado, mas que sempre é reverenciado como se tivesse sido melhor nos aspectos financeiros e na legitimação social como detentores do conhecimento. João Baptista, ao guardar e organizar lembranças da sua atuação como professor, revelou seu apreço à profissão. O professor que foi preservado nos registros de si e nos escritos de ex-alunos, familiares e colegas de ofício oferece pistas de que esse círculo de convivência profissional e social poderia comungar de ideias semelhantes sobre o que era um professor que cumpria com suas obrigações pedagógicas, éticas e sociais. Estes e outros temas fundamentais na educação escolar da Primeira República são discutidos por ele, de forma explícita, em sua tese para ingresso no Colégio Pedro II.

As memórias do professor João Baptista de Mello e Souza que constam nos documentos do acervo disponível para esta pesquisa, misturam-se às do núcleo inicial da sua família e alcançam seus descendentes. Dadas as constantes repetições dos discursos construídos, o risco de enveredar para a fórmula em que a família, e mais especificamente ele, teria o talento nato para o magistério só não se esgota exatamente pela diversidade de trajetórias que se apresentam. No acervo, anotações sobre a condução das aulas, conteúdos a serem trabalhados, anotações para palestras e quadro sinóticos misturam-se a poemas, cartas, artigos e postais.

Para além dos registros didáticos, as memórias do professor João Baptista podem revelar a preocupação com o possível esquecimento das suas trajetórias, pois, “a própria memória define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento” (RICOEUR, 2007, p. 424). Mas não somente o esquecimento de si. A leitura e análise das fontes evidenciam uma preocupação em relação ao esquecimento das trajetórias da família Mello e Souza, pois as narrativas cuidam de todos os membros da família, assim como menciona-se diversas vezes seus cônjuges. Esta mesma preocupação se revela nos livros de memórias de Carolina Frick (2013) e da sobrinha de João Baptista, Ruth Salles, filha da sua irmã Julieta Mello e Souza Salles, que tem como título provisório *Causos de antanho de uma família de professores* (no prelo); as memórias, nestes casos, referem-se sempre ao conceito familiar em maior amplitude aos de memórias individuais.

Desenvolver a pesquisa a partir das fontes deixadas, principalmente, por João Baptista de Mello e Souza, passou por muitos desafios. Ter um acervo à disposição pode ser, ao mesmo tempo, um presente e um problema. Com licença poética, a facilidade e a dificuldade esquizofrenicamente convivendo. A dificuldade de estabelecer recortes foi o mais desafiador. Dentre as transformações pelas quais a pesquisa passou, desde o projeto inicial, o aspecto da literatura do pesquisado foi outra questão que exigiu muita reflexão; a obra de J. B. de Mello e Souza trouxe-me curiosidade e inquietação em tentar entender qual profissional do ensino ele retratou em seus livros. Professores idealizados ou descritos a partir de uma possível realidade experienciada suscitaram questões que nortearam a pesquisa: o professor que João Baptista se tornou atendia às convicções pessoais e/ou familiares de um núcleo parental que foi ao longo de décadas reforçando sua identidade com o magistério? Ou o professor que João Baptista se tornou atendia as demandas de um projeto sociocultural que pretendia ser hegemônico?

Tanto no livro memorial *Meninos de Queluz* (1949), em que sua mãe é a personagem acentuada, quanto na ficção *Majupira* (1938), em que ele criou a professora Maria Júlia Pimentel Ramos, a escolha por personagens femininas motivou a refletir sobre suas estratégias no campo da escrita.

Entender as diferenças e semelhanças entre o ofício dos professores no interior de São Paulo do final do século XIX e na capital do Brasil no início do século XX era uma das intenções desta pesquisa. O trabalho com as fontes, à luz das disciplinas do Mestrado em Educação da UNICAMP, e os diálogos com o orientador e colegas do grupo Memória suscitaram as questões relativas à trajetória de professor do próprio autor. Explorar as trajetórias do pesquisado a partir dos registros guardados em seu acervo particular foi opção diante da diversidade de fontes que direcionam para o ofício do magistério. Se em suas obras literárias o ofício é onipresente, não o é menos em suas crônicas publicadas em jornais ou nos artigos em revistas. Mesmo como no prefácio de *Belezas e maravilhas do céu* (1974), de Malba Tahan, a escrita remete ao tom professoral.

Na revisão bibliográfica realizada desde a escrita inicial do projeto de pesquisa, não foram encontradas dissertações e teses específicas sobre o referido sujeito histórico. Identificou-se a abordagem de Beatriz Boclin Marques dos Santos, no capítulo dedicado aos catedráticos do Colégio Pedro II, em seu livro *O Currículo da Disciplina Escolar História no Colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a história e os estudos sociais* (2011). Citações sobre o antigo professor constam em *Memória*

Histórica do Collegio de Pedro Segundo 1837-1937 (1937), de Escragnolle Doria, publicado em comemoração ao centenário do colégio; *Memória de Estudante - Colégio Pedro II* (1987), de Fernando Segismundo; *A alma do Tempo – memórias* (1961), de Afonso Arinos de Mello Franco; *O passado ao vivo* (1998), de Thereza Regina de Camargo Maia e Tom Maia. Constan na revisão bibliográfica citações sobre João Baptista na tese de doutorado *A “invenção da América” na cultura escolar* (1997), de Maria de Fátima Sabino Dias; na tese de doutorado *Os grêmios escolares e os jornais estudantis: práticas educativas na Era Vargas (1930-1945)* (2016), de Eliezer Raimundo de Souza Costa; no artigo *Reorganização do sistema de ensino em tempos democráticos: reforma curricular de 1951 e o ensino de História* (2018), de Halferd Carlos Ribeiro Júnior e Maria do Carmo Martins.

Em 2017, ao organizar as primeiras fontes enviadas por Carolina Frick, entrei em contato com o Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM) do Colégio Pedro II e fui informada pela Professora Dra. Beatriz Boclin Marques dos Santos de que não havia documentação específica sobre o catedrático João Baptista de Mello e Souza, além de poucos livros de autoria do mesmo e alguns livros que pertenceram à sua biblioteca pessoal. Também foram realizados contatos com a Academia Carioca de Letras e com a Biblioteca da Marinha, no mesmo período, mas sem respostas. Durante o desenvolvimento da escrita da dissertação, novos contatos com as citadas instituições foram realizados, mas sem êxito quanto à novas fontes. Esta pesquisa baseia-se, então, no acervo particular à disposição da pesquisadora.

O acervo de João Baptista de Mello e Souza apresenta uma organização muito particular. Parte do material estava em envelopes sem cronologia, data ou localização, e uma quantidade maior e mais diversa de registros, guardados em um álbum intitulado *Lembranças de In Illo Tempore* (Anexo 1), dispostos de forma a não se perderem, pois foram colados. Possivelmente, a maior parte de seus documentos foi preservada, enquanto sua biblioteca acabou sendo distribuída, com auxílio da sua filha Maria Therezinha de Mello e Souza – que trabalhou como secretária no Colégio Pedro II – entre os membros da família, à referida instituição de ensino e à Biblioteca da Marinha, no Rio de Janeiro. Carolina Frick tornou-se a derradeira guardiã dessas memórias do pai na família Mello e Souza.

Debruçar sobre acervos pessoais é uma tarefa desafiadora que exige tanto pela diversidade de registros quanto pela pessoalidade intrínseca. Na busca de aportes teórico-metodológicos, encontrei interlocutores no campo historiográfico que trouxeram instigantes contribuições. Segundo Hilsdorf (1999, p. 13), a nova História possibilitou a mudança nas posturas dos historiadores em relação às fontes, “generalizou-se a aceitação das novas práticas

do ofício: pôr em uso novas abordagens, novos objetos, novos problemas e novas fontes”. A pesquisadora afirma que, com isso, alargou-se o conceito de documento, “tanto em termos da abrangência do seu conteúdo quanto em termos dos sentidos do seu uso: firmou-se o valor relativo do documento consultado, encarando como produtor não mais de fatos, mas de dados” (HILSDORF, 1999, p. 13).

Mesmo assim, não são poucas as dificuldades no tratamento das fontes selecionadas para esta pesquisa. Maria do Carmo Martins (2015b, p. 44), por sua vez, considera que “a experiência do contato com os textos produzidos por memorialistas e escritos (auto) biográficos desafiam os historiadores quanto ao que é possível saber sobre a educação quando tomam tais documentos por fontes de pesquisa”.

Os contextos em que tais registros foram elaborados são de tal complexidade que as leituras e interpretações precisam considerar cenários mais amplos, análises mais abrangentes. Engana-se quem avalia que o fundamental alargamento da noção de fontes históricas se converte em instantâneo facilitador de pesquisa. Novas fontes requerem mais dedicação do pesquisador. Como afirma Paulilo (2015, p. 76):

A pesquisa com arquivos pessoais de docentes somam outras pistas para a compreensão histórica do exercício do magistério aos resultados de análise obtidos junto às biografias, às entrevistas e depoimentos e aos periódicos de destinação pedagógica. Também na correspondência, nas anotações pessoais e nos textos originais de obras didáticas é possível amear boas referências acerca da experiência da docência. Sobretudo num conjunto desse tipo, pode-se tanto acompanhar os *discursos do método* quanto procurar pela *prática* e pelos *recursos de ensino* utilizados. Mesmo que de forma apenas incidental e indireta, a presença de documentos provenientes do exercício do magistério apóia o estudo dos elementos centrais do saber-fazer profissional; das concepções pedagógicas e dos propósitos didáticos com vestígios do contexto a partir do qual foram produzidos.

No caso desta pesquisa, os desafios podem ser mensurados a partir do estado de cada fonte. Por exemplo, as duas primeiras páginas do álbum *Lembranças de In Illo Tempore* foram preenchidas originalmente com quatro fotografias, das quais apenas uma restou intacta, juntamente com as marcas das que foram arrancadas. Restam também as cantoneiras que eram utilizadas para encaixar as imagens. A fotografia que sobrou à intervenção é uma panorâmica da cidade de Queluz, enquanto na página seguinte está uma foto de João Baptista jovem. Nas páginas posteriores, uma sucessão de imagens de familiares, amigos das cidades vale-paraibanas e cariocas, sem ordem cronológica e com anotações ora à lápis ora à tinta. Constan inúmeros cartões de felicitações, ou cartões anunciando nascimentos ou casamentos, e algumas notas de falecimentos. Repetem-se cartões de visitas revelando os cargos ocupados

por João Baptista. As crônicas e recortes de jornais diversos ocupam a maior parte do álbum; em geral, não possuem data nem nome dos jornais nos quais foram publicados, pouquíssimos oferecem essas informações. Enfim, muitas informações com pouca precisão espaço-temporal.

O acervo compõe-se, além do álbum, de obras literárias, livretos comemorativos e informativos, livros originais datilografados e manuscritos, fotografias, revistas, quadros sinópticos, quadro sincrônico da História do Brasil, pontos datilografados para aulas, poemas manuscritos, recibos, páginas de jornal, ofícios da Universidade do Distrito Federal, tese de defesa apresentada à junta de sanções em 1931, álbum de crônicas enviadas dos Estados Unidos da América na década de 1950 e publicadas no Brasil.

A partir dos registros guardados no álbum, temos contato com o que o professor João Baptista de Mello e Souza preservou sobre si enquanto filho, esposo, pai, irmão, estudante, professor, funcionário público, escritor, esperantista. O álbum *Lembranças de In Illo Tempore* oportuniza fontes para explorar essa diversidade de facetas em que se observa a intenção de dar relevo ao valor da atuação de professor, tanto na esfera educacional, quanto na esfera social. Dessa forma,

desafiam o historiador da educação da mesma maneira que as demais fontes o fazem em uma investigação: a necessidade de conhecer a sua procedência, seu contexto de produção, as características de sua materialidade, a importância delas na sociedade em que são produzidas, seus sentidos textuais. Não se trata, em qualquer hipótese, de um recorte sobre a verdade dos fatos, mas, nestes casos, da maneira como são expressos os acontecimentos aos sentidos do narrador (MARTINS, 2015b, p. 44).

Ao longo das páginas do álbum, são observáveis também as intervenções realizadas por sua filha Carolina Frick, identificando alguns nomes, locais e datas. A autoria das diferentes letras pode ser confirmada a partir das folhas avulsas que ela depositou junto às páginas com transcrições de textos do autor e relatando lembranças dela sobre alguns eventos que ele deixou registrado. Causa indagação a quantidade de páginas que foram cortadas do álbum. Paulilo (2015, p. 77) explica que:

ao se debruçar sobre arquivos pessoais, o pesquisador lida com os mesmos dois tipos de temporalidade de quando analisa um depoimento. Um primeiro que remete ao momento em que experimentou o ocorrido ou deu registros aos eventos vividos. O outro tipo já se refere ao modo como a memória reteve os eventos narrados e do que ficou silenciado ou ao que ficou no arquivo e ao que foi descartado.

Não foi possível obter a informação de quem teria recortado as páginas mencionadas e retirado algumas das fotografias que foram coladas pelo autor, se ele mesmo

ou um de seus familiares. É preciso anotar que Carolina Frick menciona em seu livro de memórias que o acervo do pai a auxiliou na feitura de sua obra. Sendo assim, infere-se possíveis interferências e mesmo apreço por uma ou outra fotografia e/ou documento familiar que possa ter retirado do álbum.

A dissertação foi construída a partir de três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “Os Mello e Souza, uma família de professores”, considerou-se a formação do núcleo familiar com o matrimônio de João de Deus de Mello e Souza e Carolina Carlos de Toledo e as práticas pedagógicas da professora Dona Carolina, já que essas são constantemente celebradas por João Baptista em sua produção literária e discursos. As memórias de João Baptista sobre a vida familiar no interior de São Paulo e as mudanças para a cidade do Rio de Janeiro; a formação dos filhos professores e as relações estabelecidas com profissionais ligados ao ensino do período em questão também foram analisadas. Abordou-se, ainda, a fundação do Colégio São Paulo, com a mudança definitiva da família para a capital do país.

No segundo capítulo, intitulado “Professor João Baptista, de aluno a catedrático do Colégio Pedro II”, intentou-se refletir sobre as atuações do mesmo ao longo do espaço de quase 20 anos desde sua chegada para estudar na renomada instituição até seu ingresso como professor concursado. Também foi focalizado seu trabalho como funcionário público do Ministério da Justiça e Interiores, participando de diversas ações do governo envolvendo civismo, celebrações e conferências, a exemplo da Conferência Interestadual do Ensino Primário, e seu ativismo em relação ao esperanto, ambos sob influência paterna. Discutiu-se sobre a relevância que a instituição tinha para a família Mello e Souza tornando-se uma ambição intelectual, além de estudar no colégio, lecionar na renomada instituição, objetivo alcançado por três dos irmãos: João Baptista, Júlio César e José Carlos. As trajetórias abordadas no capítulo tiveram como objetivo localizar os lugares e atuações que poderiam ter influenciado o ex-aluno a pleitear a cátedra do Colégio Pedro II.

No terceiro capítulo – “Concepções pedagógicas para o ensino da disciplina de História na formação do caráter” –, procurou-se analisar as considerações, reflexões e orientações do professor João Baptista sobre práticas de ensino para a disciplina em questão, cadeira que pleiteava ao participar do concurso no Colégio Pedro II no ano de 1926. A tese que escreveu visando o ingresso na instituição traz elementos que contribuem na reflexão acerca de seu entendimento do ensino como instrumento imprescindível para a formação de

cidadãos úteis, capazes de contribuir com o desenvolvimento do projeto de nação moderna, próspera, balizada por princípios cívicos, morais e éticos de seu povo.

Capítulo 1

Os Mello e Souza, uma família de professores

Cabôbuia

“Ó cronistas dos séculos sem fim,
Vinde, que eu vos direi o que direis de mim...
Walt Whitman
(...)

Deixar bem claro o que me diz respeito:
Se da fama algum dia eu for eleito,
Se êste livro merece uma aleluia,

Não quero que haja a mínima conversa:
Declaro em frase firme, e pura, e tersa:
_ “Naci mêmo em Quelúis... e cabo buia”.²⁰

J. Meluza (1959)

1.1 Memórias de João Baptista: “onde tudo começou...”

O livro *Sete Lendas de Amor e outras poesias* (1959), publicado quando João Baptista estava com 71 anos de idade, apresenta aos leitores rememorações de sua terra natal. Os versos do poema Cabôbuia abrem a obra que faz referência ao vale-paraibano nascido na cidade de Queluz, divisa entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Nas páginas dos seus livros, encontramos o autor registrando a paisagem do Vale do Paraíba e sua gente, dentro do contexto do final do século XIX e início do século XX, como em outros diversos escritos. Nas memórias de Carolina Frick é constante a consideração sobre o apreço do seu pai pela região e as suas viagens pelas cidades que, de acordo com João Baptista, foram palco da sua infância, entre a Serra da Mantiqueira e as margens do rio Paraíba do Sul, locais onde tinha sonhos como o de ser maquinista da Central do Brasil (MELLO E SOUZA, 1949). Nos artigos, crônicas, discursos e livros em que registrou suas memórias, o autor constantemente procurou valorizar suas origens, família e profissão. O homem maduro deixava claro, no exercício da escrita, o quanto sua formação sociocultural foi importante para definir as trajetórias de vida, os modos de ver e de pensar o mundo. Seus escritos, voluntária ou involuntariamente, o definem como um intelectual, de família modesta, que venceu na vida e prestou relevantes serviços à sociedade.

²⁰ Expressão comum à época do autor quando, ainda, morador da cidade de Queluz, para encerrar uma discussão.

Ao escrever sobre episódios relatados por professores aposentados, Mirian Ben-Peretz recorre a Neisser (1978) no excerto:

toda a gente utiliza o passado para definir a si próprio. Quem sou eu? Tenho um nome, uma família, um lar, uma profissão. Sei muito acerca de mim próprio: o que tenho feito, como tenho me sentido, onde tenho estado, com quem tenho travado conhecimento, como tenho sido tratado. O meu passado define-me juntamente com o meu presente e com o futuro que o passado permite esperar. O que seria de mim sem isso? (BEN-PERETZ, 2007, p. 203).

Dialogando com determinados escritos de João Baptista e outras referências à sua vida, procuro compreender neste capítulo como foram produzidas memórias sobre este sujeito, principalmente em relação aos seus vínculos familiares. As imagens de filho, irmão, pai que estão amalgamadas à de professor, são definidoras de um homem que prezou pelos bons costumes, defendeu princípios éticos e morais, trabalhando incansavelmente pelo progresso da nação.

Como mencionado, no livro *Sete Lendas de Amor e outras poesias*, o autor evoca suas origens e sugere não desejar ser esquecido, “Se da fama algum dia eu for eleito” (MELUZA, 1959, p. 06). Fotografias da construção da antiga ponte de Queluz – atualmente um patrimônio da cidade –, da igreja, do casario, de ruas que já quase se apagam na revelação e do professor João Baptista com sua esposa Dulce e filhos, em visita às cidades da sua infância, foram guardadas no álbum *Lembranças de In Illo Tempore*.

No município queluzense, ao lado da imponente construção da Matriz de São João Batista, no alto do morro, ainda existe uma casinha branca com portas e janelas azuis. Uma das casas, na cidade, onde morou a família Mello e Souza. João Baptista nasceu em 28 de maio de 1888, dias depois da assinatura da Lei Áurea (em 13 de maio de 1888) e, filho de um casal de professores, teve sua instrução primária sob a responsabilidade da sua mãe, que lecionava e dirigia uma escola em seu próprio lar, “a casa onde nasci e passei a infancia e a meninice, era, com effeito, uma escola pública”²¹.

Na obra *História da profissão docente no Brasil: representações em disputas*, as autoras Paula Perin Vicentini e Rosário Genta Lugli relatam que as condições materiais da maioria das escolas públicas até o final do século XIX não eram adequadas. Exemplificando por meio das escolas isoladas, as autoras explicam que as aulas aconteciam na própria casa

²¹ Trecho do discurso de João Baptista, quando ingressou como catedrático no Colégio Pedro II, publicado na *Revista A Escola Primária*. Rio de Janeiro, [s.n.], nov. 1926, p. 185.

dos professores ou em locais que alugavam para tal com recursos próprios, o que dificultava o funcionamento de uma escola a contento (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Já professor e morando na cidade do Rio de Janeiro, João Baptista foi revelando o antigo cotidiano da sua família na cidade queluzense, uma rotina que ficou registrada em suas memórias e foi protagonista em suas obras, principalmente em *Meninos de Queluz* (1949), *Majupira* (1938) e *Histórias do Rio Paraíba* (1951). Guardar notícias e lembranças das trajetórias dos familiares, preservando fotografias, cartões, cartas, notícias de jornais sobre si e demais parentes pode ter auxiliado nas narrativas, considerando que as datas das três publicações citadas ocorreram quando o autor já tinha por volta de 50 anos de idade. Segundo Bosi (1998, p. 55),

a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor.

A obra *Meninos de Queluz* (1949), em particular, e demais livros do autor, inclusive *Majupira* (1938), uma ficção, evidenciam a força das lembranças familiares com foco no ensino. Considerando que as memórias do indivíduo dependem de seus relacionamentos familiares, profissionais, sociais envolvendo os grupos dos quais faz parte (BOSI, *op. cit.*, p. 54), a produção literária do professor João Baptista, quando não didática, ou seja, da sua realidade profissional, traz elementos da sua realidade familiar, é essencialmente uma escrita memorialista. Mesmo que os gêneros literários sejam distintos, suas experiências cotidianas familiares e profissionais estão sempre presente em suas narrativas. Paulilo (2015, p. 70) considera que:

Sobre os registros produzidos por meio de entrevistas, biografias, diários e memoriais de docentes acharam-se modalidades muito estáveis de fazeres, de atitudes e de exibição da identidade social. Entre eles, a “evocação da entrada na escola” é aquela que dá mais condições de contrastar as marcas deixadas pelos antigos mestres e os novos tipos de relações depois experimentadas como docente, com a cultura escolar.

Consideração que suscita a reflexão de o quanto poderiam ter sido potentes tais marcas numa relação em que a escola e o lar se confundiam tão intimamente, a ponto de permanecer nas crônicas e memórias do professor na maturidade e velhice, momentos estes em que publica a maior parte das suas obras.

João Baptista era filho do Coronel²² João de Deus de Mello e Souza (1863-1911)²³, e este, filho de Francisco José de Mello e Souza e Maria Amélia de Mello e Souza, naturais de Alcobaça, Portugal. A família de portugueses morava no Rio de Janeiro e, com o falecimento do patriarca dos Mello e Souza, os irmãos João de Deus, Irineu e Quincas (Joaquim de Mello e Souza) se viram sem condições financeiras para se manterem na capital. João Baptista dá conta da mudança do seu pai e dos seus tios para o interior de São Paulo no livro *Meninos de Queluz* (1949). Segundo o autor, a mudança ocorreu quatro anos antes da queda do governo imperial e de forma pitoresca, como, aliás, muitos dos fatos registrados por ele. Trabalhando no escritório de uma “importante empresa industrial, onde obtivera modesta colocação, recebeu de seu chefe uma incumbência de principiante” (MELLO E SOUZA, 1949, p. 10). João de Deus teve que acompanhar um fazendeiro de Queluz, Antonio Cirino, em compras na cidade do Rio de Janeiro.

Do relato da conversa entre o rapaz e o fazendeiro, ficou o registro de João Baptista de que seu pai havia interrompido o curso de Direito e que se aborrecia por não poder concluir a formação que ele considerava mais de acordo para conseguir trabalho conforme seus “pendores de intelectual” (*Ibidem*, p. 11). Deste encontro, no mesmo dia, ficou acertado que ele iria para Queluz, acompanhado dos seus irmãos, e lá abriria uma escola, pois “não há professores, nem colégios por lá, de modo que os meninos ficam numa total ignorância...” (*Ibidem*, p. 12). De acordo com o texto, assim ocorreu, João de Deus instalou com seus irmãos o Colégio João de Deus, inaugurado com regime de internato e contando com cerca de quarenta alunos (c. 1883).

A mãe de João Baptista, Carolina Carlos de Toledo (1866-1925)²⁴, era bisneta do bandeirante Carlos Pedroso da Silveira, e filha de Manuel Carlos de Toledo e Maria de Toledo, naturais da cidade de Silveiras. Sinhá, como era conhecida na intimidade, regia uma

²² Coronel João de Deus de Mello e Souza é assim apresentado em uma notícia do *Jornal Zagaia*, sob nº 01, publicado na cidade de Piquete (SP), no dia 03 de dezembro de 1908. Há a apenas um recorte, com o discurso do pai de João Baptista, colado no álbum *In Illo Tempore*. O discurso proferido e publicado é sobre as comemorações da Festa da Bandeira. Na mesma página do álbum onde consta este recorte, há outro, uma nota de falecimento, sem referências ao jornal de origem. No mesmo, consta a notícia do falecimento do Tenente Coronel João de Deus de Mello e Souza, comandante do 20º batalhão de infantaria “do que manda o Sr. marechal commandante superior dar conhecimento á Guarda Nacional” (Anexo 2) e encerra a nota agradecendo os valiosos serviços prestados à pátria em tempos de paz e em “épocas anormais”.

²³ MALBA Tahan. Coordenação de Renata de Faria Pereira. Site Oficial da Família e dos Admiradores de Malba Tahan. [S.l.; s.n.], c2012. Disponível em: http://www.malbatahan.com.br/arvore_genealogica.php. Acesso em: 12 abr. 2012.

²⁴ *Ibidem*.

escola provincial do município de Queluz desde 08 de março de 1885²⁵. Residia em casa de parentes e foi, por seu tio, o tabelião Francisco Carlos da Silveira, apresentada ao professor vindo do Rio de Janeiro. João Baptista escreveu que a afinidade profissional levou à união matrimonial de João de Deus e Sinhá que compartilhavam “além de naturais pendores, a identidade da missão que ambos exerciam” (MELLO E SOUZA, 1949, p. 15). O ofício do magistério é descrito como missão relacionada aos pais desde antes da formação do núcleo familiar.

O casal teve nove filhos: Maria Antonieta (1885-1952), Laura Marieta (188--1940), João Baptista (1888-1969), Julieta Carmem (1893-1981), Júlio César (1895-1974), Néelson Carlos (1898-1948), Rubens (1900-1924), Olga (1902-1973) e José Carlos (1905-1990)²⁶.

Segundo a narrativa de João Baptista, a família encontrou desafios financeiros com o declínio econômico das fazendas de café da região vale-paraibana, a partir da abolição da escravidão. Sem alunos a contento, o casal Mello e Souza precisou fechar as portas do seu colégio particular administrado por João de Deus. Dona Carolina pediu demissão do seu cargo público estadual de professora e buscaram oportunidade no Rio de Janeiro, onde João de Deus teve possibilidade de trabalho com uma nomeação para Terceiro Oficial da Secretaria da Justiça (FRICK, 2013, p. 127). A esta altura, o casal já tinha três filhos: Maria Antonieta, Laura Marieta e João Baptista. A despedida da cidade de Queluz e do rio Paraíba do Sul foi sentida por ele, descrita décadas depois em *Meninos de Queluz* (1949), obra na qual também reforça que, na capital do Brasil, as dificuldades não foram poucas. Seu pai continuou enfrentando questões financeiras; não conseguiu a promoção que almejava e acumulou a função de revisor em um jornal diário.

No Rio de Janeiro, os Mello e Souza residiram por volta de três anos, período em que nasceram mais três filhos do casal: Julieta Carmem, Júlio César e Néelson Carlos. Após morarem com alguns parentes, a família acabou por retornar para a cidade de Queluz, onde a professora Dona Carolina, com a ajuda do seu tio, o tabelião Francisco Carlos da Silveira, conseguiu a reintegração do seu cargo no magistério público estadual e voltou a atuar “indo morar numa casa antiga e enorme, a Chacrinha, no alto da colina onde fica a Matriz de

²⁵ LEMBRANÇAS do Colégio São Paulo: 1914-1964. [S. l.; s.n.], 1964, p. 06.

²⁶ MALBA Tahan. Coordenação de Renata de Faria Pereira. Site Oficial da Família e dos Admiradores de Malba Tahan. [S.l.; s.n.], c2012. Disponível em: http://www.malbatahan.com.br/arvore_genealogica.php. Acesso em: 12 abr. 2012.

Queluz” (*Ibidem*, p. 128). Na casa, João Baptista auxiliava, junto às irmãs, a mãe professora. “Diariamente eu assistia aos trabalhos lectivos, ouvia canticos patrióticos, interessava-me, o quanto mo permittia a idade, pelas cousas do ensino”.²⁷ João de Deus permaneceu no Rio de Janeiro, visitando a família nas folgas e feriados, fato que João Baptista se recordaria:

Por ocasião dessas visitas periódicas, êle se inteirava de tôdas as ocorrências dignas de nota, fazia concertos na casa, recebia visitas de compadres e amigos, discutia com eles sôbre os incidentes da política local. O primeiro serão, porém, era sistematicamente consagrado a um minucioso interrogatório concernente a nossos estudos (MELLO E SOUZA, 1949, p. 22).

Também foi digno de nota do autor que seu pai era republicano e, por isso, evitava as discussões relativas ao tema quando estava na cidade. Queluz é uma cidade situada no Vale Histórico, alcunha relativa ao período de intensa produção cafeeira, durante a monarquia, no Vale do Paraíba paulista. Desta nova estadia queluzense, nasceram os três filhos mais novos do casal Mello e Souza: Rubens, Olga e José Carlos²⁸.

1.2 A casa e escola em Queluz

Em Queluz, a casa dos Mello e Souza e a escola se confundiam no espaço doméstico. A rotina era permeada pelos estudos, organização das aulas e pelos rumores das alunas da professora Dona Carolina. A sala de aula era a sala de visitas com suas janelas amplas e porta aberta para a rua. No artigo *As formas silenciosas de educar: adornos da arquitetura escolar em fotografias, para memória da cidade*, Maria do Carmo Martins (2015a) cita os estudos de Bencostta (2005), Buffa e Pinto (2002), Bufo (2008) e Viñao-Frago (2005) e considera que:

Com todos eles é possível estabelecer um profícuo diálogo ao nos atermos á configuração de escola como “espaço” e “lugar”, escola como espaço educativo e como lugar da experiência de aprendizagem, tanto pelas questões de representação quanto pelo simbolismo dos objetos que nela se encontram (MARTINS, *op. cit.*, p. 246).

²⁷ Trecho do discurso de João Baptista, quando ingressou como catedrático no Colégio Pedro II, publicado na *Revista A Escola Primária*. Rio de Janeiro, [s.n.], nov. 1926, p. 185.

²⁸ O irmão caçula de João Baptista, José Carlos de Mello e Souza, é o único entre os irmãos professores que consta no *Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais* (2002). Seu verbete consta a partir da segunda edição aumentada. O professor de Matemática nasceu em 31 de agosto de 1905, em Queluz. Foi aluno e professor catedrático do Colégio Pedro II. Formou-se em Engenharia chegando a atuar na profissão, mas a deixou para dedicar-se ao ensino. Trabalhou em diversas instituições cariocas, entre elas: Colégio Mello e Souza, Instituto de Educação do Estado da Guanabara e Universidade do Estado da Guanabara. Destaca-se a sua atuação como coordenador da Campanha de Difusão do Ensino Secundário – Cades/Mec, entre 1956 e 1967. José Carlos de Mello e Souza faleceu em 17 de outubro de 1990, na cidade do Rio de Janeiro (FÁVERO; BRITTO, 2002).

João Baptista e os irmãos menores estudavam em casa. Ele registrou que “vivendo numa escola, ali tínhamos livros, quadros murais, mapas, tudo o que nos era mister, inclusive a professora” (MELLO E SOUZA, 1949, p. 22). A experiência de aprendizagem, no caso de João Baptista, não se limitou ao estudo das primeiras letras e números desenvolvido na escola regida por sua mãe, mas parece ter sido também a experiência da aprendizagem docente que levaria para sua futura carreira de professor.

Ser filho da professora levava essa condição também para as ruas da cidade e redondezas, com as quais a família mantinha relações por meio de parentes, contatos profissionais e políticos. Segundo João Baptista, as crianças Mello e Souza eram reconhecidas na cidade como “os filhos da Professora” (*Ibidem*, p. 31). Ao ter contato com o espólio e deparar com o original de *Meninos de Queluz*, este tinha como título, que foi preterido, “Os Filhos da Professora – crônica de uma saudade”. João Baptista relata que era uma honra assim serem conhecidos, mas, ao mesmo tempo, exigia deles postura irrepreensível, pois, como sempre lhes advertiam as irmãs mais velhas, quem colocaria suas filhas para serem educadas por uma professora que não conseguia educar os próprios filhos? As narrativas do filho professor repetidas vezes, ao longo das suas distintas trajetórias, reforçam que a vida familiar dos Mello e Souza e as atribuições do ensino pareciam estar intrincadas; de acordo com Maria do Carmo Martins (2015b, p. 46-47),

As experiências e as recordações são, portanto, valorizadas não em si mesmas, mas como uma disposição política do sujeito. Enfatizando ainda essa escrita de si como elemento da aprendizagem, percebe-se claramente a ênfase na valorização de uma pedagogia que busca o engajamento do narrador com sua história, com suas experiências e a criação de significados profundos para tais experiências.

As duas irmãs mais velhas, Antonieta e Laura, também lecionaram. Estudaram na Escola Normal de São Paulo, formando-se professoras, e nas recordações de João Baptista as irmãs “seriam professoras, não havia dúvida alguma. Meninotas ainda, e alunas matriculadas na escola, já praticavam ensinando as garotinhas principiantes, tomavam-lhe a lição e corrigiam exercícios” (MELLO E SOUZA, *op. cit.*, p. 23). A rotina da escola os acompanhava domesticamente. Os livros, a explicação do uso do lápis, as correções ortográficas, as questões disciplinares, as histórias, os poemas infantis, a sineta avisando o término da aula e o momento do recreio, as canções escolares, todos conviviam com a rotina familiar e as brincadeiras dos irmãos no quintal. Em seus registros, João Baptista constantemente retomou as lembranças da convivência familiar na casa que era o lar da família Mello e Souza e a escola para meninas da sua cidade natal. Ao escrever sobre ambas

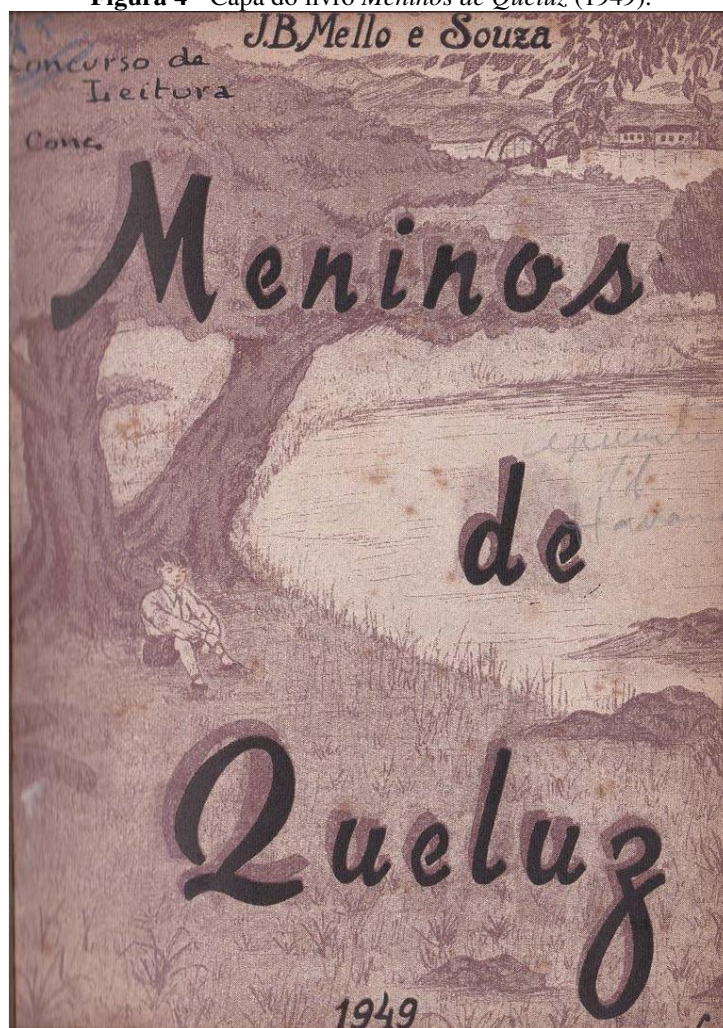
instituições coexistindo sob o mesmo espaço material, a referência mais reiterada é a mãe professora. Tal especificidade nos aproxima da reflexão produzida por Bosi (1998, p. 435), segundo a qual:

a casa materna é uma presença constante nas autobiografias. Nem sempre é a primeira casa que se conheceu, mas é aquela em que vivemos os momentos mais importantes da infância. Ela é o centro geométrico do mundo, a cidade cresce a partir dela, em todas as direções.

A direção profissional tomada pela maioria das crianças da família, quando adultos, foi o exercício do magistério, fato que João Baptista narrou com ar literário de previsão feita pelo inspetor estadual de ensino Arnaldo de Oliveira Barreto²⁹, numa das visitas periódicas à casa e escola de Dona Carolina, que ao se despedir, lhe teria dito “sua casa é um celeiro de futuros artistas e professores... todos os seus filhos, pelo que vejo, têm aptidões pedagógicas...” (MELLO E SOUZA, 1949, p. 70).

²⁹ Arnaldo de Oliveira Barreto (1869-1925) diplomou-se pela Escola Normal de São Paulo e a partir de 1894 passou a reger uma das classes da Escola-Modelo do Carmo anexa à Escola Normal de São Paulo. Reorganizou o Grupo Escolar de Lorena, cidade próxima à cidade de Queluz, em 1896; no ano seguinte, tornou-se inspetor das escolas anexas do estado de São Paulo (APOLINÁRIO, 2012).

Figura 4 - Capa do livro *Meninos de Queluz* (1949).



Fonte: Acervo particular da autora.

Em *Meninos de Queluz* (1949), o escritor narra o cotidiano da sua família desde o terceiro quartel do século XIX, na cidade de Queluz. O texto recebeu o prêmio “Joaquim Nabuco”, da Academia Brasileira de Letras, em 1948, sendo publicado posteriormente. Com o subtítulo *Crônicas de Saudade*, a publicação da Editora Aurora Ltda. tem capa de Carolina Frick. A imagem bucólica do menino sentado na relva, encostado e protegido por frondosa árvore, às margens do rio Paraíba do Sul, tendo ao longe a ponte característica e algumas casinhas laureadas por morros, descreve a cidade-natal. O exemplar referenciado por esta pesquisa (sob número 335 e rubricado, como costume da época) foi utilizado pelo autor, conforme informação da sua filha Carolina Frick, para concurso de leitura; as anotações manuscritas dão conta que foram realizados os concursos de:

- leitura expressiva no:
- Pedro II, S. Sul, (1ª série gin.)
 - Colégio João Lira, (Vila Isabel)
 - Escola Normal de Caxambu

- Escola Tiradentes
- Escola Cácio Barcelos.

Entre as páginas 22 e 23, o autor colou uma folha de sulfite em que datilografou as instruções para a leitura dos alunos sobre o tema: A aula de Dona Carolina. Evidencia-se o apego às lembranças da mãe e primeira professora, as pistas que reforçam a influência de Sinhá na vocação do filho professor, as quais permeiam a obra do filho escritor. Em suas crônicas, vislumbra-se o cotidiano educacional do interior, os conteúdos oferecidos às alunas de Sinhá, a presença constante da poesia nas lições. João Baptista recorda com entusiasmo textual o dia-a-dia dos meninos Mello e Souza, reforçando aspectos culturais como as leituras de Bernadim Ribeiro, José Bonifácio, Gonçalves Dias, da série Rocherolles, dos poemas infantis de Ratisbonne. O autor parece intentar que foi na meninice que surgiu a vontade de escrever:

Em caderninhos que comprava, ou que eu mesmo fazia aproveitando os sobejos de meus trabalhos escolares, garatujei uma série de coisas, cuja leitura ainda hoje me faz rir. Digo isso, porque conservo a maior parte desse acervo de tolices. O mais antigo documento saído de minha pena contém a descrição de uma admirável estrada de ferro cujos trilhos ligavam cidades colossais, de países imaginários (MELLO E SOUZA, 1949, p. 49).

Entre as fontes disponíveis para esta pesquisa, não foram encontrados esses registros. A literatura tinha o mesmo espaço e peso das brincadeiras, proporcionava-lhe o mesmo prazer. O autor afirmou em *Meninos de Queluz* (1949) que seus passatempos eram a leitura e os devaneios puro e simples. Seu diálogo com as letras, o interesse nos enredos de romances, a submersão a ponto de gesticular, chamava a atenção das meninas na casa.

Muito devo a essas leituras temperadas pelo marulhar do rio de minha terra. Devorei romances extensos, de Richebourg e Sue; delíciei-me com Daudel e Guy de Maupassant; comparei Alencar com Macedo, Júlio Diniz com Eça de Queiroz. Não me agradou o “Guarani”, de Alencar; achei trágico e inverossímil o desfecho. Só mais tarde a “Iracema” conseguiu reconciliar-me com o escritor cearense (MELLO E SOUZA, *op. cit.*, p. 47).

Linhas adiante, o autor revelou que sobre sua imaginação tiveram forte influência os livros: *Coração* (1886), de Edmondo de Amices (1846-1908)³⁰, traduzido por João Ribeiro

³⁰ Dentre as obras citadas, *Coração* (1886) apresenta-se como um livro de leitura para meninos entre 9 e 13 anos, detentor de narrativa confessional, que busca educar o leitor, formar o caráter moral e civicamente, valorizando a ilustração; o livro muito popular no Brasil, também foi apreciado por Manuel Bandeira, Paulo Mendes Campos e José Lins do Rego, “A obra representa os valores da ilustração brasileira quanto ao projeto pedagógico republicano de formação do novo homem para o novo regime - crença ilustrada nas virtudes da instrução moral e cívica, como forma de manter a ordem social” (BASTOS, 2004, p. 01).

(1860-1930); *Ilha Misteriosa* (1874), de Júlio Verne (1828-1905); e *Facundo* (1845), de Domingo F. Sarmiento (1811-1888)³¹. Estas duas últimas, obras que intentavam formar o caráter, moral e civicamente.

Continuando os relatos sobre a casa e escola de Dona Carolina, João Baptista escreveu que a unidade era multiseriada e para meninas, e que as visitas dos inspetores escolares e as festinhas de final de ano eram eventos que repercutiam na rotina doméstica. O autor é crítico sobre a atuação de tais inspetores e, mais especificamente, em relação aos inspetores municipais que tinham por função atestar a frequência das professoras para o pagamento dos seus salários. Descreveu-os como ignorantes e relatou anedotas sobre a falta de conhecimento escolar dos mesmos (MELLO E SOUZA, 1949). É curioso o fato destas considerações, pois um dos personagens do livro *Majupira* (1938) é um inspetor caracterizado como antiético, que ameaça a honra da professora Maria Júlia Pimentel Ramos, defendida por seus alunos.

No estudo que realizou sobre a educação no referido período, Reis Filho (1981, p. 20) afirma que os Conselhos Municipais “fiscalizavam a frequência média das escolas e forneciam aos professores o atestado de frequência que os habilitava a receber seus vencimentos”. A partir de 1891, os Conselhos Municipais tiveram suas funções restringidas e garantiu-se ao professor receber seus salários independente da frequência média. Tendo em vista tais condições e considerando que João Baptista, a essa altura, teria três anos de idade, infere-se a possível manutenção da fiscalização, mesmo após o Decreto nº 140 de 21 de março de 1891, pela Diretoria Geral de Instrução Pública (REIS FILHO, op. cit.), ou, ainda, que a memória do autor foi alimentada pelas narrativas familiares a respeito do tema.

Em relação aos inspetores escolares estaduais, a memória de João Baptista os definiu como profissionais cultos, que traziam sempre benefícios e incentivo ao trabalho das professoras:

Conhecemos, no desempenho dessa função, elementos de valor, como Orestes Guimarães³², Pedro Voss³³ e o exímio educador Arnaldo Barreto, que veio a ser

³¹ *Facundo: civilização e barbárie* (1845) alimenta as pistas da construção da identidade literária de J. B. de Mello e Souza. Seu autor, Domingo F. Sarmiento, era de uma família pobre da Argentina, porém, com antepassados ilustres, teve formação autodidata e forte influência materna (HOSIASSON, 2011).

³² Orestes de Oliveira Guimarães (1871-1931) professor e diretor de grupos escolares do estado de São Paulo. Atuou também em Santa Catarina onde assumiu o cargo de Inspetor Geral da Instrução no Estado, em 1911 (SCHEIBE, DARÓS, 2002, p. 123, *apud* NASCIMENTO, 2008).

mais tarde nosso particular amigo, não ocultando sua admiração pelos processos que minha mãe punha em prática para melhorar a eficiência de sua modesta escolinha da roça (MELLO E SOUZA, 1949, p. 28).

Sobre as festividades de final de ano, minuciosamente descreveu os enfeites da sala, os bailados ensaiados, as cantigas, os recitais, as encenações “de alto cunho moral” (*Ibidem*, p. 29). As alunas compareciam vestidas de branco e faziam presença às altas autoridades, inspetores escolares e intelectuais locais. A festa iniciava-se com os presentes entoando os hinos patrióticos, discursando e com a entrega de prêmios. As delícias distribuídas aos convidados eram feitas por sua avó materna. O evento durava o dia todo e encerrava-se ao início da noite para tristeza das alunas que apreciavam essas festividades. Considerando que *Meninos de Queluz* foi publicado em 1949, há a comparação que o autor registra sobre as festividades da escola na então pequena cidade de Queluz, no final do século XIX e primeiros anos do século XX, e com o que ocorria no Rio de Janeiro após muitos anos de carreira docente:

Tenho em alta conta a significação educativa e social dessas festinhas escolares, ultimamente condenadas pela inconsciência de desastrosos mentores do ensino oficial. Como se sabe, êstes resolveram substituí-las por monstruosas exhibições em praça pública, nas quais vinte mil crianças exaustas, quase a cair de fome, sede e fadiga, são coagidas a cantar, sob o sol causticante, umas coisas horríveis, em que só há música e onomatopéias, sem o menor vislumbre de idéias, ou de fundo sentimental. Diluiu-se, assim, a delicada emotividade da escola, na psicologia tôrva, torrencial e tumultuosa da mutidão. Ainda bem que uma onda de bom senso vai reagindo no sentido de suspender essas demonstrações de prepotência, de vaidade, ou de aulicismo, libertando a escola dos males que a oprimiam³⁴ (*Ibidem*, p. 29-30).

O ambiente da casa queluzense era composto pelo quadro negro, livros e materiais didáticos que subsidiavam as lições propostas; as declamações das irmãs mais velhas, os versos e quadrinhas escritos por João Baptista e solicitados pelas alunas da sua mãe faziam parte das práticas educativas ali desenvolvidas. Quadrinhas que muitas vezes recebiam arranjos da irmã Julieta e se tornaram canções entoadas nas escolas da cidade e região. Em *Meninos de Queluz* (1949), ele relata que, numa das discussões com a irmã Julieta em relação aos arranjos, já aluno do Colégio Pedro II, arrematou suas considerações exibindo-se aluno de

³³ Pedro Voss (1871-1940), normalista diplomado pela Escola Normal em 1892, foi nomeado em 1895 professor e, em 1896, diretor da Escola-Modelo Prudente de Moraes. Foi o primeiro diretor da Escola Normal de Campinas e diretor Geral da Instrução Pública de 1924 a 1927 (CASTRO, 2012).

³⁴ Este texto consta em uma publicação do professor João Baptista em exemplar do jornal *Muirakitan*, de maio de 1939, ou seja, durante o período do Estado Novo (1937-1945).

Osório Duque Estrada. Em seu álbum *Lembranças de In Illo Tempore*, está guardado um autógrafo dele.

Em seus diversos escritos, é recorrente a apresentação da ideia que ele fazia parte de uma família com poucas condições financeiras. Apesar das possíveis dificuldades econômicas, seus pais são enaltecidos por possibilitarem uma infância e juventude que os filhos adultos recordariam com saudosismo e orgulho. Sentimentos reiterados pela irmã de João Baptista, Antonietta. Em *Meninos de Queluz*, da página 103 a 107, encerra a obra uma carta da mesma que foi solicitada pelo autor. Antonietta revela que foi a primeira a ler os originais para o livro devido ser mais velha, tece alguns comentários elogiosos e reforça que o exemplo dos pais os influenciou em bondade, trabalho e dignidade para a vida; trata a trajetória dos pais para conseguir educar os nove filhos como heroísmo. Apesar de o avô paterno ter sido um industrial português que teve fortuna, perdeu-a por motivos de doenças e imprevistos. Já a mãe de Carolina, embora descendente dos bandeirantes, de uma família quatrocentona, também não era rica (MELLO E SOUZA, 1949).

A realidade financeira dos Mello e Souza, na cidade de Queluz, mesmo na comparação com a decadente elite cafeeira local ao fim do período imperial, não era a desejada aos olhos da sociedade conservadora, pois mudaram-se para o Rio de Janeiro em busca de uma melhor colocação para o pai, então esteio do núcleo familiar. O grande número de filhos possivelmente dificultava o equilíbrio das finanças familiares. Quando o casal enviou seus filhos para estudarem fora da região vale-paraibana, as filhas mais velhas foram hospedadas por parentes; para João Baptista, no Rio de Janeiro, pleiteou gratuidade no Colégio Pedro II. Durante sua vida matrimonial e depois viúva, Dona Carolina trabalhou. Mas se não havia fartura de recursos financeiros, a família Mello e Souza buscou proporcionar aos filhos patrimônio intelectual que lhes poderia assegurar status social.

Quando a mãe, lecionando há muitos anos, começou a sentir o desgaste do trabalho profissional e doméstico, foram os filhos que continuaram a auxiliá-la na tarefa pedagógica, inclusive organizando atividades e jogos para as alunas, em que cada um colaborava conforme seus talentos, a exemplo de Júlio César, que contava histórias para as meninas (*Ibidem*). Os irmãos Mello e Souza cristalizaram a trajetória dos pais reforçando-a nas suas histórias e obras individuais, inclusive optando pelo mesmo ofício. Ecléa Bosi (1998, p. 423) explica que:

as lembranças do grupo doméstico persistem matizadas em cada um dos seus membros e constituem uma memória ao mesmo tempo una e diferenciada. Trocando opiniões, dialogando sobre tudo, suas lembranças guardam vínculos difíceis de

separar. Os vínculos podem persistir mesmo quando se desagregou o núcleo onde sua história teve origem. Esse enraizamento num solo comum transcende o sentimento individual.

As narrativas das trajetórias docentes alcançaram a geração dos netos que conservaram acervos e perpetuam os relatos sobre o núcleo inicial, identificando-os como de uma família de professores.

1.3 Intelectual em formação

João Baptista manifestou em sua vida profissional, por meio de suas obras, atuações em cargos públicos do governo federal, em escolas, nas diversas instituições culturais das quais fez parte e nas relações familiares, o apreço ao status de mestre. Sentimento este que ele registrou nos livretos que imprimiu sobre o Colégio São Paulo (1964), sobre a viagem que realizou aos Estados Unidos da América, na década de 1950, e no opúsculo comemorativo de aniversário de 80 anos do professor catedrático do Colégio Pedro II. O status evidencia-se também nas crônicas e artigos que publicou durante a primeira metade do século XX em jornais como *O Imparcial* (Rio de Janeiro), *Correio Paulistano* (São Paulo), *Correio Popular* (Campinas) e *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro). Tais materiais o autor conservou, em parte, no álbum *Lembranças de In Illo Tempore*.

Escrevendo na fase adulta, João Baptista insiste na elaboração de relatos, mesmo que de sua adolescência e juventude, nos quais se evidencia o status de pertencer a uma família envolvida com o magistério. Como exemplo destaco a inauguração do Grupo Escolar de Cruzeiro (SP) e as formaturas de três irmãs no período em que parte da família ainda residia na cidade de Queluz. Infere-se que tais eventos tenham ocorrido na década dos 1900, pois João Baptista relatou em *Meninos de Queluz* (1949) que inspetores de ensino haviam lhe perguntado sobre os estudos no Colégio Pedro II, então Ginásio Nacional, quando ele compareceu à diplomação de uma das irmãs na Escola Normal de São Paulo, acompanhando seus pais. Sobre a inauguração do Grupo Escolar de Cruzeiro, João Baptista relatou que estava com os irmãos em busca de materiais didáticos para sua mãe e, coincidentemente, ao chegarem na referida instituição, lá estava o inspetor Arnaldo de Oliveira Barreto. Depois de alguma dificuldade para entrar na escola, em pleno evento, ao serem apresentados pelo inspetor como os filhos da professora Dona Carolina, foram convidados, inclusive, para

assistirem à cerimônia e presenciar o coral de crianças cantando uma das músicas que João Baptista tinha escrito, “Seu Juca na Capitá” (MELLO E SOUZA, 1949).

A composição de canções escolares foi atividade recorrente na atuação do professor João Baptista a ponto de, em 1926, publicar o livro *Canções da Escola e do Lar*. Esta obra aparece como primeira de suas publicações nos dados bibliográficos que o próprio autor organizou (Anexo 3). Vale destacar que o primeiro livro publicado foi *A Nossa Republica não é política* (1913), na qual assinou como J. Meluza e que foi impressa na Typ. Gomes Irmão & Cia., no Rio de Janeiro. Segundo Paulilo (2015), somente depois de escolherem a profissão, os homens apresentam um discurso de vocação e excelência do magistério. Trabalhando com essa afirmação, podemos imaginar que a visão de João Baptista a respeito do principal ofício de sua vida se consolidou a partir da década de 1920? Ao retirar sua primeira publicação da lista de referências produzidas, o autor pode ter nos deixado uma pista para uma possível confirmação.

Figura 5 - Capa do livreto comemorativo do aniversário de oitenta anos do catedrático João Baptista de Mello e Souza (1968).



Fonte: Acervo particular da autora.

Retomando suas memórias sobre as canções escolares, no livro *O professor de nosso tempo* (1968) há ainda uma singular visão do compositor J. B. de Mello e Souza; para Hiram Jacques Ferreira (1968)³⁵, o autor confia que, em uma de suas passagens por sua cidade de Queluz, estava de trem e este parou a certa distância da estação, o que foi um presente para o jovem. Numa praça próxima, via-se um grupo escolar.

³⁵ Hiram Jacques Ferreira, autor das páginas anexas ao *O Professor do Nosso Tempo* (1968). Nos textos diversificados que compõem oito páginas, anexado à segunda capa do livreto, o ex-aluno de João Baptista escreve sobre sua relação enquanto aluno do mesmo e depois colega professor e um dos diretores, à época, do Colégio Acadêmico e Curso Kremer - Hiram Jacques. Informações à página 08 do citado anexo.

Cessado o rumor do trem, eu ouvi distintamente o canto das crianças. Iam, certamente, dar início aos trabalhos do dia. Imagine você minha surpresa: cantavam uma canção minha! Versos e música de minha autoria!... Eu fiquei entusiasmado. Lamentei, apenas, que naquele carro atravancado por malas e embrulhos, ninguém se interessasse pelo cântico infantil (FERREIRA, 1968, p. 03).

Lastimou não ter contado aos passageiros que as meninas cantavam sua música, mas deu por acertada a atitude, pois quem daria atenção às pequenas alunas cantando.

A professora Dona Carolina, com sua escola e práticas pedagógicas, influenciou as experiências docentes do filho e foi motivo de preocupação e reverência do mesmo, a ponto de este preservar seu nome e função em sua obra.

Não seria lícito omitir o valor irrecusável da influência materna que decididamente abriu a Mello e Souza extensa estrada para o êxito final. Tão fundo e marcante foi o sinal da professora primária na iniciação do filho, que, homem feito retribuía êste o justo benefício, em livros (...) “Majupira” e no “Meninos de Queluz” (GUIMARÃES, 1968, p. 09).

Em novembro de 1949, a Editora Saraiva, através da Coleção Saraiva, sob o volume número 17, publicou *Majupira*. A primeira edição do livro saíra antes pela Editora Pongetti, em 1938. A Coleção Saraiva publicava títulos nacionais e estrangeiros, geralmente de autores consagrados, divulgando que o interesse era o de estimular os nomes brasileiros que difundissem obras com espírito nacional. Dentre os autores publicados, destacavam-se Pedro Calmon, Paulo Setúbal, Ciro dos Anjos, Galeão Coutinho, Menotti Del Picchia, Lucia Miguel Pereira, Malba Tahan e Orígenes Lessa. J. B. de Mello e Souza entrou para o rol desse seleto grupo com sua obra *Majupira*.

Na apresentação da obra, o editor anuncia que se trata “de um livro maravilhoso, que descreve rincões montanhosos e aprazíveis, as culminâncias da Serra da Mantiqueira no setor do famoso túnel”³⁶, na divisa de São Paulo e Minas Gerais, palco de combates da Revolução Constitucionalista de 1932. *Majupira* conduz o leitor por uma viagem bucólica através do expresso da Rede Sul Mineira, chegando ao povoado do Pequiri. As aventuras dos meninos do interior que criam um grupo nos moldes do escotismo e o batizam com as iniciais do nome da professora que tanto prezavam – Maria Julia Pimentel Ramos (MAJUPIRA) –, diversificam-se entre as peraltices de antanho, escalar o Pico dos Marins, na cidade de

³⁶ Texto de apresentação do livro divulga a obra como romance regional.

Piquete, e defender a honra da professora, noiva do jovem doutor, vindo do Rio de Janeiro, Osvaldo Luna Moreira. Liderados por Pedro Luiz, descrito pelo autor como:

reservado por índole; a desconfiança, inata no paulista sertanejo, dominava-lhe os impulsos do coração. Empresa difícil era captar-lhe a estima e a familiaridade. Órfão de pai, foi confiado por sua mãe, que residia em Silveiras, a um tio paterno, o Chico Silveira, então chefe da 3ª turma de conserva da estrada Sul Mineira, cuja sede era o Pequiri (MELLO E SOUZA, 1949, p. 67).

O leitor acompanha o embate do MAJUPIRA contra o antiético inspetor de ensino Altino Soares, advogado, burocrata na Diretoria de Instrução do Estado, desvendando o cotidiano das cidades paulistas de Cruzeiro, Lorena, Cachoeira Paulista, Guaratinguetá, Queluz, Silveiras, Lavrinhas, Aparecida, Taubaté, Tremembé e Jacareí, no Vale do rio Paraíba do Sul até a serra da Bocaina.

Uma galeria de personagens compõe a narrativa: Coronel José Alves, chefe político da região, um tipo ignorante e retrógrado; a professora rival da jovem Maria Julia, Elvira; o agente de correio Jarbas Feitosa; o agente da estação Genelício; Lucinha Freire; Afonso; Guaraciaba; Carlota Silvino; Marcelo e Glorinha, entre outros, desenrolam o enredo construído nos idos da década de 1930.

A pintura do lugarejo do interior, com suas intrigas e sua vida próxima da natureza, é bem realizada. E é preciso proclamar o êxito completo do romance na sua missão preponderante que é a de inspirar bons sentimentos e de comover profundamente.³⁷

A opção pela narrativa regionalista, focada nos tipos do Vale do Paraíba e Sul de Minas Gerais, pode se justificar também pela permanência da convivência com familiares e amigos, mesmo já há longos anos morando na capital do Brasil. Nas memórias de Carolina Frick, estão as viagens que realizavam para as cidades de Queluz, Aparecida, e as estações de águas minerais de São Lourenço, Caxambú, Cambuquira, Lambari e Poços de Caldas, estas, no estado de Minas Gerais, tendo estadias ora em hotéis, ora em casa dos familiares, geralmente do lado paterno, parentes de Carolina Carlos de Toledo. Outras viagens que ficaram gravadas na memória da filha de João Baptista foram as realizadas para a cidade de Petrópolis (FRICK, 2013). O cotidiano dos Mello e Souza, seja na esfera da convivência familiar, das relações sociais ou da atuação profissional, é elemento de inspiração para a escrita do professor.

³⁷ Texto atribuído ao *Jornal O Globo*, consta da apresentação do livro em questão.

Figura 6 – Propaganda no jornal *O Imparcial*, 02 de março de 1914, p. 09.

Colégio São Paulo

EXTERNATO PARA MENINAS
(Aceitam-se meninas até 10 anos de idade)
CURSOS PRIMARIO, MEDIO E COMPLEMENTAR

RUA IPANEMA, 63
(Proximo a rua Nossa Senhora do Copacabana)
COPACABANA.

AULAS TODOS OS DIAS UTEIS, DAS 11 A'S 4 DA TARDE

NESTE novo estabelecimento de educação e ensino, dirigido por d. Carolina Mello e Souza, professora aposentada pelo Estado de S. Paulo e pela senhorita Julieta Mello e Souza, diplomada pela Escola Normal de Guaratinguetá, são adoptados os programmas e os mais adiantados processos pedagogicos em vigor nas escolas modelo do mesmo Estado.

Ensino intuitivo e pratico, baseado no sentimento religioso, e amenizado o quanto possível, de modo a attrahir o interesse, sem fatigar o espirito.

As aulas terão inicio a 2 de março proximo

Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O professor João Baptista iniciou sua carreira no magistério lecionando no ensino primário da escola que sua mãe instalou no Rio de Janeiro, o Colégio São Paulo (GUIMARÃES, 1968, p. 10). A família Mello e Souza mudou-se da cidade de Queluz, em 1913, após o falecimento de João de Deus, em 1911, e fundou o externato, em 02 de março de 1914 (Figura 6). Nele, atuaram como professores sua fundadora e os filhos João Baptista, Júlio César, Julieta e Nélsion.³⁸ Relacionando sua escolha pelo ensino ao exemplo profissional familiar, João Baptista afirmou: “não posso nem devo atribuir a outra cousa o invencível pendor que desde cedo manifestei pelo magisterio e, em particular, pelo que diz respeito aos problemas do ensino primario”³⁹.

³⁸ LEMBRANÇAS do Colégio São Paulo: 1914-1964. [S.l.; s.n.], 1964, p. 07.

³⁹ Trecho do discurso de João Baptista, quando ingressou como catedrático no Colégio Pedro II, publicado na *Revista A Escola Primária*. Rio de Janeiro, [s.n.], nov. 1926, p. 185.

1.4 Colégio São Paulo, uma nova casa e escola?

O Colégio São Paulo, a exemplo da experiência vivida na cidade de Queluz, também funcionava em uma casa na qual moravam os Mello e Souza. A família habitava a parte em que se localizava o porão e, nos cômodos superiores, foram instaladas as salas de aula, em uma organização espacial que lhes era costumeira. Mantinha-se a realidade da casa e escola por toda a existência da matriarca dos Mello e Souza. A vida da mãe professora de João Baptista parece não ter dissociado a profissão de suas relações pessoais, desde que constituiu família.

Conforme a propaganda veiculada em jornal sobre a inauguração do colégio (Figura 6), o mesmo era dirigido por Dona Carolina e sua filha Julieta. O texto anuncia que seriam adotados os programas e os mais adiantados processos pedagógicos em vigor nas escolas modelo de São Paulo. Por fim, destacava-se ainda o ensino intuitivo e prático, baseado no sentimento religioso, amenizado o quanto possível para atrair o interesse e não fatigar o espírito. A interessante peça publicitária apresenta aspectos que pretendiam ser complementares: a direção compartilhada entre a experiente professora aposentada e a jovem senhorita formada numa Escola Normal paulista; o desenvolvimento de adiantados processos pedagógicos junto com práticas de ensino que consideravam o sentimento religioso. Sem ter a pretensão de analisar mais detidamente estas questões, o colégio parecia atender um público que crescia nos centros urbanos brasileiros da época, aquele que procurava as novidades do mundo moderno, mas sem deixar as tradições de lado.

Figura 7 - Capa do livreto comemorativo dos cinquenta anos de inauguração do Colégio São Paulo (1968).



Fonte: Acervo particular da autora.

A pequena instituição escolar funcionou por tempo mais prolongado à Rua Nossa Senhora de Copacabana, número 1100, informação que consta como legenda da fotografia da mesma na página 04 do livreto *Lembranças do Colégio São Paulo: 1914-1964*. A organização do livreto com 16 páginas, impresso em comemoração aos 50 anos de fundação da instituição de ensino, conta com fotografias e depoimentos de personalidades próximas da família e uma matéria que foi publicada nos jornais *Gazeta de São Paulo* e no *Diário de Notícias*, ambos do Rio de Janeiro, em 1955.

Figura 8 - Passeio de alunos e professores do Colégio São Paulo em comemoração ao seu primeiro aniversário. Extraída do livreto *Lembranças do Colégio São Paulo: 1914-1964*.



Alegre excursão com que se comemorou, numa visita ao Jardim Botânico, o primeiro aniversário do Colégio.

Fonte: Acervo particular da autora.

Na fotografia dos alunos e professores na excursão ao Jardim Botânico, em comemoração ao primeiro aniversário do Colégio São Paulo, estão sentados na segunda fileira, da esquerda para a direita, Júlio César de Mello e Souza, ao lado da professora Dona Carolina, e, na terceira fileira da direita para a esquerda, está sentado João Baptista, de chapéu. No álbum *Lembranças de In Illo Tempore* e entre os documentos avulsos guardados por Carolina Frick, há diversos artigos e crônicas publicados em jornais mencionando o Colégio São Paulo. A presença da matriarca professora é constante nas memórias do filho e este evidencia que a sua prática pedagógica o influenciou, assim como a seus irmãos, como celebrado no livro memorialista *Meninos de Queluz* (1949). Os escritos de João Baptista parecem asseverar as reflexões de Thompson sobre as experiências dos sujeitos históricos. Segundo o historiador inglês,

as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos (...). Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou

(através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (THOMPSON, 1981, p. 189).

João Baptista não apenas trabalhou no colégio fundado por sua mãe, ele escreveu sobre as práticas pedagógicas da professora Dona Carolina em seus artigos, crônicas, discursos e no livreto comemorativo, chamando pessoas com quem trabalhou e que conviveram com a família Mello e Souza para se manifestarem de forma a legitimar o que ele, como filho, reverenciava. A publicação comemorativa oportuniza conhecer parte do cotidiano do colégio e algumas relações estabelecidas pela atuação de João Baptista como oficial do Ministério da Justiça e Interiores. Iniciando o livreto há uma ilustração, conforme a seguinte nota de rodapé:

O desenho supra, de Carolina M. S. Frick reproduz quadro em aquarela, de A. Cordeiro, sendo que, onde estão os dizeres, se lia a estrofe de José Bonifácio iniciada pelo verso: “Qual a palmeira que domina ufana” -, da “Ode aos Bahianos”. Este quadro tornou-se uma divisa do Colégio, e se reproduzia nos certificados de Juramento à Bandeira. A comissão do Centenário adotou a imagem como divisa de suas publicações, substituído o monograma por um mapa do Brasil.⁴⁰

Nessa nota, há informação de que os cartões de juramento à bandeira que foram distribuídos às escolas durante as celebrações do Centenário da Independência foram inspirados no que era utilizado no colégio da família Mello e Souza. Como abertura do livreto comemorativo, houve a escolha dessa ilustração. Em seguida, o texto revela como surgiu a ideia da comemoração.

Em novembro de 1962, foi solicitado aos prefeitos dos municípios de São Paulo que estes enviassem terra que seria colocada na pedra fundamental da construção da sede do Centro Paulista do Rio de Janeiro. A construção se daria à Praça Tiradentes, na capital carioca. Orientou-se para que a terra fosse, preferencialmente, recolhida no

local preciso da fundação da cidade, ou em sítio de alguma forma vinculado à história ou às tradições do município (...)

Em seu ofício de remessa declara o Prefeito Antonio Olavo Maciel França que a prefeitura, após algumas consultas, resolveu colhêr a terra solicitada pelo Centro no local exato onde existiu a casa na qual funcionou a 7ª Escola Pública do Município, regida pela Professora Carolina Carlos de Mello e Souza, “significando essa escolha uma homenagem que a cidade de Queluz presta à memória dessa saudosa educadora, que por vinte e cinco anos ensinou, educou e orientou a centenas de jovens,

⁴⁰ *LEMBRANÇAS do Colégio São Paulo: 1914-1964*. [S.l.; s.n.], 1964, p. 03.

tornando-se, para estas e suas famílias, um paradigma de bondade e de virtudes que muito concorreram para manter o ambiente moral da cidade.”⁴¹

Queluz, pela proximidade com o Distrito Federal, foi a primeira cidade a enviar a remessa; além da terra recolhida na cidade, foi proposto por Oreste Goffi⁴², que se fizesse uma placa de bronze que deveria ser colocada em uma das escolas estaduais de Copacabana em memória da fundação do Colégio São Paulo já que se aproximava o cinquentenário da inauguração. Aprovada a proposta, Ortiz Monteiro sugeriu a “data de 17 de março de 1964 quando se daria o transcurso do cinquentenário da modelar escolazinha. (Cf. ata da sessão da Diretoria do C. P., em 14-XI-1962.)”.⁴³ A matéria publicada nos jornais *Gazêta de São Paulo*, em 08 de março de 1955, e *Diário de Notícias*, em 09 de março de 1955, que o livreto cita, dá conta da homenagem que a professora Carolina Mello e Souza recebeu do magistério paulista por iniciativa de suas ex-alunas que se tornaram professoras:

iniciativa que as altas autoridades do ensino aprovaram e prestigiaram com sua presença. Com o retrato da saudosa mestra será inaugurada uma placa que dará o seu nome a uma das salas do Grupo Escolar do Ipiranga.⁴⁴

Na mesma fonte afirma-se que, também na cidade de Queluz, homenagens ocorriam em memória da professora que:

atraiu a atenção das autoridades do ensino primário pela excelência dos métodos que punha em prática, renovando, por completo, os sistemas educativos, de acordo com o que propunham os mais adiantados educadores do tempo. Mais do que essa influência, porém, concorreu para a estima que inspirou, sua profunda intuição da psicologia infantil.⁴⁵

Na sequência, foi colocado no livreto o depoimento de Monsenhor Benedito Marinho e, no título, a palavra *precioso* é o adjetivo para *depoimento*. A relação da família Mello e Souza com a Igreja Católica, a partir das memórias de João Baptista, parece ter sido constante. O Monsenhor informou em seu texto que recebeu o convite do próprio João Baptista para abençoar a escola fundada pela professora Dona Carolina. Ele também relatou

⁴¹ *LEMBRANÇAS do Colégio São Paulo: 1914-1964*. [S.l.; s.n.], 1964, p. 03-04.

⁴² Oreste Goffi, de acordo com dedicatória à página 03 de *O Professor do Nosso Tempo* (1968), era um industrial e teria sido um dos patrocinadores da impressão do livreto em questão. O livro *Histórias do Rio Paraíba*, em primeira edição da Editora Aurora (1951) é dedicado “A meu prezado conterrâneo e amigo, Oreste Goffi, que com seu ardoroso entusiasmo me animou a prosseguir na elaboração deste livro, quando eu já pensava em desistir da tarefa iniciada” (MELLO E SOUZA, 1951, p. 07).

⁴³ *LEMBRANÇAS do Colégio São Paulo: 1914-1964*, *op. cit.*, p. 04.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 06.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 07.

que conheceu o jovem professor de maneira bastante pitoresca, quando, ao escutar uma frase dita pelo padre em latim, teria o rapaz respondido também em latim. O relato do convite que o Monsenhor recebeu oferece pistas para a descrição da instituição.

— Padre, nós vamos fundar um pequeno colégio em Copacabana. Coisa muito modesta, bem se vê. Não temos recursos para uma instalação na altura. Mas já contamos com umas trinta crianças, tôdas de famílias distintas, residentes no bairro. Minha mãe, eu, e meus irmãos seremos professores. Desejamos que V. Revma. lance sua bênção sobre o nosso Colégio São Paulo.⁴⁶

Continuando seu texto, o Monsenhor relatou suas impressões sobre a professora Dona Carolina, referindo-se a ela como *Mater e Magistra* do que considerou “daquele esperançoso bando”. Os adjetivos não são poupados: bondosa, carinhosa, “admirável figura de mestra e educadora” merecedora das homenagens. Encerrou seu depoimento com a benção:

Também vocês hão de despertar a flama do entusiasmo, os ardores do civismo, as luzes do saber, onde houver a treva da ignorância (grifo meu), ou o frio da indiferença. Deus os abençoe e proteja.⁴⁷

O ofício de professor como missão, como vocação numa família intrincada com a escola num contexto republicano de entusiasmo pela educação que, de acordo com Marta Carvalho (1989, p. 47), “caracterizar-se-ia pela importância atribuída à educação, constituída como o maior dos problemas nacionais, de cuja solução adviria o equacionamento de todos os outros”.

A busca por depoimentos se apresenta em diversos momentos nas publicações que constam no acervo de João Baptista, Ecléa Bosi (1998, p. 407) justifica que:

somos, de nossas recordações, apenas uma testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão: ‘Aí está alguém que não me deixa mentir’.

O texto seguinte do livreto é uma carta do escritor e jornalista integralista Custódio de Viveiros, datada no Rio de Janeiro, em 23 de março de 1963. A carta foi iniciada com Viveiros dirigindo-se a João Baptista, confirmando que se lembrava do Colégio São

⁴⁶ *LEMBRANÇAS do Colégio São Paulo: 1914-1964*. [S.l.; s.n.], 1964, p. 08.

⁴⁷ *Ibidem*, loc. cit.

Paulo e tecendo elogios da ordem de não recordar que tenha existido outro igual. Referiu-se ao colégio como colégio-lar, colégio-jardim e colégio-oficina, definições que ele complementou descrevendo um “ambiente de alegria, de entusiasmo, de ardores juvenis; mas também de ordem, de dignidade”⁴⁸. A carta de Viveiros aponta, quando mencionou as visitas que fez ao Colégio São Paulo, pistas para questões suscitadas a respeito de alguns jornais em que o jovem João Baptista trabalhou:

naquela salinha escura da redação da “Imparcial”, onde eu ia com frequência tratar contigo de nossos tentames literários, muito conversamos sobre as atividades, as festas, as comemorações que vocês ali realizavam. Quantos projetos para o futuro, quantas fagueiras esperanças!⁴⁹

Ao escrever sobre o fechamento do Colégio, Viveiros fez uma descrição do cotidiano da instituição, aqui reproduzido, quase integralmente, por entender que muito colabora para as leituras da prática e pensamento pedagógico do professor João Baptista.

Concordo com o educador paulista que, lamentando o desaparecimento daquela casa de fecundos labôres didáticos e de irradiação cívica, disse: “Foi um grande pequeno Colégio.” Eu acrescentaria: “Foi mais: foi um meteoro luminoso pairando sobre o ingrato e estéril campo de nossa pedagogia indígena.”

(...) Com vocês a coisa era outra. Vocês ensinavam aos meninos uma série de trabalhos interessantes: eles consertavam miudezas domésticas, restauravam livros, faziam cadernos, brinquedos de cartolina, passatempos instrutivos. O embaixador Afonso Arinos diz, em seu livro “Alma do Tempo”, que, quando menino e aluno do Colégio São Paulo, escreveu uma “História do Brasil”, com ilustrações, que recortava de velhos livros ou revistas.

As meninas pequeninas levavam bonecas para o Colégio. As maiores aprendiam prendas femininas, zelavam por suas roseiras prediletas, bailavam e cantavam, Sim, todos eles cantavam tuas canções, que o Governo de Minas Gerais teve a feliz idéia de reunir em um “Cancioneiro Escolar”. E apreciavam as histórias do incipiente Malba Tahan, o “homem das Árabias” da família. E admiravam os grotescos desenhos do saudoso Rubens, ouviam as músicas do Nelson e da Julieta. De quando em quando aparecia a Maria Antonieta, professora ilustre da Escola Normal de São Paulo, declamadora de belos poemas; mais raramente, a Laura, também professora na paulicéia, sempre alegre, sempre querida! Numa tutelar, pairando sobre essa original congregação fraterna, (que nunca frequentara escolas de filosofia) tua Mãe, aquela bondosa “*Mater et Magistra*”, dirigia, animava, orientava as atividades de todo o bando.⁵⁰

De acordo com Martins (2015a, p. 260), “para que apreendamos em contato com estes lugares o que neles se representa da cultura; quais signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais ‘de’ e ‘entre’ aqueles que ali habitam”, educando pelas coisas

⁴⁸ LEMBRANÇAS do Colégio São Paulo: 1914-1964. [S.l.; s.n.], 1964, p. 10.

⁴⁹ *Ibidem*, p.08.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 10-11.

e objetos a forma como uma escola é organizada em relação ao espaço físico e como se “constituem as relações metafóricas e alegóricas é buscar também entender tais elementos em suas funções didática e pedagógica”. Em comparação às descrições da escola na casa de Dona Carolina, em Queluz, e do Colégio São Paulo, no qual a família também morava, no Rio de Janeiro, temos a figura materna envelhecida, viúva, os filhos adultos, mas todos continuam envolvidos ou atuando diretamente na formação dos alunos da mãe professora.

Figura 9 - Cartão de Juramento à Bandeira do Centenário da Independência.
Álbum Lembranças de In Illo Tempore.



Fonte: Acervo particular da autora.

Analisar as memórias de João Baptista, por meio desses registros das relações familiares, políticas e profissionais, auxilia no entendimento de que a sua vocação profissional parece ter se forjado no âmbito familiar, e as influências morais, éticas e da prática pedagógica do grupo parental apresentam-se na sua obra literária e na observação dos símbolos que foram preservados em seu acervo. João Baptista levou, para sua atuação como docente, valores inspirados na experiência que vivenciou num contexto histórico em que esses são difundidos a fim de modelar a sociedade a partir de um novo momento político? Algumas pistas sugerem caminhos para a indagação. À página 08 do livreto *Lembranças do Colégio São Paulo: 1914-1964*, está a figura do Cartão de Juramento à Bandeira, cujo exemplar

também se encontra no álbum *Lembranças de In Illo Tempore* (Figura 9), com a seguinte legenda:

Cartão do juramento juvenil à bandeira, adotado pelo Colégio, e que em tricromia de maior tamanho a Comissão do Centenário mandou distribuir por 400.000 crianças do Brasil. O símbolo do Colégio foi substituído pelos símbolos nacionais. No verso, o quadro de Pedro Américo.⁵¹

Conforme depoimento de Custódio de Viveiros, junto aos cartões, os professores recebiam circulares explicando como deveria ser realizada a cerimônia de juramento e “o Prefeito Carlos Sampaio (1920-1922), que presidia a dita Comissão, resolveu que a fórmula e o cerimonial seriam exatamente os que se adotavam no Colégio São Paulo. E assim se procedeu”⁵².

O relato leva a considerar sobre a possível influência que o professor João Baptista teria junto à administração pública quando do ocorrido, fato que sugere contradição à afirmação de que ele não tinha ambições políticas e, ainda, potencializa a reflexão de que, se não tinha ambições políticas relativas à cargos legislativos ou executivos por meios eletivos, tinha proximidade com os que compunham o governo no Distrito Federal, como se verifica nas fontes.

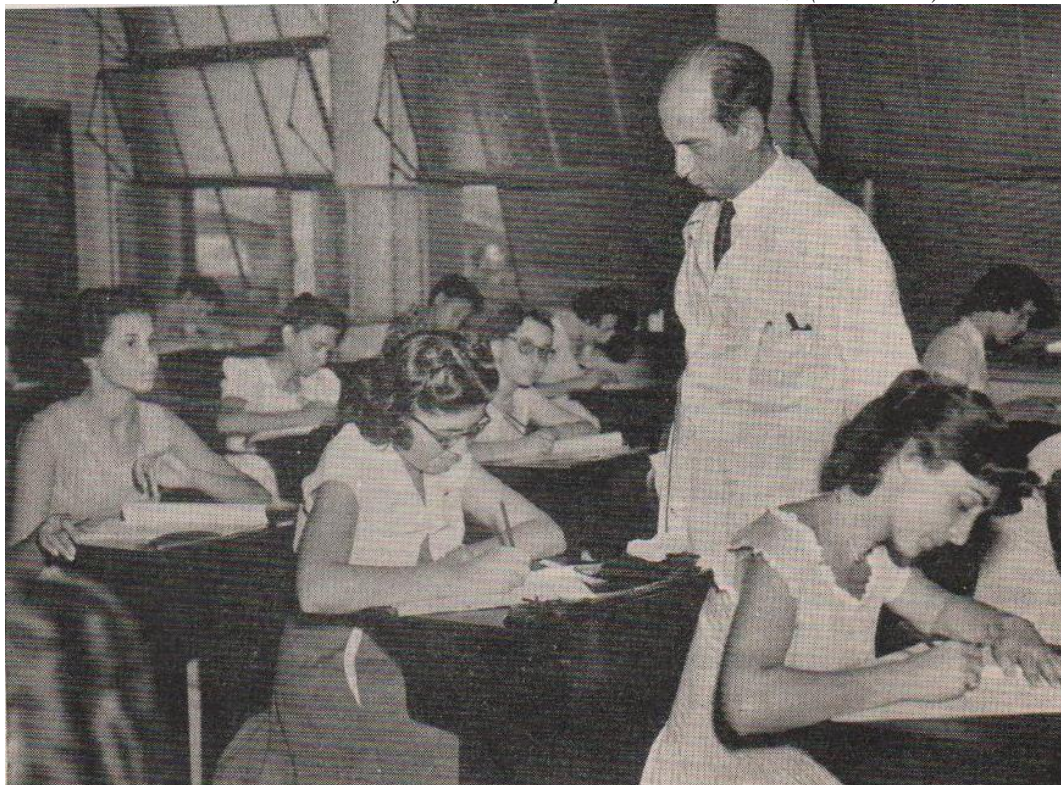
A respeito desse fato da trajetória de João Baptista há um relato do mesmo, publicado em 1939, referenciado por Eliezer Raimundo de Souza Costa:

Por época da comemoração do centenário da independência, 1922, a Comissão Executiva do Centenário, a fim de dar encaminhamentos às celebrações, mandou fazer cartões que numa face contivessem a fórmula do juramento à bandeira e na outra, a imagem do “Grito do Ipiranga”; outros que contivessem imagens de outros fatos históricos; e bandeiras de seda para os alunos. A quantidade solicitada foi tamanha que no Brasil não foi possível realizar, sendo por isso, encomendado que se fizesse no Japão. No entanto, tal material acabou apodrecendo nos depósitos dos vários estados para onde havia sido enviado, pois os novos educadores julgaram ser ridículo o juramento à bandeira por estudantes juvenis; “isso de jurar a bandeira, é só p’ra soldado!”, diziam-lhe. Além disso, os cartões que traziam imagens de cenas como a Batalha de Avaí e da Primeira Missa não teriam espaço numa escola pan-americana e leiga (COSTA, 2016, p. 117).

⁵¹ *LEMBRANÇAS do Colégio São Paulo: 1914-1964*. [S.l.; s.n.], 1964, p. 08.

⁵² *Ibidem*, p. 12.

Figura 10 - Professor João Baptista, diretor do Instituto de Educação. Extraída do *O Professor do Nosso Tempo* – 80º Aniversário do Professor João Baptista de Mello e Souza (28-5-1968).



Fonte: Acervo particular da autora.

João Baptista, além de lecionar nos colégios da família, foi professor na Escola Normal que veio a se tornar o Instituto de Educação:

Nomeado por concurso, em 10 de março de 1910, docente de História Geral e do Brasil da antiga Escola Normal do ex-Distrito Federal, foi efetivado como professor em 30 de março de 1933. Exerceu suas atividades nesse estabelecimento com proficiência notória, a que deve ter sido nomeado, em 1952 quando exercíamos as elevadas funções de Secretário Geral de Educação e Cultura, Diretor do Instituto de Educação, como passou a ser denominada a casa padrão do Ensino Normal nessas funções de direção aposentou-se na cátedra obtida por concurso (ACCIOLI, 1968, p. 34).

Atuou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade da Guanabara, no Instituto da Congregação Santa Úrsula (GUIMARÃES, 1968, p. 11), na Universidade do Distrito Federal (lecionando História da América) (TRAVERSO, 1968, p. 24) e na Universidade do Ar⁵³. No relato de Roberto Accioli⁵⁴ (*Op. cit.*, p. 35), os conhecimentos históricos do professor João Baptista “valeram-lhe a condição de titular

⁵³ Programa destinado à formação de professores secundaristas, veiculado pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, nos anos de 1940, durante o Estado Novo. Além do professor João Baptista, fizeram parte do projeto os professores Júlio César de Mello e Souza e Jonathas Serrano (ROMERO, 2014).

⁵⁴ Roberto Accioli foi catedrático do Colégio Pedro II, conforme informação no índice de *O Professor do Nosso Tempo*, 1968, p. 03.

fundador da cátedra de História da América na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Instituto Lafayette”, que, na década de 1960, quando da organização do livreto comemorativo, estava incorporada à Universidade do Estado da Guanabara; uma trajetória no magistério iniciada no Colégio São Paulo que o inspirou a organizar o livro manuscrito *História do Brasil – Pontos redigidos para o Curso preparatório do Collegio S. Paulo* (s/d).

A trajetória docente de João Baptista de Mello e Souza foi duradoura. Iniciada na década de 1910, durante a Primeira República, prossegue durante a Era Vargas (1930 – 1945) e parte do período da denominada República Populista (1945 – 1964). Diante das mudanças de governos no Distrito Federal e da sua atuação profissional em diferentes instituições de ensino, a principal referência das suas memórias é ao Colégio Pedro II.

Capítulo 2

Professor João Baptista, de aluno a catedrático do Colégio Pedro II

Em casa, tanto se fallava do Collegio, que parecia ser o collegio parte integrante de nossa casa e esta uma dependencia do collegio.⁵⁵

J. B. de Mello e Souza

2.1. Em busca de um patrimônio intelectual

No Brasil do início do século XX, uma das instituições educacionais mais renomadas era o Colégio Pedro II. Em tese, sua formação garantia aos alunos tanto prestígio social como acesso a postos de trabalho impensáveis para a maioria da população. Ao ingressar como catedrático dessa instituição, em 1926, João Baptista declarou que o colégio permitiu a ele e a todos os irmãos patrimônio intelectual que os preparou para a vida, que o mesmo era motivo de interesse da família, o que se comprova dada quantidade de referências em suas obras literárias.

O então Ginásio Nacional, denominação do colégio nos primeiros anos da República Velha (1889-1930), no qual estudaram e trabalharam muitos dos membros da família Mello e Souza e seus descendentes, inspirou a escrita de dois livros dentre os irmãos. João Baptista escreveu *Estudantes do Meu Tempo: crônicas do antigo Colégio Pedro II* (1943) e Júlio César de Mello e Souza relatou suas memórias estudantis em *Acordaram-me de madrugada – memórias de um ex-aluno do Colégio Pedro II* (1973), obra que assinou como Malba Tahan. Os trinta anos que separam as duas obras, e a segunda sendo dedicada ao irmão falecido, João Baptista de Mello Souza, já seriam tema de interessante pesquisa por si só. Logo nas primeiras páginas do seu livro, Malba Tahan ofereceu a pista do quão relevante era para a família a relação com a instituição educacional:

O nosso internato, famoso e prestigiadíssimo, era tradicional: quase um capítulo da História do Brasil – dizia com ênfase o meu avô Manuel Carlos de Toledo. E o meu avô, o velho tabelião de Queluz, de São Paulo, era homem culto. Culto e sensato (TAHAN, 1973, p. 14).

⁵⁵ Trecho do discurso de João Baptista quando do ingresso como catedrático no Colégio Pedro II, publicado na *Revista A Escola Primária*. Rio de Janeiro, [s.n], p. 186, nov. 1926.

Figura 11 - Capa do livro *Estudantes do meu tempo* (1943).



Fonte: Acervo particular da autora.

Estudantes do Meu Tempo: crônicas do antigo Colégio Pedro II (1943), segundo seu autor, foi escrito a partir das suas memórias de estudante. Mas os textos foram produzidos pelo mesmo enquanto professor catedrático da instituição, décadas após a experiência como aluno. Nesse momento, contava mais de cinquenta anos de idade, o que, para a primeira metade do século XX, fazia-o um homem a caminho da velhice. Ecléa Bosi (1998, p. 60) explica que, em relação ao velho quando lembra o passado:

ele não está descansando, por um instante, das lidas cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida.

A autora recorre a Maurice Halbwachs (1925) ao considerar que pessoas mais velhas, geralmente, investigam seus guardados, perguntam a outros velhos, reveem seus papéis velhos de modo a precisar suas lembranças (BOSI, 1998).

Nas páginas iniciais de seu livro, o professor João Baptista explicou que foi convidado pelos alunos para relatar semanalmente crônicas em um programa da rádio PRA-2, do Ministério da Educação, na *Hora do Estudante*. O professor acertou com os alunos que contaria pequenos episódios do seu tempo de estudante no Colégio Pedro II e que, para escrever, revisitou antigos papéis de lembranças e jornais que fazia junto aos colegas do Internato. Durante três meses assim o fez e, ao passar do tempo, amigos e ex-colegas de estudo o teriam incentivado a reunir as crônicas em um livro, nascendo a obra. O texto, na orelha do livro em edição de 1958, da crítica da sessão *Livros e Autores* do jornal *O Globo* discorre que:

A modéstia do autor, que no prefácio adverte o leitor de que irá encontrar no livro apenas crônicas lidas ao rádio, sem coordenação, e sem obedecer a um sistema, predispõe quem manuseia o volume para uma leitura desavisada e sem maior interesse. À medida, porém, que as páginas de “Estudantes de meu Tempo” vão sendo folheadas, o leitor se deixa prender mais e mais pelas evocações do velho Internato do Ginásio Nacional; e, ainda quem não tenha sido aluno do atual Colégio Pedro II (...) torna à companhia dos antigos colegas de aula, e fica prêso a recordações que são impagáveis da memória.⁵⁶

Além de atraentes, as crônicas escritas por João Baptista podem ser abordadas como interessantes documentos, nos quais se encontram, por exemplo, relatos de práticas pedagógicas de seu tempo de estudante. E mais, suas memórias trazem evidências sobre a organização da instituição educacional, registram momentos em que se destacavam funcionários, professores e alunos que pelo antigo colégio passaram. O livro oferece informações que auxiliam no entendimento das relações de poder estabelecidas, mesmo que veladamente, entre docentes e discentes. Os relatos das irreverentes brincadeiras e folguedos suavizam os aspectos de seriedade e formalidade do reverenciado Colégio Pedro II. Aspectos esses que caracterizavam a instituição desde a sua instalação ainda no período imperial.

A fundação do Colégio Pedro II, em 02 de dezembro de 1837 (data do 12º aniversário de D. Pedro de Alcântara), durante o Período Regencial (1831-1840), atendia as

⁵⁶ Nota do editor in MELLO E SOUZA, João Baptista de. *Estudantes do Meu Tempo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Internato do Colégio Pedro II, 1958.

“necessidades de formação de uma elite social, para a qual o projeto civilizatório era especialmente dirigido” (SANTOS, 2011, p. 51). Os jovens estudantes receberiam uma formação sob modelo europeu com um currículo “onde predominavam as ‘humanidades’, prezando por uma cultura vasta e enciclopédica, caracteristicamente voltada para a formação desta elite (ANDRADE, 1999)”⁵⁷. O Imperial Colégio ofereceria um ensino com a finalidade de “‘alta educação intelectual’; a formação de cidadãos e líderes para exercerem ‘as mais elevadas funções; os serviços intelectuais, morais, políticos e religiosos da sociedade’” (LORENZ; VECHIA, 2015, p. 21). A criação da instituição educacional foi considerada logo após a Independência do Brasil (1822), “o momento histórico era de consolidação da monarquia, e os governantes preocupavam-se com a construção de um sentimento de Nação, ou melhor, de uma identidade nacional pela educação e pela cultura” (SANTOS, *op. cit.*, *loc. cit.*).

Na *Apresentação do Dossiê: Colégio Pedro II - Lugar de Memória da Educação Brasileira*, a pesquisadora Lucia Cabana de Queiroz Andrade (2015, p. 14) afirma que o tradicional colégio público “foi instituído para servir de norma oficial da instrução secundária no Município da Corte e modelo nas demais províncias. Historicamente identificado como agência oficial de educação”.

A autora explica que o modelo de educação ilustrada, que era objetivo da instituição, sofreu críticas dos grupos de políticos mais liberais que tentaram introduzir disciplinas escolares com caráter mais científico:

defendendo um ensino secundário mais prático e voltado para a modernização e o progresso. Nas duas visões culturais um ponto em comum: o ensino da História Universal e do Brasil como base da construção da identidade nacional e da formação do cidadão (*Ibidem*, *loc. cit.*).

O Colégio Pedro II, desde sua fundação, contava com os regimes de externato e internato. A partir de 1857, esta organização foi dividida em dois prédios.

O Internato foi instalado na Chácara do Engenho Velho - Rua São Francisco Xavier, hoje região da Tijuca - Largo da Segunda-Feira, onde atualmente funciona o Colégio Santa Teresa de Jesus. O Colégio funcionou neste local até 1887, quando no ministério do Barão de Cotegipe foi adquirido o prédio de São Cristóvão, na Praça

⁵⁷ ALVES, Salomão Pontes; GABLER Louise. *Imperial Colégio de Pedro II*. In: Dicionário On-line da Administração Pública Brasileira do Período Imperial (1822-1889). [S.l.]: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/326-imperial-colegio-de-pedro-ii>. Acesso em: 15 nov. 2018.

Marechal Deodoro, nº 25, hoje Campo de São Cristóvão, nº 177, onde se fixou definitivamente.⁵⁸

João Baptista de Mello e Souza e seu irmão Júlio César de Mello e Souza foram alunos internos no início do século XX, quando, após a Proclamação da República (1889), a instituição ostentava a denominação Ginásio Nacional.

Sob o regime republicano, o nome do Colégio foi modificado quatro vezes, primeiro para Instituto Nacional de Instrução Secundária (1889); posteriormente, para Ginásio Nacional (1890); Externato Nacional Pedro II e Internato Nacional Bernardo Pereira de Vasconcelos (1909). Finalmente, em 1911, quando era Presidente, o antigo aluno Marechal Hermes da Fonseca recuperou seu nome - Colégio Pedro II.⁵⁹

Além das mudanças de nome, Andrade elenca as extinções do bacharelado, a abolição de títulos e diplomas (1911) e das políticas de equiparações dos ginásios estaduais e colégios particulares (1892/1895 e 1911/1927) como exemplos do processo de ruptura e instalação do novo regime de governo, apontando que a “tese da educação pública livre, laica e científica, foi um dos suportes do estado republicano” (ANDRADE, 2015, p. 15). No contexto político, “as primeiras tarefas de organização do novo regime estavam estritamente ligadas à posse do poder e à criação dos primeiros mecanismos de seu exercício” (REIS FILHO, 1981, p. 08), a educação não foi isenta desse processo.

⁵⁸ EXPOSIÇÃO Memória Histórica. Galeria histórica online oficial do Colégio Pedro II. [S.l.], Colégio Pedro II, 2018. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/memoriahistorica/index.html>. Acesso em: 15 nov. 2018.

⁵⁹ *Ibidem*.

Figura 12 - Turma do Colégio Pedro II, em 1903; João Baptista de Mello e Souza é o terceiro aluno, sentado, da esquerda para a direita. Álbum *Lembranças de In Illo Tempore*.



Fonte: Acervo particular da autora.

Segundo João Baptista, a separação da meninice far-se-á na busca do saber. O futuro professor, sob a orientação do pai João de Deus, mudou-se da cidade paulista de Queluz para a capital do Brasil, onde fez prova para ingressar no então Ginásio Nacional (MELLO E SOUZA, 1949). Em 1900, conseguindo gratuidade após exame de admissão, ingressou no curso integral de Humanidades e, em 1905, recebeu o título de bacharel em Ciências e Letras. Em longo depoimento de Luiz Pinheiro Guimarães⁶⁰ para o livreto *O Professor do Nosso Tempo – 80º Aniversário do Professor João Baptista Mello e Souza (28-5-1968)*, o antigo mestre de João Baptista relatou que numa visita à residência do mesmo, seu jovem aluno deixou a impressão registrada:

de maneiras simples, comedido, revelando certa timidez provinciana, gostava de versar, principalmente, assuntos históricos e literários. Acima do tipo meão, bem proporcionado, moreno, guardava natural compostura” (GUIMARÃES, 1968, p. 08).

⁶⁰ Luiz Pinheiro Guimarães era Catedrático do Colégio Pedro II e da Universidade do Estado da Guanabara (UEG).

Guimarães relata, ainda, que era transparente no jovem estudante a satisfação que sentia quando suas opiniões encontravam eco no interlocutor e que foi pleiteado pelo estudante ingressar na Escola Naval, o que foi desaconselhado pelo mestre: “Você nasceu para professor, menino. Conheço-o bastante para dizê-lo, sem receio de errar” (GUIMARÃES, 1968, p. 08). Observa-se nas fontes guardadas por João Baptista que o destino dos membros da família Mello e Souza de serem professores é reiterado por diferentes personalidades, cabia-lhes a missão de ensinar. As relações familiares e profissionais são indissociáveis, uma missão não se encerra com o final do período letivo. Ela determina um estilo de vida.

O livro de memórias estudantis *Estudantes do Meu Tempo: crônicas do antigo Colégio Pedro II* (1943), João Baptista escreveu com a ajuda dos exemplares dos jornais que fazia com a colaboração dos colegas do internato. O “órgão literário e noticioso”, subtítulo de *Vida de Hoje*, possibilitava comentários do cotidiano escolar, não escapando mestres, colegas e funcionários. Segundo o autor: “claro que a ‘Vida de Hoje’ era um jornal clandestino... O regimento do Colégio, naquele tempo, proibia a elaboração de órgãos da imprensa colegial” (MELLO E SOUZA, 1958, p. 09-10). Talvez, por tal proibição, a produção fosse desejada pelos colegas. O futuro membro da associação dos “Velhos Jornalistas”⁶¹ ainda se dedicaria à elaboração de *Os Gymnasiadas* e, quando professor, apoiou os alunos do Grêmio Literário Mello e Souza na publicação do *Muirakitan*. Fernando Segismundo, em sua obra *Memória de Estudante – Colégio Pedro II* (1987) relata que, quando mestres do Colégio Pedro II, Gabaglia, Serrano, Mello e Souza, Antenor Nascentes e Fróis incentivavam e chegavam a escrever para os jornais produzidos pelos alunos.

João Baptista foi aluno de Araújo Lima, Benedito Raimundo, Pinheiro Guimarães (o pai), Silva Ramos, Sílvio Romero, Fortunato Duarte, Floriano de Brito, Augusto Meschick, Agostinho Luiz da Gama, entre tantos mestres reconhecidos no Rio de Janeiro de então. Tais referências são recorrentemente apontadas em crônicas jornalísticas, no *Estudantes do Meu Tempo* (1943) e em *O Professor do Nosso Tempo – Opúsculo comemorativo do 80º aniversário do Professor João Baptista Mello e Souza (28-05-1968)*.

⁶¹ Ordem dos Velhos Jornalistas foi uma entidade criada por decreto de Getúlio Vargas, passando a funcionar efetivamente em 28 de março de 1957. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, constituída sob a forma federativa. A entidade exerce atividades assistenciais e jornalísticas com objetivo manter vivo o espírito de solidariedade, harmonia e a defesa da classe em todo o território Nacional. Atualmente denomina-se Ordem dos Jornalistas do Brasil. Fonte: ORDEM dos Jornalistas do Brasil. *A OJB: Nossa história*. [S.l., s.n.], c2020. Disponível em: <http://ojb.org.br/pagina-exemplo/>. Acesso em: 07 fev. 2020.

Este último, elaborado por antigos alunos, colegas e amigos, confirmando que a referência mais recorrente nos depoimentos é o fato de o mestre pertencer a uma família de professores. Os autores dos relatos e depoimentos foram organizados na publicação de forma a contar a trajetória profissional do homenageado em suas diversas facetas, mas repetindo a sua preocupação com a família, preocupação que parece ampliar-se após a morte do pai, sendo João Baptista o filho mais velho dentre os homens.

Em uma família voltada para o magistério, o bom exemplo, a ética, a moral e os bons costumes precisavam ser rotina, como quando os filhos da professora precisavam se preocupar em não macular a imagem da mesma, que dirigia a pequena escola em Queluz, como advertidos pelas irmãs mais velhas. No Rio de Janeiro, João Baptista continua a zelar pela mãe abnegada, que abre mão da sua carreira no ensino público pelo bem-estar dos filhos que precisam estudar e ainda estão sob sua responsabilidade:

A fim de acompanhar de perto os estudos e a educação dos filhos menores, que cursavam o colégio Pedro II, D. Carolina, após morte de seu esposo, transferiu sua residência para o Rio de Janeiro, deixando o exercício do magistério paulista, no qual por seus méritos, poderia certamente acender a mais alta função. Para prover a subsistência da prole, fundou no bairro de Copacabana, um pequeno externato, que desde cedo se transformou no “Colégio São Paulo”, no qual lecionava, auxiliada por seus filhos João Batista, Julio Cesar, Laura Julieta e Nelson. Nesta cidade orientou a educação de centenas de jovens das mais distintas famílias de então.⁶²

Descrito como pontual, organizado e ético, João Baptista é celebrado por seus ex-alunos e colegas professores nos depoimentos sobre sua competência como educador, a exemplo de Olmar Guterres da Silveira⁶³:

eu encontrei na vida escolar, nos princípios da década de 30, um Professor – a quem cabe justamente o P maiúsculo – que já fazia uso de todos os recursos possíveis na época, para ministrar as suas aulas; e aliava a isso um grande espírito de Educador, pronto a sentir com a mansidão e o carinho próprios cada vida adolescente que o Destino entregava em suas mãos (SILVEIRA, 1968, p. 14-15).

Niel Aquino Casses⁶⁴ (1968, p. 16-17) recorre ao profissionalismo do homenageado; no texto *Receita de Professor*, também o descreve: pontual, organizado, alto, forte e bem trajado, “até o fim do curso, não tivemos notícias de haver faltado em qualquer de suas turmas”. O professor Casses recorda, ainda, que o mestre de Humanidades do Velho

⁶² GAZETA de Notícias. [S.l.; s.n.], 08 mar. 1955.

⁶³ Olmar Guterres da Silveira foi professor do Colégio Pedro II e Catedrático da Universidade Estadual da Guanabara conforme informação no índice de *O Professor do Nosso Tempo* (1968), p. 03.

⁶⁴ Niel Aquino Casses foi professor do Colégio Pedro II e da Universidade Estadual da Guanabara conforme informação no índice de *O Professor do Nosso Tempo* (1968), p. 03.

Casarão de São Cristóvão, para ensinar a História das Civilizações, usava de prática que consideravam modernas para seu tempo de aluno:

tudo isto foi visto, pegado, apalpado, manuseado, cheirado. Eram gravuras, álbuns, postais, livros, desenhos, cartazes, visitas, excursões, pesquisas, leituras na Biblioteca, relatórios, trabalhos para exposição, projeções. Era a didática especial em toda a sua pujança a nos alumbrar. Além disso, o quadro negro repleto de desenhos e quadros sinóticos a giz de cor. Como se não bastasse, uma letra de fazer inveja a muito guarda-livros (CASSES, 1968, p. 17).

O ex-aluno informa que tais recursos tornaram-se mais usuais após a criação das faculdades de Filosofia, mas que, nos anos de 1930, eram novidade americana: “o *top to date* da pedagogia novinha em folha, trazida pelo mestre, de volta de um congresso mundial de Esperanto” (*Ibidem*, p. 16). A festejada dedicação do professor aparece também nas memórias da filha Carolina Frick:

Em outra ocasião, Papai arranhou uma subvenção para levar uma comissão de alunos do Internato Pedro II até Caxambú, onde fariam visitas a escolas, palestras e reuniões sociais com música, poesias e discursos. De parceria com o prefeito da cidade, o resultado obtido foi muito bom. Foi essa uma forma de proporcionar aos alunos internos do Colégio, que faziam parte do Grêmio Mello e Souza, uma mudança na rotina escolar e uma oportunidade de desembaraçá-los em apresentações públicas. Não sem razão esses alunos, que mais tarde se tornaram professores do Pedro II, tinham grande admiração pelo mestre e amigo (FRICK, 2013, p. 120-121).

Relacionado à citação anterior, ao observar a primeira página do jornal *Muirakitan* – órgão do grêmio literário Mello e Souza (COSTA, 2016), nas informações da comissão de redação, constam os nomes do professor e dos alunos Niel A. Casses e Olmar Guterres, em diversos momentos citados nesta pesquisa por assinarem textos sobre João Baptista.

Os grêmios escolares, segundo Eliezer Raimundo de Souza Costa (*Op. cit.*, p. 120), em sua tese de doutorado *Os grêmios escolares e os jornais estudantis: práticas educativas na era Vargas (1930 – 1945)*,

têm feito parte da história de várias instituições educacionais ao longo dos anos. Assumindo papéis nem sempre parecidos, sendo literários, musicais, de ciências, pedagógico, artístico, os grêmios têm sido fator de aglutinação de vários estudantes em torno dos objetivos que proclamam, independentemente de qualquer formato que assumam.

O Grêmio Mello e Souza, citado anteriormente, existiu no Colégio Pedro II de 1933 a 1946. A denominação do grêmio era uma homenagem aos mestres João Baptista de

Mello e Souza e Júlio César de Mello e Souza, ambos professores da instituição à época. Os irmãos dirigiam o órgão noticioso do grêmio com o título de *Muirakitan*. O jornal

tinha o professor João Baptista de Mello e Souza como membro constante da comissão de redação. É importante anotar que os três impressos citados foram publicados no período do Estado Novo (COSTA, 2016, p. 159).

Em nota explicativa ao recorte aqui referenciado, o autor da tese considera que:

Vale destacar que os demais membros da comissão de redação eram alunos. No entanto, nos cinco exemplares analisados ao longo dos dois anos citados, a mobilidade dessa comissão foi muito pequena. Isso também ocorria com a autoria dos textos e das sessões do jornal. Se não se pode afirmar que havia um controle explícito sobre o jornal, pelo menos a indicação de pouca mobilidade, pode sugerir a garantia de uma escrita controlada (*Ibidem, loc. cit.*).

Os anos citados a que se refere o autor são 1938 e 1939. Esta consideração baseia-se no fato do autor ter encontrado em outro jornal, *O Tangará*, de novembro de 1942, na ficha técnica, a presença do censor, que o autor cita ter sido Manuel Bandeira, e não ter encontrado tal referência nos exemplares a que teve acesso do jornal do grêmio Mello e Souza. As atividades do grêmio, na década de 1930, eram extracurriculares e:

costumavam acontecer no sábado quando os estudantes se reuniam sob a supervisão de um catedrático que acompanhava e moderava os debates sobre textos de produção dos próprios alunos. É provável que o *Grêmio Mello e Souza* tenha resultado da ação do professor, daí a manutenção do seu nome (*Ibidem, p. 127*).

O professor João Baptista tinha por hábito receber em casa alunos e ex-alunos, como anotado por Hiram Jacques Ferreira: “fomos à bela casa do Professor Mello e Souza, na Rua Nascimento Silva, para entrevistá-lo” (FERREIRA, 1968, p. 02). Essa relação que extrapolava os muros da escola reitera-se em muitos dos depoimentos. Também Niel Aquino Casses relatou que “aos sábados e domingos, em pequenos grupos, na companhia do professor e dos membros de sua família, visitávamos museus e exposições” (CASSES, 1968, p. 16), completando que ainda faziam intercâmbio com as alunas da Escola Normal, onde o professor João Baptista também era catedrático.

O professor se torna personagem na narrativa pitoresca do seu ex-aluno, como na em que deixaram um jogo de futebol, em maio de 1951, na Quinta da Boa Vista, para voltarem correndo a fim de assistirem sua aula, no casarão da Rua Larga:

Tarde de verão na Quinta da Boa Vista. Maio de 1951.

Os meninos do quarto ano F do Colégio Pedro II empenhavam-se num porfiado jogo de futebol, enquanto as meninas, sentadas no gramado, torciam, aplaudindo os melhores lances.

_ Pessoal, grita alguém, são três horas! E a aula do Professor Mello e Souza?

Parávamos o jogo (eu era um dos que tinham feito a “parede”) e íamos de volta ao casarão da rua Larga, onde na sala de aula aguardávamos ansiosos a chegada do Mestre.

Enquanto o Professor Mello e Souza nos contava a história de “Felipe Nolan, o Homem Sem Pátria”, as meninas choravam e até o endiabrado José Apeny ficava quieto.

A “motivação” era total: passávamos a “decorar” a História dos Estados Unidos da América do Norte.

O Professor Mello e Souza com seus gestos expressivos e voz vibrante transformava a sala num teatro que empolgava.

Tocava a campainha de fim da aula. Ninguém se mexia, todos queriam mais!

Que aulas admiráveis! Sem problemas de disciplina, afetuosas e como o tempo passava depressa para a tristeza de Alda, do Sebastião, de todos... (FERREIRA, 1968, p. 05).

O professor João Baptista também foi descrito como irreverente para atrair atenção dos alunos, como sugeriu em sua tese de ingresso para catedrático do Colégio Pedro II. Certa feita, ao corrigir o trabalho de um aluno, verificando que a caligrafia era de sua colega, versou em vermelho:

“Sebastião, dize sem custo:
Se eu der um grau a ti
Que grau darei para ser justo
ao trabalho da Yacy?” (*Ibidem, loc. cit.*).

Ivor Goodson em *Trajetória para o currículo: História pessoal e política social em estudos curriculares* (2008) relata que anotações de 1972 explicam seu método e evidenciam preocupações predominantes da sua vida de educador. Ele apresenta-as à juventude da classe operária considerando que “certos fatores parecem predispor os jovens a gostarem dos professores” (GOODSON, *op. cit.*, p. 223). Comparando com as memórias dos ex-alunos e colegas do professor João Baptista, semelhanças se avizinham, a considerar: “(a) habilidade de brincar e de ser alvo de brincadeiras (...). (b) Uma irreverência, revolta, como a seus heróis. (c) Uma aceitação geral de risos e diversão como *ingredients* fundamentais à vida” (*Ibidem, loc. cit.*), apontando que a maneira de andar e se mover podem sugerir, dentre outros símbolos, empatia com a cultura.

Luiz Pinheiro Guimarães escreveu que o professor João Baptista era portador de “sólida cultura clássica, através de erudição e sistemática sedimentadas em longo tirocínio. Assenta-lhe, muito a propósito, a importante missão de ‘preceptor’ dos regimes aristocráticos de outrora” (GUIMARÃES, 1968, p. 11) e que, para admiração dos colegas educadores,

“dirigindo o Instituto de Educação, entrava em qualquer sala onde se verificasse a falta do professor, e ali dava uma aula sôbre qualquer tema de letras ou ciências sociais em que as alunas quisessem ouvi-lo” (GUIMARÃES, 1968, p. 11).

Quando deixou o magistério oficial, devido à idade, recebeu, por votação unânime da Congregação do Colégio Pedro II, o título de Professor Emérito; “pode-se dizer do Professor J. B. de Mello e Souza que quantos alunos tenha tido, tantos amigos tem”.⁶⁵

Ser professor, como seus pais o foram, apesar das dificuldades financeiras reforçadas pelos depoimentos familiares, permitia-lhes uma situação de destaque na sociedade local e regional dada à teia de relacionamentos sociais. Ser filho da professora já lhe era uma condição que despertava o sentimento de honra, como relatou em *Meninos de Queluz* (1949). Ser também professor poderia, para além deste sentimento, possibilitar-lhe prestígio social? João Baptista foi apresentado por seus colegas e ex-alunos no *O Professor do Nosso Tempo – 80º Aniversário do Professor João Baptista Mello e Souza (28-5-1968)* como jornalista, historiador, esperantista, tradutor, funcionário público, compositor e escritor. Mas em todas as narrativas, a figura do professor – com todos os seus valores éticos, morais e sociais – perpassa a atuação nas demais atividades.

A previsão do inspetor de ensino Arnaldo de Oliveira Barreto, relatada por João Baptista em seu livro *Meninos de Queluz* (1949), de que os Mello e Souza seriam um celeiro de professores, perpetua-se na constituição da sua família, assim como a relação desta com o Colégio Pedro II. João Baptista casou-se, em 1920, com Dulce de Figueiredo Pimenta, uma de suas alunas na Escola Normal, e tiveram quatro filhos, Horácio Rubens de Mello e Souza (1922-1992), Maria Therezinha de Mello e Souza (1923-2000), Carolina de Mello e Souza Frick (1925-2016) e João Baptista de Mello e Souza Júnior (1935-1990)⁶⁶. Horácio estudou no Colégio Pedro II e Therezinha trabalhou como bibliotecária na mesma instituição. Carolina estudou no Colégio Mello e Souza e lá foi professora (FRICK, 2013).

⁶⁵ JORNAL do Brasil. Rio de Janeiro, [s.n.], 18 mar. 1951.

⁶⁶ MALBA Tahan. Coordenação de Renata de Faria Pereira. Site Oficial da Família e dos Admiradores Malba Tahan. [S. l.: s.n.], c2017. Disponível em: http://www.malbatahan.com.br/arvore_genealogica.php. Acesso em: 19 jul. 2019.

2.2 Um professor no Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Após ser diplomado bacharel em Ciências e Letras, em 1906, João Baptista lecionou e trabalhou como revisor e cronista dos jornais *O Imparcial* e *Jornal do Brasil* (FRICK, 2013) para auxiliar nas despesas. Concomitante ao período em que se dedicou ao trabalho como revisor e depois colunista em jornais, João Baptista prestou exame para a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro), graduando-se em 1910. Três anos depois, publicou o já mencionado livro formato de bolso, com 102 páginas, intitulado *A Nossa República não é política*. Na obra, ele conta as aventuras e desventuras do seu grupo de pensionistas em prosa e versos, escritas desde 1908, ou seja, do período em que cursava a faculdade. Chamavam-se de *farranchistas*, pois moravam na *República do Farrancho*. Entre os membros iniciais do grupo de estudantes paulistas, havia dois alunos do curso de Direito e oito pleiteando Medicina. No livro, são tratados por apelidos como Coroné Nhô Vadô, Chará, Barão de Pindaré, Azé Pipa, Encrencucio Pavorosta, Mister John Excêntrico⁶⁷ e outros. Na página inicial, o subtítulo:

decretos, avisos jocosos, pilhérias, versalhadas de se tirar o chapéu, epigrammas e outras cousas patuscas extrahidas do archivo da archi-gloriosa Encrencucica, excêntrica, mulatífera, piposa, embryonária, pingucica e chernovitica República do Farrancho (MELUZA, 1913, p. 01).

Interessante observar que se tratou de publicação muito diversa das que produziu ao longo dos anos, divididas entre as literárias e didáticas. Seu livro de estreia apresentou um jovem escritor com veia humorística diferente do caráter memorialista e romântico de suas demais produções literárias.

O professor João Baptista, apesar de dar às memórias sobre a mãe professora grande destaque em seus escritos, sofre também influência paterna pujante. João de Deus não concluiu o bacharelado em Ciências Jurídicas, era esperantista, trabalhou como funcionário público no Ministério da Justiça e foi revisor em jornais. João Baptista, ao ser levado para o Rio de Janeiro pelo pai, inicia uma trajetória semelhante em diversos pontos. O curso bacharelado em Ciências Jurídicas provavelmente foi encarado como uma oportunidade de

⁶⁷ João Baptista foi apelidado Mister John devido à viagem que tinha feito para os Estados Unidos da América para participar do Congresso de Esperanto, em 1910.

adentrar no funcionalismo público, além de poder significar o cumprimento de uma etapa não finalizada pelo pai.

De acordo com Fernando de Azevedo, em *A Cultura Brasileira* (1944), desde o século XIX, um número considerável de bacharéis em Direito, engenheiros e médicos direcionava-se para funções públicas devido as dificuldades do “exercício exclusivo da profissão, é fato que ressalta do exame da escala administrativa e política, de alto a baixo, e dos elementos dominantes na sua composição” (AZEVEDO, 1944, p. 19). Luiz Pinheiro Guimarães relatou que João Baptista, levado pelas circunstâncias, conseguiu trabalho como funcionário público e “(por uma coincidência) – ao lado de outro bacharel que alentava o mesmo ideal – um pôsto condigno no magistério do colégio. Refiro-me a Antenor Nascente, que cursara o Externato” (GUIMARÃES, 1968, p. 09).

De acordo com Azevedo (*Op. cit.*, p. 162), “nada marca o homem como a profissão; e nada se estampa tão vivamente na cultura e na política do país como a fisionomia profissional ou a mentalidade característica do bacharel em Direito”. Muitas são as referências ao “doutor advogado” na literatura nacional, a exemplo dos romances de Machado de Assis, José de Alencar, Aloísio Azevedo, dos contos de Monteiro Lobato, das crônicas de Lima Barreto, entre outros. O bacharel em Direito, por força da formação, estava apto ao governo; o conhecimento das leis e da justiça parecia legitimar a administração da coisa pública. Infere-se que, com a decadência do Império e sua nobiliarquia, o diploma de bacharel reforça-se como distinção social perante a massa de analfabetos de que compunha o país.

Segundo consta no texto de apresentação do livro *À Sombra do Bambual: Comédia de Costumes Norte-Americanos* (1955), com tradução de João Baptista, ele, bacharel em Direito:

mediante concurso, pleiteou e obteve posto de oficial do Ministério da Justiça, atingindo, nessa carreira administrativa, o cargo de chefe de seção, que exercia quando a realização de seu antigo desejo, - a cátedra de História do Colégio Pedro II, - o induziu a deixar a função burocrática pelo magistério, em 1926. (...) Em sua longa folha corrida figuram comissões de alta relevância, como as de delegado do Governo da União das Conferências de Limites Interestaduais de 1920 e 1921, secretário geral da Comissão Executiva do centenário, em 1922; chefe de gabinete dos Ministros Afonso Pena Júnior e Viana de Castelo, de 1924 a 1930; membro da missão cultural enviada aos países do Prata em 1942; representante do Brasil no grande Jamboree Internacional Escoteiro de Valley Forge (Estados Unidos) em 1950 (MELLO E SOUZA, 1955, p. 03-04).

Figura 13 - Recorte de jornal no Álbum *Lembranças de In Illo Tempore*.



Fonte: Acervo particular da autora.

João Baptista atuou como delegado do governo da União das Conferências de Limites Interestaduais de 1920 e 1921. No álbum *Lembranças de In Illo Tempore*, há algumas páginas da *Revista Nacional* registrando os temas discutidos no VI Congresso de Geografia, em Belo Horizonte (MG), de 07 a 16 de setembro de 1919. Dentre as anotações, consta o nome do professor entre os representantes da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e uma fotografia do mesmo à página 18, com a legenda informando-o como 1º secretário da *Comissão Inter-estaduais* presidida por Roquette Pinto. João Baptista tornou-se membro da Sociedade de Geografia em 1911. Ainda na página 18, há um resumo das propostas das comissões, revelando que João Baptista propôs ser fundida pelo governo uma medalha comemorativa pelo Centenário da Independência.

Na *Revista de La Sociedad Filatélica Argentina* também compo seu álbum, datada de março e abril de 1922, sob número 209, preserva-se matéria sobre o Centenário da Independência relatando a instituição de selo comemorativo a partir de informações de seu secretário geral da Comissão Executiva, escrevendo do Rio de Janeiro, em 28 de março de 1922.

_ Cúpleme comunicarle, que la Comisión Ejecutiva del Centenario en su sesión del 24 del corriente, resolvió atendiendo las consideraciones hechas por esa

sociedad, substituir los diseños de los sellos conmemorativos de 100 e 150 reis, por otros que presenten un significado histórico y educativo. (...) J. B. de Mello e Souza.

Ainda em relação aos símbolos relativos à comemoração do Centenário da Independência, há no álbum *Lembranças de In Illo Tempore* um recorte de jornal com o título “Vae generalizar-se o juramento juvenil à bandeira”. No texto, informações sobre João Baptista, apresentando para a comissão cartões e envelopes com o mapa do Brasil coloridos para serem distribuídos durante eventos e transcrito palavras suas:

_ A comissão do Centenário, disse-nos S.S., entendendo que será da maior vantagem despertar os sentimentos patrióticos dos nossos pequenos patrícios por ocasião da grande data que se approxima, resolveu enviar a cada creança brasileira uma “Lembrança do Centenário”. Eis, em que consiste essa lembrança: um grande envelope, que contem um mapa em cores do nosso paiz e varios cartões, egualmente coloridos: um apresenta o quadro do “Grito do Ypiranga”; outro, o retrato de todos os chefes de Estado que têm regido os nossos destinos desde a Independência até hoje; outros cartões apresentam os symbolos nacionaes e alegorias allusivas a commemoração do Centenário.⁶⁸

O governo aceitou a sugestão de que em todas as escolas ocorresse o juramento e a distribuição dos cartões e a consideração de que não era uma inovação, pois países a exemplo da Inglaterra, Estados Unidos da América, Cuba e Argentina já o realizavam, reiterando que:

mesmo nesta capital já se effectuou mais de uma vez tal cerimonia promovida pelo Collegio S. Paulo, em Copacabana, nella tomando parte os alumnos das escolas publicas do 1º disctrito, sob a direcção do Dr. Francisco Viana.⁶⁹

As considerações continuam reforçando que as realizações do evento como palácios de exposições, iluminações e festas suntuosas passariam, mas “o sentimento de patriotismo uma vez implantado no coração das creanças brasileiras, fica”.⁷⁰

⁶⁸ O recorte não apresenta o nome do jornal e a data. Álbum *Lembranças de In Illo Tempore*.

⁶⁹ O recorte não apresenta o nome do jornal e a data. *Ibidem*.

⁷⁰ O recorte não apresenta o nome do jornal e a data. *Ibidem*.

Figura 14 - João Baptista de Mello e Souza no gabinete do presidente Washington Luiz, s/d, Álbum *Lembranças de In Illo Tempore*.



Fonte: Acervo particular da autora.

A fotografia com João Baptista, identificado com o número quatro entre os membros do gabinete do Ministério da Justiça e Interiores, com a presença do presidente Washington Luis (Figura 14), consta no álbum *Lembranças de In Illo Tempore*. Sua atuação como chefe de gabinete dos ministros Afonso Pena Júnior e Viana de Castelo, de 1924 a 1930, é recursivo nos relatos dos autores de *O Professor do Nosso Tempo – 80º Aniversário do Professor João Baptista Mello e Souza (28-5-1968)* e *Lembranças de In Illo tempore – Memórias de Carolina* (2013). Roberto Accioli (1968, p. 35) em seu texto *Mello e Souza, Historiador* afirma que o professor funcionário público era “afeito ao trato das cousas públicas do ensino e dos problemas da educação” e, como chefe do gabinete, “Afonso Pena Júnior e Augusto Viana do Castelo, confiaram-lhe, praticamente, tudo quanto se relacionasse a tais assuntos; foi, assim, como que o primeiro Ministro da Educação do Brasil República”. O trato com o ensino é reafirmado pelo próprio professor:

Por felicidade minha fui servir precisamente na secção que tinha a seu cargo os assumptos attinentes ao ensino; (...) soube com real satisfação, que teria ensejo de

zelar pelos interesses dos institutos de ensino, inclusive o Gymnasio, dentro da esfera, acanhada embora, de minhas atribuições.⁷¹

Figura 15 - Cartão a Liga Esperantista do Brasil, s/d, Álbum *Lembranças de In Illo tempore*.



Fonte: Acervo particular da autora.

Característica do primeiro quartel do século XX, políticos, advogados, médicos e professores se empenhavam em apresentar o perfil multifacetado e muitos dedicavam-se à escrita. João Baptista parece ter tido na forja de seu intelecto esta batida. Ele foi membro da Academia Carioca de Letras, dedicou-se ao esperanto e ao escotismo. Durante o Congresso Universal de Washington, em 1910, com a presença de Ludwik Lejzer Zamenhof⁷² (1859-1917), recebeu o 1º prêmio de poesia. Em 1952, representando o Brasil em Oslo, também teve primeiro lugar pela participação. Em relação ao escotismo, foi presidente da Federação Brasileira dos Escoteiros do Mar “que sob sua presidência chegou a ter mais de uma centena de barcos em intensa atividade; e depois na presidência da União dos Escoteiros do Brasil, que lhe deve inestimáveis serviços” (GUIMARÃES, 1968, p.12) e, quando de seu

⁷¹ Trecho do discurso de João Baptista, quando ingressou como catedrático no Colégio Pedro II, publicado na *Revista A Escola Primária*. Rio de Janeiro, [s.n.], nov. 1926, p. 184.

⁷² Criador do esperanto, em 1887, e por ele divulgado como a língua auxiliar de comunicação internacional. O primeiro congresso internacional relativo ao tema aconteceu em 1905.

afastamento, devido ao cansaço, os escoteiros concederam-lhe a medalha de honra Tiradentes e um lugar permanente no Grande Conselho.

João Baptista trabalhou nas redações de diversos jornais, como mencionado. Cursando Ciências Jurídicas e morando em uma república de estudantes, é possível que tenha participado de conversas nos saraus em bibliotecas, teatros e cafés cariocas, com assuntos os mais diversos, reflexo de que “desde praticamente o início da campanha abolicionista até o início da década de 1920, quase toda produção literária nacional se fazia no Rio de Janeiro” (SEVCENKO, 1995, p. 93). Na obra *Carcassas Gloriosas* (1937), de Agrippino Grieco (1888-1973), fica evidente o intento deste perfil multifacetado em nossos intelectuais. O escritor absorto em suas anotações, circulando pelas ruas da capital, portando um livro, sempre solicitado a opinar nos jornais que se multiplicavam junto ao aumento de publicações no Brasil, sem a dificuldade de envio para impressão em Lisboa. Sevcenko (*Op. cit.*, p. 99) argumenta que:

Essa imagem difusa do intelectual, portanto, se tornou mais uma fachada. E das mais proveitosas. Ela era o requisito indispensável para se conseguir as cavações e os empregos públicos e principalmente a chave mestra das portas cobiçadas da política e diplomacia. Mas de forma geral ela antecedia a todas as profissões liberais, e tendia a encerrar sua fase ativa com o casamento e/ou com a primeira “colocação” séria. As facilidades da nova vida social tendiam a matar o engajamento dos intelectuais que fizeram a república.

Inúmeras vezes citado como intelectual em crônicas e artigos de jornais, a atuação política de João Baptista é bem menos visível nas memórias selecionadas por ele. A partir dos relatos dos seus ex-alunos e colegas, desenham-se restritas às instituições citadas, mesmo considerando sua afirmação de que “não era, porém, a burocracia visada por meus ideais de adolescente”⁷³; e nas memórias da sua filha reforça-se essa pretensa intenção:

Mas seu ideal não era entrar para política; por concursos conseguiu ser nomeado professor de Literatura no Instituto de Educação e, mais tarde, Catedrático de História da Civilização do Colégio Pedro II. Esta, sim, era sua grande aspiração (grifo meu) voltar ao colégio que o recebera tão bem quando estudante, para ser o professor que poderia ajudar no ensino de outros alunos. E foi, realmente, um PROFESSOR, com letras maiúsculas, maravilhoso, queridíssimo por seus discípulos, sendo, com frequência convidado para ser o paraninfo das turmas que se formavam (FRICK, 2013, p. 129).

⁷³ Trecho do discurso de João Baptista, quando ingressou como catedrático no Colégio Pedro II, publicado na *Revista A Escola Primária*, Rio de Janeiro, [s.n.], nov. 1926, p.184.

Se não é aparente o engajamento político do professor João Baptista, o fato é que seus textos compartilham valores muito em relevo durante a Primeira República no que concerne à função da escola e, mais especificamente, em relação à disciplina de História para a formação do cidadão.

Hiram Jacques Ferreira conta uma passagem sobre o caráter metódico de João Baptista, que, à época do ocorrido, era chefe do gabinete de Afonso Pena Júnior e, depois, de Viana do Castelo, ambos Ministros da Justiça:

Responsável por certa verba secreta, tomando providências urgentes que não podiam esperar as tramitações burocráticas. Sobrevém a Revolução de 30. A Junta de sanções, com aodamento revolucionário, irrefletidamente, ousa acusar João Baptista de Mello e Souza, pretendendo enredá-lo com o emprego da verba secreta. Nosso Mestre, integérrimo como sempre e metódico, apresenta a irretorquível defesa de 1123 recibos de todas as despesas, devidamente catalogados! (FERREIRA, 1968, p. 05).

A Defesa do professor J. B. de Mello e Souza (Ex-Director do Gabinete do Ministro da Justiça) (1931), apresentada à Junta das Sancções, no Rio de Janeiro, foi defendida pelo advogado M. P. Amaral Pimenta⁷⁴. Na página 03 da defesa, o texto assinado pelo advogado oportuniza as considerações até aqui tratadas em relação à preocupação com a imagem do professor, antes desveladas para a mãe professora, agora consigo.

Bem sei que a muita gente causará estranhesa o fato de haver o Dr. Mello e Souza resolvido defender-se perante a Junta de sanções.

Sem duvida os eminentes brasileiros em cuja companhia o meu constituinte foi denunciado não quizeram, por excellentes razões, proceder por igual fôrma.

Elle, porém, apezar de não ter um “nome obscuro”, como modestamente affirma, viu-se em situação especialíssima. Simples funcionário, encarregado de movimentar avultadas contas correntes, foi alvo de acusações e insinuações malevolas da imprensa facciosa, e julgou que lhe cumpria destruil-as, não por se considerar atingido por semelhantes calunnias, mas sim em attenção á sociedade a que pertence, em particular a seus amigos e discípulos.

E’ esta, exclusivamente, a razão de ser desta publicação (PIMENTA, 1931, p. 03).

João Baptista guardou, entre folhas avulsas, o recorte de um jornal (Anexo 4), com data de 19 de maio de 1931, cuja matéria é intitulada *A delapidação dos dinheiros publicos – Como definir as responsabilidades no escandaloso caso do Ministerio da Justiça – Fala-nos o sr. Mello e Souza, ex-chefe do gabinete do sr. Vianna do Castello*. No texto, os entrevistadores informam que realizaram a entrevista no Colégio Pedro II, período da manhã, no intervalo entre as aulas do professor João Baptista. O colóquio transcorre com João

⁷⁴ Exemplar consta no acervo particular utilizado para esta pesquisa, informações da página 01.

Baptista explicando como se realizavam as despesas e os depósitos e que, inclusive, alguns tinham sido autorizados pelo Ministro da Fazenda, Getúlio Vargas, no período que ocorreram. No final do texto, relatou que publicaria sua defesa.

Uma das preocupações que nortearam esta pesquisa foi a de encontrar os diversos lugares pelos quais João Baptista esteve enquanto construía sua identidade de professor. Um professor que, de acordo com as lembranças guardadas por ele no álbum *Lembranças de In Illo Tempore* e registradas por aqueles que foram seus alunos, colegas e familiares, teria circulado por alguns lugares estratégicos nos quais se tomavam decisões acerca da educação durante a República Velha e que, após seu afastamento do cargo no funcionalismo público com a Revolução de 1930, manteve relações com os antigos companheiros do tempo de estudante, colegas políticos, escritores, jornalistas e professores, até seu falecimento em 1969.

Um desses lugares diz respeito à Assembleia da Conferência Interestadual do Ensino Primário (CIEP). As conferências nacionais oportunizaram a aproximação de educadores dos estados brasileiros em diferentes centros culturais do país (CARVALHO, 1989). De acordo com o jornalista Custódio de Viveiros, referindo-se a João Baptista:

A conferência Interestadual de ensino Primário, convocada por Eptácio Pessoa, e da qual fizeram parte José Augusto, Carneiro Leão, Inácio Amaral, Sampaio Dória, e outros brasileiros ilustres, aprovou teu parecer, como relator da comissão presidida por Ester Pedreira de Melo, aconselhando que os preceitos da chamada “escola nova” fôssem adotados em tôdas as escolas elementares do Brasil. É o que se lê no livro do Primitivo Moacir. Tais preceitos eram os que vigoravam no Colégio São Paulo, e que a paciente dona Carolina explicava e analisava para as professoras que a iam visitar.⁷⁵

No início do século XX, no contexto de entusiasmo pela educação e de um ambicioso projeto político-pedagógico de reforma moral e intelectual, os excluídos da ordem republicana aparecem como presença incômoda de analfabetos que impedem o progresso da nação, e a escola, de acordo com Marta Carvalho (*Ibidem*, p. 07), é “reafirmada como arma” para superação dos entraves. Era preciso educar para civilizar.

João Baptista e Orestes Guimarães produziram o relatório sobre a difusão do ensino primário (GUIMARÃES; MELLO E SOUZA, 1922), e, com Valle Freitas, escreveram o relatório sobre as escolas rurais e urbanas (MELLO E SOUZA; VALLE, 1922), solicitado por Alfredo Pinto, titular do ministério, para ser apresentado durante a conferência. Das seis teses preparadas pela comissão, duas tiveram a participação de João Baptista, que

⁷⁵ LEMBRANÇAS do Colégio São Paulo: 1914-1964. [S.l.; s.n.], 1964, p. 12.

também foi o organizador dos *Anais da Conferência Interestadual de Ensino Primário*, realizada no Rio de Janeiro de 12 a 16 de outubro de 1922, publicados pela editora O Norte, pois era o “representante do Governo Federal junto às comissões permanentes da CIEP (RJ) e 2º Secretário no evento” (HOELLER, 2014, p. 79).

Os relatórios da CIEP apresentaram um Brasil, no contexto da Primeira República, que dispunha de 90% das crianças sem acesso à escola primária, apesar de os “organizadores não receberem informações dos estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Rio de Janeiro e Goiás), mesmo após meses de solicitação e correspondências enviadas” (*Ibidem, loc. cit.*). Marta Carvalho cita Jamil Cury afirmando que até o final da década de 1920, a educação no Brasil era elitista, voltada para:

os interesses oligárquicos: ornamento cultural, preenchimentos dos quadros da burocracia do Estado e das profissões liberais. Nesse sentido, amplas camadas da população eram marginalizadas do processo educativo escolar (CARVALHO, 1998, p. 25).

Os textos que João Baptista escreveu a partir dos dados levantados para o relatório consideraram as precárias condições físicas das escolas e “não deixa a menor dúvida quanto ao que se possa aguardar de tão precário aparelhamento pedagógico”⁷⁶. O professor analisou as escolas rurais e urbanas, estágio e programas de ensino, refletindo a necessidade de transformação do ensino e do professorado; citou como exemplos de países com instalações dignas de escolas rurais os Estados Unidos da América e alguns países sul-americanos; avaliou o tempo de duração dos cursos escolares criticando os muito curtos e os muito longos; sugeriu, a partir de modelo estrangeiro, ampliar a duração dos trabalhos diários dos alunos para evitar que, fora do ambiente escolar, ficassem sujeitos a influências prejudiciais à educação que estariam recebendo na escola. Influências que poderiam comprometer a formação do indivíduo útil ao progresso da nação, observa-se no projeto da escola primária republicana o “papel assumido por essa instituição na formação do caráter e no desenvolvimento de virtudes morais, de sentimentos patrióticos e de disciplina na criança” (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 45); foram amplamente utilizados símbolos patrióticos, celebrações festivas e o “enlaçamento do tempo escolar ao calendário cívico” (*Ibidem, loc. cit.*).

⁷⁶ Artigo publicado em jornal. Não consta a denominação do jornal nem o autor do texto, em investigação, apenas uma anotação manuscrita localizando o tempo “1920-1921”. Os dados são a partir dos *Annaes da Conferência Interestadual do Ensino Primário*, organizados sob a direção de João Baptista de Mello e Souza, secretário da conferência. Os recortes sem a conservação da indicação do jornal e a data, infelizmente, são recorrentes no álbum e documentos avulsos.

A preocupação com a formação do caráter se evidencia na tese *O Ensino da História na Formação do Caráter* (MELLO E SOUZA, 1926) que o professor escreveu para concurso de ingresso como catedrático do Colégio Pedro II, mas é também onipresente em suas obras literárias onde se apresenta um desfile de personagens que têm reforçadas as características que o professor escritor considerava relevantes para que o indivíduo fosse útil à sociedade.

Figura 16 - Mesa de Encerramento da Conferência Interestadual do Ensino Primário. João Baptista de Mello e Souza é o primeiro sentado da direita para a esquerda, s/d, Álbum *Lembranças de In Illo Tempore*.



Fonte: Acervo particular da autora.

No decorrer da Primeira República, de acordo com Arnaldo Pinto Júnior (2010, p. 137), os avanços e retrocessos na área educacional:

geraram inúmeras discussões relativas aos problemas da instrução pública em seus diversos níveis, a disponibilização de recursos para a ampliação de vagas escolares, a formação e capacitação de educadores, os métodos e programas de ensino, entre outros pontos. A crescente demanda por vagas nas escolas primárias de inúmeras cidades brasileiras não foi acompanhada por investimentos em adequação dos edifícios escolares e abertura de salas de aula. A carência de escolas públicas e a

dificuldade em encontrar vagas marginalizaram milhares de crianças em idade escolar da educação formal.

A comissão preparatória da CIEP (1920-1921) discutiu as considerações apresentadas por João Baptista, dentre elas, a divisão das escolas em duas categorias: escolas urbanas e escolas rurais; a criação ou subvenção das escolas deveria ser responsabilidade do Governo Federal nos Estados; em ambas o ensino deveria se revestir de feição moderna como esboço da cultura integral do espírito; no período final dos cursos o ensino teria cunho acentuadamente profissional, de acordo com a conveniência da população escolar; dever-se-ia simplificar os programas de ensino, evitando sobrecarga intelectual que poderia ser inútil para as crianças, conservar apenas o que fosse aproveitável para as necessidades da vida; a elaboração do programa e o estágio nas escolas urbanas e rurais seriam fixados pelo Conselho Nacional, tendo em vista a formação do caráter nacional e evitando a influência do espírito regionalista.

A década de 1920 foi marcada pelas intensas discussões relativas à educação. Dentre os temas abordados, as propostas de ampliação do acesso ao ensino tornaram-se recorrentes devido ao quadro também expostos nos relatórios produzidos por João Baptista. Na comparação com outros países considerados modelos, o Brasil precisava avançar no campo educacional. Aparentemente, a ideia de progresso era consensual, perpassava os debates da época. Por isso, o conceito de novo foi muito prestigiado, mas “no movimento educacional em 20 não estiveram engajados apenas apologistas do ‘novo’, sendo possível distinguir, nele, ‘tradicionalistas’ e ‘renovadores’” (CARVALHO, 1998, p. 24). Carvalho avalia que os dois grupos:

Moviam-se num mesmo campo de debates. Propunham a questão educacional preponderantemente da ótica da “formação da nacionalidade”. Por isso, nas propostas, as semelhanças eram mais relevantes que as diferenças.

Tratava-se de um projeto marcadamente elitista cujo suposto principal era de que a “nação” só poderia constituir-se por um trabalho de direção das “elites” (*Ibidem, loc. cit.*).

As ligas e associações evidenciam essa preocupação. Foram criadas a Liga Brasileira de Combate ao Analfabetismo, em 1915, e a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924⁷⁷, ocorrendo Conferências Nacionais de Educação (BITTENCOURT, 1990).

⁷⁷ Sociedade civil com adesão voluntária. Dela poderiam fazer parte professores e demais interessados em Educação como: jornalistas, escritores, políticos e até mesmo funcionários públicos. A sede localizava-se no Rio de Janeiro, mas seções regionais distribuíam-se pelo país. A ABE organizou Conferências Nacionais de Educação de 1927 a 1954 (ABE, 1984).

A ABE “como espaço privilegiado de debates em torno de projetos relativos à escola pública brasileira, articulados, por sua vez, a projetos voltados para a construção da nação” (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 47), não chegou a ser, durante a década de 1920, uma instituição nacional. Ela funcionava como a associação do departamento carioca da entidade “que foi promotor das Conferências Nacionais, congregou número significativo dos católicos que seriam adversários dos (...) Pioneiros” (CARVALHO, 1998, p. 31), problematizando a suposição de que já fizessem parte da ABE aqueles que integraram o grupo dos Pioneiros da Educação Nova, a partir de 1930.

Nesse período pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918), no cenário do Tenentismo, a exemplo da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana⁷⁸ (1922), Comuna de Manaus (1924), Revolução Paulista (1924), Coluna Prestes (1925-1927), no contexto da República do Café com Leite, a legitimação da república e do voto direto vinculava-se à educação do povo, por sua alfabetização, inicialmente. Após a proclamação da república, “o Decreto nº 6 declarava eleitores todos os brasileiros, no gozo de seus direitos políticos e civis, que soubessem ler e escrever. Era o sufrágio universal adotado pelo novo regime, embora restrito ao voto masculino” (REIS FILHO, 1981, p. 13). O cenário que se apresentava era controverso “mais que nos tempos de calmaria, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola” (JULIA, 2001, p. 19); as disciplinas seriam instrumentos importantes para a formação de um cidadão útil aos interesses do progresso nacional.

A disciplina de História, de acordo com Elza Nadai, nas suas origens, nas escolas primárias e secundárias, oficiais e particulares, implantadas no Brasil ocuparam “um lugar específico que pode ser sintetizado nas representações que procuravam expressar as ideias de nação e de cidadão” (NADAI, 1992-1993, p. 149). João Baptista, no contexto da década de 1920, é o professor católico, formador de normalistas, membro de uma família proprietária de um colégio e bacharel em Direito atuando como funcionário público diretamente envolvido com a política nacional de educação.

De acordo com Marta Carvalho (1998, p. 44), “o projeto de elaboração desta política nacional deu-se no âmbito da questão da “formação da nacionalidade”. Nesse movimento educacional foram propostas representações do ‘povo brasileiro’” como carência,

⁷⁸ Fato histórico enraizado na memória familiar dos Mello e Souza por ter supostamente envolvido o irmão Rubens de Mello e Souza, aviador falecido em acidente aéreo em 1924.

passividade e amorfia. A escola, como instância homogeneizadora cultural, inseminando valores e patriotismo; uma constituição das “elites”, atribuindo-se o papel diretor da transformação social, delineou-se o Estado como agenciador das “elites” na promoção da “unidade nacional” por meio de intervenções e controle coercitivo possibilitado pelo poder burocrático (CARVALHO, 1998).

Um ensino protagonizado pela formação de cidadãos patriotas que valorizassem a ilustração e a ética moral é discutido na tese que o professor João Baptista escreveu para concurso de ingresso como catedrático do Colégio Pedro II.

Capítulo 3

Concepções pedagógicas para o ensino da disciplina de História na formação do caráter

“(…)

Vêde: é bondoso, simples e jovial.

Êste obedece aos pais, respeita os professores,
Trabalha, estuda e brinca e escolhe seus amigos;

Nunca se envolve em rixas e rancores,
Evita sempre o vício, e seus perigos.

(…)

Dos meninos como êste é que o Brasil precisa,
Para ser, como deve, uma grande nação!”⁷⁹

J. Meluza

3.1. Concurso de ingresso para catedrático do Colégio Pedro II

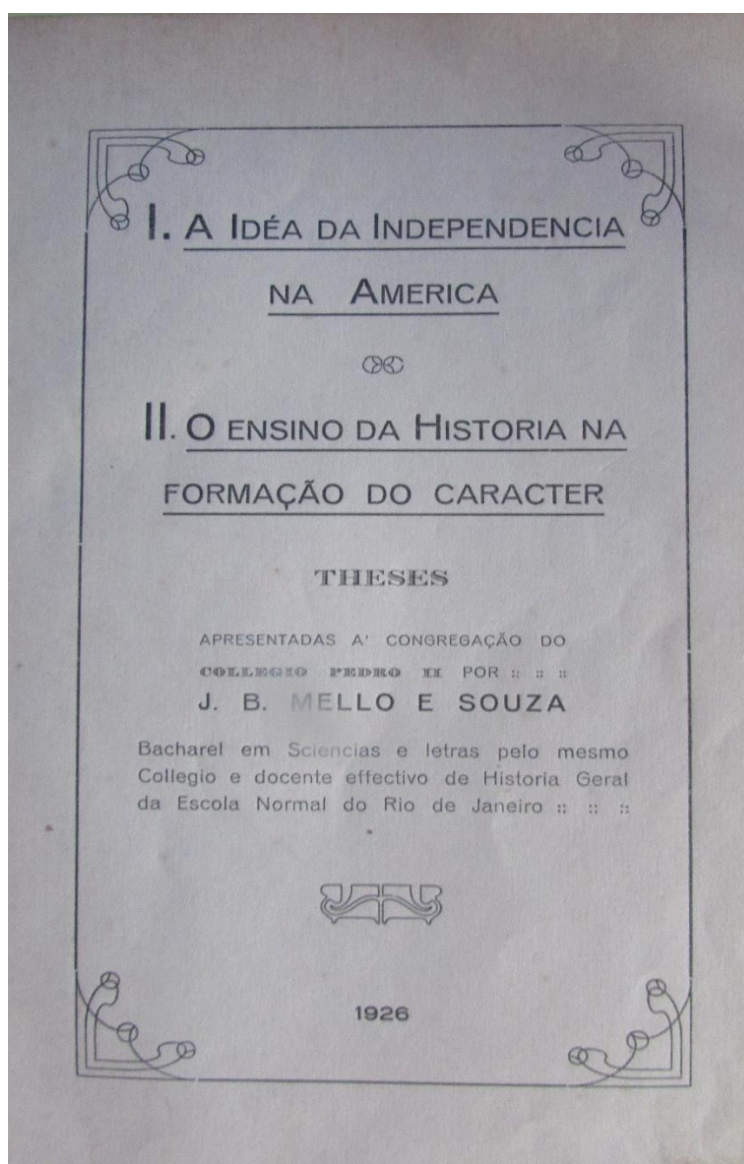
Por mais de uma década, o Colégio São Paulo foi espaço das práticas pedagógicas da família Mello e Souza. No mesmo período, João Baptista também lecionava na Escola Normal do Rio de Janeiro. Com o falecimento da matriarca Dona Carolina, em 01 de julho de 1925, o colégio foi fechado e, segundo o professor, “nós quatro, os homens, havendo já constituído nossos lares, tínhamos as cogitações voltadas para a conquista de postos definitivos no magistério oficial” (MELLO E SOUZA, 1949, p. 99). Dentre as fontes consultadas nesta pesquisa, há pouquíssimas referências às atuações do professor na Escola Normal e na Universidade do Distrito Federal, por exemplo. Considerando o conjunto de materiais selecionados e guardados por João Baptista, as lembranças relativas ao Colégio Pedro II são as mais destacadas em sua atuação no magistério. Isto necessariamente não significa que tais experiências foram as mais significativas em sua trajetória de professor, apenas evidencia como a renomada instituição acabou ocupando o lugar central nas narrativas sobre o próprio passado.

Se o Colégio Pedro II recebeu grande destaque em suas memórias, os conhecimentos no campo das humanidades são aqueles que João Baptista escolheu para

⁷⁹ Poema “Qual é o bom brasileiro?”, publicado no livro *Sete Lendas de Amor e outras poesias* (1959, p. 110-111).

assumir a posição de professor. Assim, a imagem de homem culto, íntegro e responsável ficou associada ao de catedrático de História. Mas como os conhecimentos históricos seduziram o jovem Mello e Souza? De acordo com João Baptista⁸⁰, o responsável por essa aproximação foi o “meu velho e querido mestre João Ribeiro, (...) cujas lições despertaram em meu espírito o pendor para o estudo da História”. A partir dessas palavras e de suas trajetórias profissionais, podemos imaginar quais dimensões os conhecimentos abordados pela disciplina História tomaram na construção dos repertórios socioculturais do futuro catedrático.

Figura 17 - Página de abertura de *Theses apresentadas a Congregação do Collegio Pedro II - I. A Idéa da Independência na América e II. O Ensino da História na Formação do Carácter.*



Fonte: Acervo particular da autora.

⁸⁰ Trecho do discurso de João Baptista, quando ingressou como catedrático no Colégio Pedro II, publicado na *Revista A Escola Primária*, Rio de Janeiro, [s.n.], nov. 1926, p. 185-186.

Em 1926, João Baptista concorreu com “Jonathas Serrano, Mecenas Dourado, Milton Barbosa, Jaime Coelho, Figueira de Almeida, Mário Guedes Naylor e Cornélio José Fernandes” (ACCIOLI, 1968, p. 34) para a cátedra de História Universal no Externato e no Internato do Colégio Pedro II. A vaga para o Externato foi em razão da transferência do professor Escragnolle Doria para a cadeira de História do Brasil, enquanto a do Internato, para substituir o professor Pedro do Coutto, também nomeado para cadeira de História do Brasil. Para assumirem as vagas, os candidatos submeteram-se a quatro provas, exigidas pelas disposições vigentes do Decreto nº 16.782-A, que incluíam a defesa de duas teses, uma com tema sorteado e a outra com tema livre, prova prática e prova oral (DORIA, 1937).

João Baptista e Jonathas Serrano foram aprovados, o primeiro para atuar no Internato e o segundo, no Externato do Colégio Pedro II; “a conquista da cadeira de História da Civilização no Colégio Pedro II, em cuja regência interina já se achava, desvinculou o professor Mello e Souza de sua posição na esfera administrativa” (GUIMARÃES, 1968, p. 10). Antecedendo à cátedra, João Baptista lecionava “História Geral e do Brasil desde 1º de julho de 1925” (ACCIOLI, *op. cit., loc. cit.*) na instituição⁸¹. “A grande maioria dos professores que chegaram às cátedras entre 1925 e 1945 não eram novos no colégio, ou seja, vieram de categorias mais baixas hierarquicamente” (SOARES, 2015, p. 305), atuavam e conheciam as especificidades da instituição. É preciso considerar, ainda, que muitos dos professores do colégio eram ex-alunos da tradicional instituição carioca.

O Externato do Colégio Pedro II oferecia mais vagas que o Internato, cuja função era alojar os alunos oriundos de outras cidades. Em 1923, foram 1.034 alunos admitidos, sendo 784 no Externato e 250 no Internato; no ano seguinte, houve frequência de 954 alunos no Externato e 252 no Internato (DORIA, *op. cit.*). Escragnolle Doria, professor Emérito do Colégio Pedro II, publicou o livro *Memória Histórica do Colégio Pedro II: 1837-1937*. O exemplar referenciado nesta pesquisa pertenceu ao professor João Baptista e traz anotações ao longo das páginas em que foi mencionado. Por exemplo, seta indicativa para o trecho em que Doria relata sobre a comemoração do centenário de nascimento do imperador D. Pedro II, realizada nas dependências do colégio homônimo:

⁸¹ Guimarães e Accioli apresentam diferentes denominações para a cadeira de História do Colégio Pedro II, respectivamente História da Civilização e História Geral. Para todos os efeitos, o concurso de 1926 era para a cátedra de História Universal. Segundo Ariclê Vechia e Karl Michael Lorenz (1998), nos programas de ensino em vigor no referido (1915 e 1926) traziam as denominações História Universal e História do Brasil para mencionar os conteúdos da disciplina.

Em face da mesa de honra ficaram, em lugares reservados, numerosos bachareis em letras, alguns destes figurando na Congregação os bachareis Laet, Ruch, Nascentes, Philadelpho Azevedo, José Piragibe, Quintino do Vale e João Baptista de Mello e Souza (DÓRIA, 1937, p. 270).

Os decretos de nomeação de João Baptista e Serrano datam de 10 e 12 de novembro de 1926 e a posse aconteceu em sessão solene, conforme costume, em 18 de novembro do mesmo ano. À página 272 do livro de Doria (*Op. cit.*), ao lado das últimas cinco linhas, João Baptista anotou “o meu decreto é o anterior ao do Serrano”.

A ambição intelectual de João Baptista em lecionar na tradicional instituição pode se explicar, também, na relevância que os catedráticos tinham, pois selecionavam os conteúdos dos programas, publicavam livros didáticos e evidenciavam suas metodologias de ensino (SANTOS, 2011).

A vida social e familiar de João Baptista conservou-se por mais de meio século intrincada com a educação. Citando Ivor Goodson (1995), Maria do Carmo Martins (2007, p. 43) considera que “é necessário e importante perceber quão significativos podem ser o estilo de vida do professor, dentro e fora da escola, quais impactos suas histórias podem ter sobre modelos de ensino e sobre a prática educativa”. O sujeito histórico João Baptista que produziu as teses para ingresso no Colégio Pedro II trazia em sua trajetória profissional influências da educação no interior do estado de São Paulo do final do século XIX e início do século XX; a convivência com uma família voltada para o ensino; o trabalho no Colégio São Paulo; o trabalho como jornalista para o qual foi conduzido por seu tio paterno Quincas; a formação no Colégio Pedro II; a formação em Ciências Jurídicas, posteriormente; a prática como professor formador de professores; e atuação como funcionário público que esteve em lugares/movimentos estratégicos na esfera cultural, como a campanha para divulgação do esperanto e do escotismo.

3.2 Uma tese para o ensino de História

João Baptista foi aprovado no concurso para catedrático tendo submetido à Congregação um volume com o título *I. A Idéa da Independencia na America e II. O ensino da Historia na formação do Character. Theses apresentadas á Congregação do Collegio Pedro II*. Das duas teses submetidas, analiso nesta pesquisa a número dois, destacando-a por suas marcas autorais e suas potencialidades para a discussão sobre o ensino de História no período. Na tese número dois, o então candidato discorreu sobre o tema em seis capítulos

dispostos em: Conceito moderno de História; Metodologia e finalidade do ensino da História; A educação moral e cívica nas aulas de História; Os homens célebres; As belas ações; e O ensino de História e as obras de ficção.

No relatório publicado nos anais sobre a Difusão do Ensino Primário no Brasil, em 1922, há a sugestão ao Conselho Nacional para elaborar os programas, tendo em vista a formação do caráter nacional e evitando a influência do espírito regionalista; a História e demais disciplinas escolares foram alvos de projetos educacionais que visavam uniformizar a cultura escolar (BITTENCOURT, 1990). André de Lemos Freixo e Patrícia Coelho (2015, p. 10) afirmam que nas primeiras décadas do século XX, o ensino de História tinha:

assumido tanta importância quanto a sua escrita. Talvez até mais importância, uma vez que, muito antes de a historiografia brasileira buscar delimitar suas fronteiras disciplinares, a reflexão sobre metodologias de ensino nas aulas de história já se fazia presente nas reflexões de professores como João Ribeiro e Jonathas Serrano, por exemplo, eminentes professores do Colégio Pedro II.

Continuando, os autores explicam que a proposta de renovação do ensino da disciplina significava tornar a aprendizagem mais eficaz e menos enfadonha, conseguindo “aumentar o potencial de divulgação do conhecimento histórico, da empatia dos alunos e jovens cidadãos brasileiros com a história pátria e a identidade nacional” (*Ibidem*, p. 11).

No capítulo I (Conceito Moderno de História), João Baptista defendeu a relevância do ensino da disciplina História e a necessidade de relacioná-la com a formação do caráter. Os conteúdos da disciplina, na concepção pedagógica do professor, cumpriram essa missão. Ao analisar a disciplina nas décadas iniciais do século XX, Nadei argumenta que:

O conceito de História que flui dos programas e dos currículos é, assim, basicamente aquele que identifica o passado e, portanto, à realidade vivida negando sua qualidade de representação do real, produzida, reelaborada, na maioria das vezes, anos, décadas ou séculos depois do acontecido. Essa forma de ensino determinada desde sua origem como disciplina escolar foi o espaço da história oficial na qual os únicos agentes visíveis do movimento social eram o Estado e as elites (NADAI, 1992-1993, p. 152).

Em uma instituição que, tradicionalmente, formava os filhos das elites para estarem à frente dos cargos mais relevantes da administração pública nacional, evocar e evidenciar fatos históricos relativos a essas mesmas elites transforma-se num instrumento de legitimação dos valores almejados por tais grupos no âmbito do regime político em vigor, no caso deste estudo, a república.

João Baptista discutiu sobre as mudanças que seriam necessárias ao ensino da disciplina, considerando amenizar a ênfase aos nomes de personagens como grandes generais e sucessão de datas explicando que:

foi a evolução social que culminou no século XVIII a causa principal da modificação que se deu no prisma pelo qual se faziam os estudos históricos. Surgiu, assim, a história democrática, que deixa de lado a biografia dos reis para estudar os usos e costumes das classes populares, assim como na literatura surgiu o gosto pelo *folk-lore*, e no teatro, em substituição á tragédia, que punha em scena figuras nobres, dominou a comedia, gênero popular em que se veem retratados ypos e scenas da vida burgueza ou plebéa. Emquanto a historia se limitava quase exclusivamente á biografia dos reis, não podia aspirar a alta posição que hoje desfructa no quadro das sciencias sociais (MELLO E SOUZA, 1926, p. 122-123).

Se a disciplina de História não deveria se ocupar exclusivamente das biografias reais era preciso considerar exemplos de modelos a serem inspiração para os jovens; entre os grandes nomes, João Baptista cita José Bonifácio de Andrada e Silva. Atrair o interesse dos alunos seria estratégia para conquistar-lhe a atenção e para tal, eram necessários exemplos que inspirassem e uma narrativa propícia. O próprio professor manteve o estilo que o acompanharia por sua vida no magistério e na escrita: enredar seus ouvintes e leitores por passagens históricas e literárias com a intenção de seduzi-los. Técnica que ele sugeriu na tese como forma de prender a atenção dos alunos. Explorou o recurso no texto para reforçar que:

Encarada a historia sob esse aspecto, é evidente que ella não poderá constituir, nem por seus methodos, nem por sua exactidão, uma disciplina científica. Uma vez, porem, que ella passa a considerar os povos e as instituições, e procura subsídios na geografia, na estatística, ella já proporciona recursos para que se conheçam as relações que os factos mantêm entre si, e já permite uma conclusão sobre os acontecimentos que deles devem resultar. Assim considerada, a história é uma sciencia em formação, filiada á serie de sciencias Moraes (*Ibidem*, p. 124-125).

A disciplina escolar História tinha, em sua concepção, por fundamento a verdade e seria essencial para a formação moral e cívica, pois, “sob qualquer forma, a história não pode e não deve prescindir de seu valor moral” (*Ibidem*, p. 126). Explicou que, para o ensino de História, no contexto da época, duas orientações seriam distintas, mas não antagônicas: a primeira, destinava-se para estudantes que não pretendiam acesso às academias, limitando-se a fortalecer a tendência nacionalista do ensino; e, a segunda: destinava-se para estudantes que pretendiam tal acesso. Sugeriu que, no Colégio Pedro II, as duas correntes deveriam ser simultâneas, pois naquele momento não havia programas especiais para a primeira nem para a segunda orientação. Retomou, no texto, a importância da disciplina História no sentido de que

Sem prejuízo da feição científica moderna de que se deve revestir, há de contribuir para a formação moral e cívica da juventude. E' principio universalmente consagrado que não basta illustrar o espírito: é mister – e de preferencia – *formar o character* (MELLO E SOUZA, 1926, p. 131).

Arlette Gasparello (2011, p. 109), ao analisar os caminhos para a história da disciplina escolar, cita Cardelli (2004) e Chevallard (1991) considerando que a escola pode ser:

percebida como um emergente cultural próprio, cuja dinâmica atravessa o sentido do trabalho com diferentes saberes em uma experiência concreta, pressionada e limitada, por sua vez, pela hegemonia política, ideológica e cultural dominante.

Encerrando o capítulo, o professor João Baptista considerou que, ao estudar as causas dos fatos nos aspectos natural e cronológico, porém reforçando um caráter filosófico da mesma, a história seria “a sciencia que com maior esforço indaga o nexo causal dos phenomenos políticos e sociais que se relacionam” (MELLO E SOUZA, *op. cit.*, p. 125); citou Bain e Shopenhauer que, segundo ele, negavam o caráter científico do conhecimento histórico, e arrematou sua incursão pelo conceito considerando na derradeira linha da página 125 da tese, Cícero: “a história é a mestra da vida”.

No capítulo II (Metodologia e finalidade do ensino da História), João Baptista iniciou explicando que a disciplina deixava de ser a escrita sobre as dinastias e se transformava em estudo sistematizado e racional da civilização, e afirmou que essa mudança forçou a alteração também da orientação do ensino da disciplina “para que o harmonizasse com os novos objectivos agora visados” (*Ibidem*, p. 126). Objectivos que poderiam estar alinhados com os ideais republicanos que o professor-escritor-funcionário público defendia? Dialogando com Goodson, Maria do Carmo Martins (2007, p. 41) oportuniza esta reflexão ao considerar que tal pesquisador:

nos faz perceber como o currículo expressa distintas possibilidades de manutenção da hierarquia social e dos mecanismos de exclusão, em sociedades contemporâneas, tendo como referência a seleção cultural dos conteúdos para ensino.

Prosseguindo na questão da mudança do como ensinar a disciplina, deteve-se na distinção entre o que deveria ser ensinado na escola primária e na escola secundária “e com mais força de razão, entre esses estudos propedenticos que são apenas um *meio*, e o estudo especializado, que já representa um *fim*” (MELLO E SOUZA, *op. cit.*, *loc. cit.*). Em seguida, afirmou que independente do grau de estudo e “sob qualquer forma, a história não pode e não deve prescindir de seu valor moral” (*Ibidem*, *loc. cit.*). Adiante no texto, complementou que

“O fundamento da história é a verdade: o seu ensino não pode ser senão um culto perene à verdade” (MELLO E SOUZA, 1926, p. 127).

Analisando o texto *L'enseignement secondaire de l'histoire en France*, Arlette Gasparello (2011) apresenta as críticas de Langlois e Seignobos (1898) sobre as práticas escolares no ensino de História na França. Críticas essas acompanhadas da defesa da renovação do ensino, condenando os “métodos tradicionais baseados na oralidade do professor” (*Ibidem*, p. 115), a reunião de datas e nomes próprios, a história de guerras, tratados, reformas e revoluções. De acordo com a pesquisadora, os autores “oferecem um roteiro metodológico para a reformulação no ensino de história no secundário (...), os autores destacam quatro grandes eixos: 1) Organização Geral; 2) Escolha dos assuntos; 3) Ordem; 4) Procedimentos de Ensino” (*Ibidem*, p. 109). No primeiro eixo, destaca-se a finalidade do ensino de História em relação à cultura, que efeito teria em sua conduta, qual a compreensão do aluno sobre os fatos históricos e “quanto aos hábitos e aos princípios que deveriam guiar a escolha das matérias e de seu método” (*Ibidem*, *loc. cit.*).

Nos anos 20, durante a Primeira República, João Baptista construiu uma tese em que reiterou, a cada página, seu entendimento do valor educativo da História reforçando que a mesma seria:

O estudo da obra dos homens, feito para o progresso social e político dos homens. Entretanto o modo pelo qual se vae por em função aquelle valor deve se amoldar aos diferentes graus da formação intellectual e moral do discente.

Na escola primaria o ensino deve se limitar à historia nacional. (...) deve iniciar-se com o que for familiar á creança, e com o que possa impressionar de forma directa e agradável a sua imaginação. E', portanto, um ensino regionalista nas primeiras phases, e precipuamente nacionalista em todo o curso” (MELLO E SOUZA, *op. cit.*, *loc. cit.*).

Ao orientar como deveria (verbo usado de forma recorrente) ser realizado o ensino da disciplina, citando o “zelo patriótico” (*Ibidem*, p. 128) com que alguns países, mas sem citar quais, prepararam programas de ensino primário para a educação do povo, explicou que de acordo com o material didático, o professor poderia ampliar o campo de sua exposição. Sugeriu a utilização de estampas, projeções luminosas, filmes, visitas a museus e coleções escolares. Materiais para o progresso do aluno. No opúsculo comemorativo do 80º aniversário do professor, dentre os relatos publicados, constam os que parecem confirmar práticas e estratégias que o autor da tese orientou realizar-se. A exemplo de Olmar Guterres da Silveira:

Foi assim que conheci João Baptista Mello e Souza: com uma prosa agradável, versinhos e citações curiosas apropriadas a cada ensinamento, farto repositório de

civismo, fazendo jornal escolar, levando ao palco seus alunos, colocando-os à frente de um microfone, realizando excursões... (SILVEIRA, 1968, p. 14-15).

Gonçalves e Faria Filho (2005), citando André Chervel (1990), numa reflexão sobre o estudo das disciplinas escolares, trazem a concepção de que uma disciplina é um modo de disciplinar o espírito, oportunizando métodos e regras de abordagem para domínios do pensamento, conhecimento e arte; o sistema escolar é dotado de poder criativo “exercido na relação que a escola desenvolve com a sociedade, desempenhando um papel de formação do indivíduo e dessa forma, de uma cultura que impactará diretamente a vivência desse indivíduo na sociedade” (GONÇALVES; FARIA FILHO, *op. cit.*, p. 36), assim, o sistema escolar forma uma cultura que modifica a cultura da sociedade.

Em relação ao ensino secundário, João Baptista considerou que “não se pode desinteressar de tudo o que disser respeito ao nosso paiz” (MELLO E SOUZA, 1926, p. 129) e discorreu que, durante o período em que o frequentariam os adolescentes vivenciariam “condições mais favoráveis para receber e assimilar os preceitos de ordem moral que hão de contribuir para a formação definitiva de seu caracter” (*Ibidem, loc. cit.*). De acordo com Arlette Gasparello, Langlois e Seignobos, no segundo eixo, “abordam a questão da proporcionalidade entre os conteúdos da história nacional e os de outro país, bem como sobre a *história antiga e a contemporânea*; as histórias especiais, etc.” (GASPARELLO, 2011, p. 116), e, no terceiro eixo há o questionamento dos autores em relação aos critérios de seção dos conteúdos e em que sequência deveriam ser ensinados.

Em sua tese, João Baptista explicou que, na adolescência, as faculdades dedutivas e reflexivas estariam aptas para a influência cultural da História:

Nação ainda jovem, em vertiginosa evolução, em plena floração do progresso, o Brasil precisa elevar o nível de cultura de seus filhos; precisa do esforço de todos, cada qual na esphera de sua actividade, para o engrandecimento nacional.

O regimen liberal democrático sob o qual vivemos exige, de sua parte, um certo cabedal de conhecimentos em todos os cidadãos. Não se comprehende que um povo ignorante possa dirigir com acerto os proprios destinos.

Ora, a cultura basica, indispensavel para que cada qual consiga triumphar na carreira que houver escolhido, e concorrer com o seu esforço para a obra do engrandecimento da patria deve ser ministrada nos cursos secundários (MELLO E SOUZA, *op. cit., loc. cit.*).

Concluiu que, aos professores de História do ensino secundário, caberia maior parte da nobre responsabilidade. Elencou duas outras razões, além da que afirmava ser a disciplina a melhor para apresentar oportunidades de o professor despertar, nos alunos, admiração pelos exemplos que dignifiquem o homem. Com a experiência de ter organizado os

relatórios produzidos na CIEP, João Baptista explicou que, na primeira razão, considerou as precárias condições do ensino primário elementar, em que a maioria das escolas públicas primárias ou secundárias existentes no Brasil da década de 1920 e seu ensino eram modelos para as legendas “Como não deve ser uma escola primária” (MELLO E SOUZA, 1926, p. 131) e “Como não se deve ensinar” (*Ibidem*, p. 132). Na segunda razão, elogiou a criação da cadeira de instrução moral e cívica, alegando que o legislador reconheceu a deficiência da função do ensino secundário, a criação da disciplina estaria a “remediar a lacuna” (*Ibidem*, *loc. cit.*).

O confronto da seriação estatuída pela lei vigente com a do regimen anterior, as razões constantes da exposição de motivos que precedeu a promulgação da reforma de 1925, e os trechos consagrados ao assumpto nas Mensagens presidenciais, deixam ver claramente que os poderes publicos têm sua atenção voltada para o problema da formação moral das gerações futuras. Oxalá não soffra solução de continuidade essa obra de esclarecido patriotismo (*Ibidem*, *loc. cit.*).

Mas, criticou a cadeira ser apenas para primeira serie ginasial e o aluno não estar ainda em idade que pudesse assimilar o proposto, sendo assim, seria tarefa do professor de História, nas séries seguintes, prosseguir com a tarefa, pois, “não há negar que na feitura do cidadão em uma sociedade verdadeiramente democratica, ao professor de história cabe uma função da mais alta relevancia” (*Ibidem*, p. 133).

No capítulo III (A educação moral e cívica nas aulas de História), João Baptista argumentou que o ensino de História ou de qualquer disciplina poderia ser árido e monótono ou seus antônimos, conforme a habilidade do professor, seu método e recursos.

O interesse do aluno foi preocupação apontada em seu texto. Por isso, orientou que para o ensino de História, ou qualquer outra disciplina, seria preciso despertá-lo no aluno, evitando que se entediasse; para tal, sugeriu usar o elemento anedótico e narrar episódios relacionados ao tema estudado, ressaltando silenciar episódios que causassem horror e indignação. Atrativos, para aguçar o interesse dos alunos, seriam os episódios de bravura, dedicação, generosidade e patriotismo. Na opinião do professor João Baptista:

em benefício da educação moral dos discente, convem obedeça o professor a um certo critério na seleção e na exposição dos episódios para os quaes deve ser solicitada de modo especial a atenção do alumno.

Esse criterio, a nosso ver, decorre de três condições essenciais:

1ª – Justiça na apreciação dos factos:

2ª – Alcance moral dos episódios a comentar;

3ª – Sinceridade nas opiniões que estes suggerirem (*Ibidem*, p. 135-136).

Seguiu o professor que, em relação à primeira condição, seria preciso considerar que o modo de encarar e julgar as ações humanas se alteraria de acordo com a época, o ambiente e a mentalidade, sendo necessário um exercício de transportar-se para o tempo em questão para formar juízo sobre as ações. “A certeza dessa justiça imparcial e serena desperta a confiança do aluno, o que é da maior importância no ensino” (MELLO E SOUZA, 1926, p. 137).

Na segunda condição, orientou que, independente da questão de justiça, o professor deveria selecionar temas que visassem à formação do caráter, e os acontecimentos que não visassem esse objetivo deveriam apenas ser mencionados.

Quanto à terceira condição, João Baptista refletiu que, ao professor, caberia o sentir e a sinceridade ao ensinar, pois “A sinceridade é vibrante e comunicativa; sabe agradar e convencer. O coração frio e indiferente não poderia conseguir esse resultado” (*Ibidem*, p. 138). Encerrou o capítulo lembrando que, sempre que oportuno, o professor deveria relacionar ou comparar fatos da história geral com os ocorridos no Brasil, dando noção, em seu dizer, “de que o povo brasileiro não tem que temer o confronto com os demais povos civilizados do mundo” (*Ibidem*, *loc. cit.*).

No capítulo IV (Os homens célebres), a tese foi encaminhada a uma reflexão na qual João Baptista considerou que não haveria incoerência entre as afirmações que fez na introdução do texto, em prol de uma história sem nomenclaturas exaustivas e feitos apenas das dinastias, e o que propôs no capítulo em questão, sobre os homens célebres. No artigo *O Ensino de História no Brasil: do Colégio Pedro II aos Parâmetros Curriculares Nacionais*, Ivan Aparecido Manoel (2012, p. 12) explica que:

O projeto político de introdução do povo como realidade da qual não se poderia alienar, teve desdobramentos no próprio campo da metodologia da pesquisa e do ensino da História – se o povo era construtor da História, o estudo e o ensino da mesma não poderia mais se centrar apenas nos “grandes”, nos heróis e nos reis.

João Baptista argumentou que certos homens possuem qualidades tão excepcionais que os serviços prestados ao seu país ou à humanidade não podem ser desconsiderados. Na página seguinte, ocupando-a na íntegra, está uma gravura de José Bonifácio de Andrada e Silva, única ilustração da Tese II. Continuou sua dissertação orientando que a apresentação dos exemplos dos homens representativos seria útil à formação do caráter dos jovens e apoiou-se em João Ribeiro, seu antigo professor no Colégio Pedro II:

Prefaciando a “História do Brasil pela biographia de seus heroes”, de Sylvio Romero, afirma João Ribeiro que “só existe um recurso verdadeiramente efficaz que possa vincular na escola a conducta cívica e patriotica. E’ o exemplo dos grandes cidadãos, a historia dos que a fizeram a ella própria, sobresaindo sobre a atividade anonyma das massas, dirigindo-a a seus destinos e a seus ideaes” (MELLO E SOUZA, 1926, p. 141).

Numa possível preocupação com o entendimento dos leitores e avaliadores da tese, mais uma vez o autor explicou que não se tratava de glorificar eventos militares e guerras, que ele lamentou serem até então mais dignos de memória do que as pesquisas científicas e os esforços intelectuais do homem em suas diversas modalidades, entre outros exemplos. Reforçando, com exemplos como Napoleão, que mesmo subtraindo tais personagens a história se faz, utilizou a expressão “Felizes dos povos que não precisaram de heroes” (*Ibidem*, p. 142). Prosseguiu considerando que não seria bom nem o rigor censurável, nem o excesso contrário e analisou que

As façanhas militares cederão, assim, a prioridade aos feitos que mais interessam á civilização e ao progresso das sociedades. Os exercitos e seus chefes figurarão nos quadros da historia, mas em plano afastado. “Oh! que brava musica, a de um tambor á distancia” exclama Omar Khayyam em um verso do Rubayát (*Ibidem*, *loc. cit.*).

Listou, a partir desse critério, como notáveis: Cristóvão Colombo, Marconi, Santos Dumont, Thomas Edson, entre outros; Milciades, Joana D’Arc, Washington e Bolívar, dentre os militares que combateram por causas nobres. Reforçando a razão de citar exemplos nas aulas de história como sendo de “importancia imediata e decisiva na formação do caracter do alumno” (*Ibidem*, p. 143) elencou: Cícero, Ariosto, Tasso, Paganini, Mozart, Beethoven, Michelangelo, Galileu, Pascal, Benthán, Gibbon, Lope de Vega, Calderon de la Barca, Pico de Mirandola.

Relatou sobre a precocidade dos personagens citados, reforçando que a maioria desses talentos tinha origem humilde e iniciou a carreira em condições modestas; alcançaram sucesso por meio do esforço, perseverança no trabalho e inteligência. O professor poderia utilizar desses exemplos para a motivação aos alunos cujos pais tinham precárias condições financeiras. Denice Catani (2000, p. 585) anota que:

para António Nóvoa (...) os professores situam-se no espaço contraditório do entrecruzamento de interesses e aspirações socioeconômicas. São funcionários do Estado e, como tal, agentes da reprodução da ordem social dominante, mas personificam igualmente a esperança de mobilidade social de diferentes camadas da população.

Recordando as diversas vezes em que João Baptista menciona as condições financeiras da família e exalta as conquistas sempre relacionadas a muito trabalho e adversidades, deduz-se que ele poderia ser ver nessa descrição; ver a si e aos demais Mello e Souza. Eles próprios seriam exemplos que inspirariam na feitura moral do caráter dos alunos, como os discutidos pelo professor em sua tese?

Seguindo, o autor retomou o tema de orientação tratado no capítulo anterior. Sugeriu aos professores que recorressem a Plutarco e seus continuadores. De acordo com sua interpretação, no pensador seria possível encontrar elementos para neutralizar o desânimo dos alunos ao que denominou “eclipses da vontade” (MELLO E SOUZA, 1926, p. 145). E, insistiu, ao finalizar o capítulo, que o professor não poderia perder a oportunidade de usar desses exemplos para que seus discípulos “elevem e aprimorem as qualidades de espírito e coração” (*Ibidem*, p. 146).

No capítulo V (As belas ações), João Baptista orientou ao professor, quando este julgasse necessário, rememorar (conceito utilizado pelo mesmo) as ações dignas de conhecimento, mesmo que de pessoas que não se tornaram célebres. Citando os ingleses e seu *Golden deeds*, lamentou que no Brasil essa literatura tida como educativa ainda não fosse desenvolvida e informou que a enciclopédia *Tesouros da Juventude* era o que se aproximava, pois parte de seus volumes continham narrativas de belas ações, mas não era acessível devido a seu elevado custo (*Ibidem*, p. 147). Adiante em suas considerações, o autor indagou quais as ações deveriam ser levadas aos alunos, indagação à qual ele mesmo responde:

São todas aquellas em que ha exemplos de patriotismo, fervor religioso, de amor, de amizade, de abnegação e altruismo, mas tudo isso sob *absoluto desinteresse*.

O que, a nosso ver, caracteriza esse gênero de acções humanas – verdadeiras pedras preciosas que o estudante de história vae encontrando pelo caminho – que é a circumstancia de serem praticadas por individuos que pertencem á massa anonyma da multidão (*Ibidem*, p. 148).

Para o autor da tese, recorrer apenas aos homens célebres não inspiraria os sentimentos nobres aos alunos, pois traria em seu bojo a percepção de serem exemplos impossíveis de serem seguidos. Os exemplos admiráveis deveriam estar ao alcance de todos, não se restringindo localmente nem mesmo a uma raça, deveriam inspirar toda a raça humana. Aos professores caberia conhecê-los. A sequência da tese traz exemplos desde a história

romana, passando pela Escócia, França, Pompéia, Estados Unidos da América, Grécia, Inglaterra, Brasil⁸², Alsácia. Encerrou o capítulo reforçando que

Acreditamos que a narrativa de qualquer desses episódios (...) e quantos se acham ligados á realização de belas acções, podem constituir uma parte utilíssima, embora apenas anecdótica, do ensino de historia. Mais do que as generalizações theoricas, esses exemplos persuadem, porque os jovens preferem naturalmente á ficção, o facto real, que tem como prova de authenticidade, o testemunho da historia (MELLO E SOUZA, 1926, p. 152).

Apesar da semelhança da afirmativa de que o valor da História está na verdade, Langlois e Seignobos ressaltam que nada mais se deveria querer deste conhecimento. Os autores:

alertam que não cabia mais solicitar à história lições de moral, bons exemplos de conduta, cenas dramáticas ou pitorescas. Da mesma forma, também a história não serviria mais para exaltar o patriotismo. Argumentam racionalmente que seria ilógico solicitar de uma mesma ciência as aplicações opostas conforme os países ou os partidos; isto seria alterar a história de acordo com os seus sentimentos e preferências (GASPARELLO, 2011, p. 117).

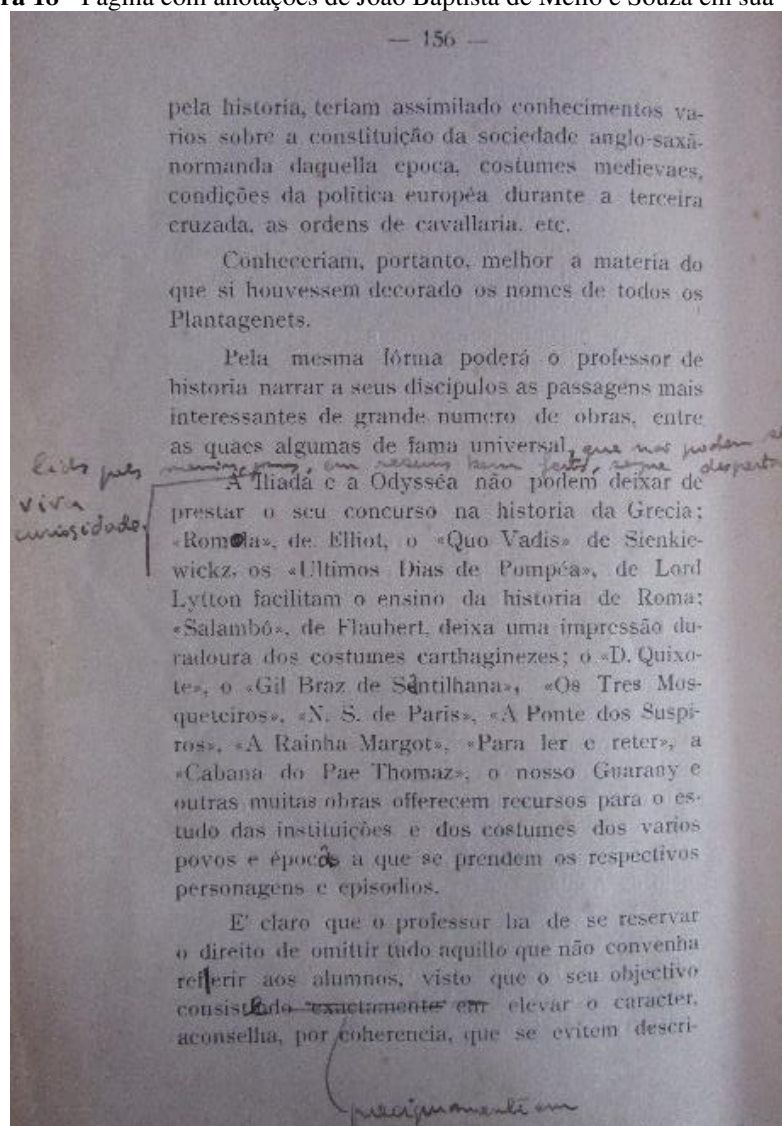
No capítulo VI (O ensino de História e as obras de ficção), trouxe a reflexão do professor João Baptista sobre as considerações dos que ele denominou mestres da moderna pedagogia a respeito da utilização em sala de aula de lendas, contos de fadas e fábulas; “Parker é do parecer que o bom professor deve ser um bom narrador de histórias” (MELLO E SOUZA, *op. cit.*, p. 153). Seguiu seu texto elencando as vantagens dessa estratégia, valorizando a imaginação infantil e a fantasia no ensino primário e questionando se o professor deveria utilizar a mesma estratégia no segundo estágio.

Reforçando os tantos relatos sobre seu caráter metódico, João Baptista de Mello e Souza tinha por hábito, observando seus livros de uso pessoal, fazer correções e anotações, inclusive em seus livros já publicados. A partir da página 154 da segunda tese, essas anotações são indicativas de retirar trechos, correções ortográficas e ampliação de frases (cf. Figura 18). Ao explicar que os alunos a partir de 12 anos não teriam o mesmo interesse que os menores pelas narrativas fantasiosas já citadas, o autor faz a observação de que “há um factor poderoso para modificar a mentalidade dos jovens em nosso tempo: o cinematographo” (*Ibidem*, p. 154). Com as alterações manuscritas seus exemplos ampliam-se: “há 3 factores

⁸² Como exemplo brasileiro de belas ações, João Baptista de Mello e Souza cita em sua tese a história de “Joanna Angélica, na Bahia, defendendo com sacrifício da vida a entrada da casa onde estavam as religiosas confiadas a sua guarda” (MELLO E SOUZA, 1926, p. 151).

poderosos para modificar a mentalidade dos jovens em nosso tempo: a imprensa juvenil, o cinema e o radio” (*Ibidem, loc. cit.*). Explicou que, aos alunos mais velhos, estaria a realidade sugerindo que a literatura iria contribuir para a cultura dos mesmos e também para consolidar suas qualidades de carácter.

Figura 18 - Página com anotações de João Baptista de Mello e Souza em sua tese II.



Fonte: Acervo particular da autora.

Já se encaminhando para o desfecho do capítulo que encerra a tese, João Baptista sintetizou sua estratégia em uma orientação que cabe o registro completo:

Vejamos, agora que proveito pode colher o professor de historia, das obras de ficção, e que inconvenientes deve evitar quando as utilize para os fins que procura obter.

Admittamos que é objecto de estudos a invasão normanda na Inglaterra, com suas consequencias, inclusive a Magna Carta.

Fornecidas as informações indispensáveis, poderia o professor consagrar o resto do tempo á narrativa dos principaes episodios do *Ivanhoe*, de Walter Scott. Certamente a classe inteira acompanharia com vivo interesse as peripecias do torneio de Ashby, a lucta do Desherdado contra os seus temíveis adversarios, as scenas empolgantes no castello sitiado, as proezas dos *outlaws*, a conspiração de João Sem Terra e o apparecimento inesperado de Ricardo Coração de Leão. Finda as narrativas os alumnos, com a vibração produzida pela historia, teriam assimilado conhecimentos varios sobre a constituição da sociedade anglo-saxã-normanda daquella epoca, costumes medievaes, condições da política européa durante a terceira cruzada, as ordens de cavallaria, etc.

Conheceriam, portanto, melhor a materia do que si houvessem decorado os nomes de todos os Plantagenets (MELLO E SOUZA, 1926, p. 155-156).

Continuou a sugestão listando obras que seriam úteis para as aulas de História e considerou que ao professor caberia o:

direito de omitir tudo aquillo que não convenha referir aos alumnos, visto que o seu objectivo consistindo exactamente em elevar o character, aconselha, por coherencia que se evitem descripções de scenas que causam impressão nociva ou desagradavel aos ouvintes (*Ibidem*, p. 156-157).

Eliminar das narrativas descrições de crueldade, fanatismo, sacrificios, androfagias, horrores é sugerido ao lado do reconhecimento, que o autor entendia utilizando a palavra ‘todos’, de que obras de ficção poderiam influenciar na formação do estudante. Citou que autores como Henriqueta Beccher Stove e Castro Alves teriam sido fundamentais para a abolição nos Estados Unidos e no Brasil.

No exemplar consultado nesta pesquisa, o parágrafo final da tese foi riscado, pelo autor, talvez por considerá-lo repetitivo, pois reforçou, nas linhas finais que o professor de História deveria utilizar o método para além da disciplina, na formação do caráter dos alunos. A expressão utilizada pelo autor para se referir à estratégia foi “factor de exito” (*Ibidem*, p. 157).

A tese II, *O ensino de Historia na formação do character*, de João Baptista de Mello e Souza, ao longo de 43 páginas, reflete e sugere uma metodologia na qual o professor, por meio da disciplina História, influenciaria na feitura moral e cívica de seus alunos. Colocando-se no texto, esclareceu que:

Somos dos que acreditam firmemente (grifo meu) que a integridade, a grandeza, o futuro do Brasil dependem da cultura intellectual, moral e cívica dos seus filhos, e que, por isso mesmo, a cruzada mais nobre e patriota que em nossa patria e em nosso tempo se poderá emprehender, é a que tenha por objectivo libertar o povo

brasileiro do flagello deprimente do analfabetismo. Todas as demais campanhas de fins políticos, sociais ou econômicos dependem daquela, de que são simples corolários, afinal (*Ibidem*, p. 159).

Concluindo a tese, o autor resumiu, em parágrafos curtos entre as páginas 158 e 160, a essência dos capítulos que construiu valorizando o papel do professor sempre relacionando a sua tarefa de ensinar ao engrandecimento do Brasil; insistiu que a parte do professor de História não era pequena na obra, que adjetivou de grandiosa e de patriótica.

3.3 O que ensinar, para que ensinar, como ensinar

A revista *A Escola Primária*, da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, em novembro de 1926, publicou o discurso de posse, como catedrático do Colégio Pedro II, proferido pelo professor João Baptista. Ao longo das páginas 184 a 187 (Anexo 1), na coluna *Idéas e Factos*, é manifestada a satisfação do ex-aluno na primeira linha “O bom filho à casa torna” (...) o esforço que empreendi para voltar ao seio deste tradicional instituto de ensino, prova que, como filho intellectual do Collegio Pedro II, eu não fui mau filho”⁸³. A sequência do discurso apresenta narrativa, a exemplo do que utilizava em sala de aula, para ilustrar suas explicações; memórias da infância na casa e escola materna; agradecimentos saudosistas aos familiares, antigos mestres e amigos. De acordo com Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos (2009, p. 420),

A memória é uma espécie de caleidoscópio composto por vivências, espaços e lugares, tempos, pessoas, sentimentos, percepções/sensações, objetos, sons e silêncios, aromas e sabores, texturas, formas. Movemos tudo isso incessantemente e a cada movimento do caleidoscópio a imagem é diversa, não se repete, há infinitas combinações, assim como, a cada presente, ressignificamos nossa vida. Esse ressignificar consiste em nossos atos de lembrar e esquecer, pois é isso a Memória, atos de lembrar e esquecer a partir das evocações do presente.

A escrita de João Baptista, considerando textos literários, acadêmicos e didáticos apresenta caráter memorialista, quando confrontadas com as lembranças guardadas no álbum *Lembranças de In Illo Tempore* e instiga a considerar a preocupação com o esquecimento, questão já tratada nesta pesquisa. Ele pretende ser lembrado “se da Fama algum dia eu for eleito” (MELLO E SOUZA, 1959, p. 06). Mais que ser lembrado, ele se dispõe a deixar registrado a existência da sua família. Além dos mencionados *Meninos de Queluz* (1949) e *Majupira* (1938), há os livros *Sete lendas de amor e outras poesias* (1959), em que poemas e

⁸³ Trecho do discurso de João Baptista, quando ingressou como catedrático no Colégio Pedro II, publicado na *Revista A Escola Primária*, Rio de Janeiro, [s.n.], nov. 1926, p. 184.

peças são dedicadas ou tem personagens que são familiares, e *Uma viagem pelas estrelas – contos para a infância e para a juventude* (1929), em que o protagonista é seu filho primogênito Horácio Rubens. Sua obra é impregnada dos valores que defendeu para o ensino.

À página 10 do livro *Meninos de Queluz* (1949), João Baptista dirigindo-se aos seus netos, a quem dedica sua escrita, explica o intento do livro e faz uma reflexão que sugere uma interpretação de seu caráter “na biografia de nossos antecedentes encontramos, muita vez, a origem de resíduos hereditários, de tendências e aptidões que em nós se revelam, e, não raro, a chave do nosso destino”. Ao descrever uma infância e adolescência onde os irmãos Mello e Souza viviam cercados de livros e materiais para o ensino, João Baptista vai compartilhando com seu leitor valores intrínsecos ao seu núcleo familiar onde se sobressaem a ilustração, a abnegação, a dedicação, a moral, o civismo e o patriotismo.

Figura 19 – Ilustração de Henrique Cavallheiro, no livro *Meninos de Queluz* (1949), representando as crianças Mello e Souza e a professora Dona Carolina em sala de aula na casa da família.



Era então que Antonieta brilhava

Fonte: Acervo particular da autora.

O relato de um cotidiano com horas dedicadas à leitura, declamações, pinturas, músicas, organização dos próprios livretos com restos de cadernos aproveitados, visitas à igreja matriz para pesquisas nos livros paroquiais, cuidados com a postura e comportamento no convívio com a comunidade para não causar dissabores à mãe professora. Os irmãos Mello e Souza, nas lembranças familiares, destacavam-se pelos conhecimentos que possuíam. Se a situação financeira da família não era a almejada, seu lugar na sociedade era evidenciado pelo conhecimento e pelos lugares de formação intelectual que frequentavam.

No livro *Estudantes do meu tempo – crônicas do Colégio Pedro II* (1943), as referências aos mestres, colegas e funcionários da instituição de quando ele era interno caminham entre críticas, elogios e sentimentos de gratidão, pois só poderia ter concluído seus estudos devido à gratuidade alcançada; à dedicação e erudição dos mestres que são temas de sua consideração em inúmeras páginas. O relato da sua formatura é um exemplo de como João Baptista engrandecia a instituição que o formou:

Num dia chuvoso de janeiro, meu pai compareceu, comigo, ao gabinete do diretor do Externato do Ginásio Nacional. Exercia o cargo o eminente matemático João Antônio Coqueiro. Eu tinha concluído meus exames, mas por falta de recursos, deixara de tomar parte na festa de colação de grau, bem como de figurar no belo quadro de formatura. (...) O diretor declarou que, no meu caso especial, o ato seria realizado ali mesmo, durante o expediente, sem carácter festivo ou solene. Mas, em todo caso, êle desejava reunir no gabinete alguns professores afim de dar mais realce à modesta cerimônia. Oportunamente marcaria o dia.

_ Nesse caso, - propus eu, - se o senhor me permite, vou convidar os professores, e agora mesmo se resolve tudo.

(...) Cinco minutos depois voltei à sala da diretoria (...) vinham comigo três mestres a quem eu dedicava profunda estima: Nerval de Gouvêa, Gastão Ruch e Henrique de Noronha. Três, apenas, mas qualquer dêles, para mim, valia uma legião. (...) Alguns simpáticos funcionários vieram aumentar a assistência. (...) Abraçaram-me os prezados mestres, os amigos, o velho diretor, e, mais do que todos, meu bom pai, que se mostrava extremamente comovido.

Também eu me sentia envaidecido e porquê não? Pois não possuía agora o título de bacharel pelo tradicional instituto de Pedro II, láurea de que se ufanavam homens como Rodrigues Alves, então Presidente da República, e o chanceler Rio Branco? (MELLO E SOUZA, 1949, p. 85-87).

A tese *O ensino de Historia na formação do caracter* (1926) traz em sua abordagem concepções que podem ter sido construídas nas experiências compartilhadas na casa e escola materna além das demais influências recebidas nas diversas trajetórias do professor, inclusive sua experiência como aluno do Colégio Pedro II. Ao relatar sobre a instalação do Colégio São Paulo, onde os irmãos lecionaram junto à professora Dona Carolina, João Baptista afirmou que “todos nós ensinávamos, utilizando a prática adquirida em Queluz” (*Ibidem*, p. 98). Uma prática que envolvia um ambiente com características domésticas, com valores familiares, religiosos e cívicos, arte e literatura, e professores imbuídos da “flama do entusiasmo e dos estímulos morais de outrora” (*Ibidem*, p. 100). Ensino intuitivo e prático, baseado em ensino religioso, atrativo e sem fatigar o espírito, conforme propaganda veiculada em jornal quando da instalação do colégio. De acordo com Marcus Levy Albino Bencostta (2011, p. 71),

É certo que o método intuitivo foi uma marca indelével do ensino proposto na história dos grupos escolares, e constantemente utilizada como forma de convencimento para essa moderna pedagogia que se tornava uma realidade. No

Brasil, sua introdução já tinha ocorrido, ainda no final do Império, quando Rui Barbosa adaptou o livro *Primeiras lições das coisas*.

Como já foi apresentado, a tese do professor João Baptista discorre reiteradas vezes sobre a importância de despertar o espírito do aluno para evitar que se entedie, o uso de elementos anedóticos e narrativas de episódios interessantes com bravura, dedicação, patriotismo, generosidade e alcance moral; prosa agradável; evitar descrições de cenas que causem impressão nociva ou desagradável. Era preciso ensinar usando referências aos homens célebres e grandes notáveis e seus exemplos de fervor religioso, amor, amizade, abnegação e altruísmo. O bom professor seria o bom contador de histórias. Reforçou ainda que a literatura era um instrumento para consolidar as qualidades de caráter para alunos mais velhos, referindo-se aos secundaristas; era preciso educar para civilizar; um país civilizado, sem analfabetos, teria condições de alcançar o progresso das nações europeias, por exemplo. Circe Bittencourt (2018, p. 136) afirma que:

A introdução da “civilização” e do “progresso” como conceitos fundamentais no ensino de História sofreu contestações por parte de professores e historiadores mas tais conceitos foram sendo incorporados e consagrados pela elite nacional renovada no período republicano pelos novos “donos do poder”, idealizadores da política “café com leite”.

O ensino civilizava, iluminava a escuridão da ignorância, possibilitava fazer parte da nação que se desenvolvia. João Baptista afirmou em sua tese e defendeu por toda sua carreira no magistério que o futuro do Brasil dependia da cultura intelectual, moral e cívica dos brasileiros (MELLO E SOUZA, 1926). Um exemplo que reforça seu posicionamento foi narrado em suas memórias escritas. Segundo o professor, quando ainda era aluno do Colégio Pedro II, seu pai teria levado, da cidade de Cachoeira Paulista (SP) para a casa da família em Queluz, um menino órfão que vendia laranjas. João de Deus teria observado que ele estudava, numa cozinha, à luz de lamparina de querosene e que era inteligente. Resolveu levá-lo para que estudasse, o que poderia lhe faltar, com os seus filhos e depois tentar a gratuidade como havia feito com João Baptista. Sendo órfão, segundo João de Deus, seria facilmente alcançado o intento. Assim ocorreu, e:

o órfãozinho que vendia laranjas em Cachoeira veio para o Rio, trazido por papai, que assim revelara, como em tantos outros casos, a generosidade que lhe enchia o coração. Quem poderia adivinhar que aquele menino, nosso irmão adotivo a quem tanto prezamos, viria a ser um médico de valor, companheiro dileto de Fernandes Figueira, e professor do Colégio que o acolheu e educou?

Meninos como êle, eu sei que há muito pelo Brasil a fora. Mas homens bons, como foi meu pai, para protege-los e encaminhá-los na vida, ah! êsses, infelizmente, escasseiam! (MELLO E SOUZA, 1949, p. 54).

Distanciar-se de um ensino focado nas datas dos grandes eventos históricos e direcionando para as obras e exemplos dos homens voltados para o progresso social e político da humanidade de modo a ilustrar os alunos, e estes serem cidadãos uteis para a sociedade, foi tema, além da prática pedagógica do professor João Baptista, das reflexões de suas diversas obras publicadas em consonância com suas atuações pelos espaços políticos e culturais pelos quais passou. De acordo com Circe Bittencourt (2018, p. 136):

a modernização do Brasil estava ainda em fase inicial e difundia-se a ideologia do “país do futuro” de acordo com a noção do tempo histórico evolutivo e do progresso impossível de ser violado. E nessa perspectiva era fundamental que as novas gerações incorporassem o sentido da predestinação do povo europeu, da raça branca, originária da Grécia e de Roma determinante dos rumos de todos os povos.

As traduções de obras da literatura da Grécia Antiga, do imaginário medieval europeu e de contos orientais demonstram a apreciação da cultura clássica que permaneceu por toda a existência do professor que a família, colegas de ofício e ex-alunos registraram ser um intelectual. O professor que se definia como republicano, “eu, republicano exaltado, possuído de sincero entusiasmo pelas instituições liberais e democráticas” (MELLO E SOUZA, 1958, p. 126), também escreveu obras de caráter memorialista com traços regionalistas onde seus protagonistas apresentam os valores e crenças que ele defendeu em seus discursos, artigos, crônicas e práticas pedagógicas.

Considerações finais

As memórias das trajetórias do professor João Baptista de Mello e Souza visitadas a partir dos documentos que foram preservados por seus familiares, acumulados por mais de setenta anos, perpassando o final do século XIX e mais 69 anos do século XX, possibilitam leituras do ensino num momento histórico nascedouro, o do Brasil republicano. Mais especificamente de como a escola, nesse contexto histórico, entre mudanças e permanências, suscitam questionamentos sobre sua função perante a construção da identidade republicana e como ela deveria ser organizada.

A forma como o acervo chegou à pesquisadora, explicitada na Introdução da dissertação, influenciou a escolha por analisar as trajetórias de João Baptista por meio de suas memórias. Registros do professor e de outros sujeitos que escreveram sobre ele, em sua época e/ou depois do seu falecimento, ofereceram pistas valiosas para uma investigação mais ampla. Ao optar por esse caminho, os diálogos com o orientador, os demais pesquisadores do Grupo Memória e os professores das disciplinas cursadas na linha de pesquisa Educação e História Cultural da Faculdade de Educação (UNICAMP) promoveram o direcionamento para problematizações e reflexões acerca do quanto suas distintas atuações estavam intrincadas com o ofício de professor.

João Baptista trabalhou inicialmente no jornalismo e no funcionalismo público, seguindo os passos do seu pai João de Deus, assim como na aproximação ao esperanto; depois, começou a lecionar na escola familiar e, em seguida nas demais instituições públicas de ensino renomadas do Rio de Janeiro. As publicações não didáticas do professor, que celebram a história familiar no magistério, foram impressas a partir da sua maturidade e velhice. Descendente pelo lado paterno de um rico industrial e do lado materno de um bandeirante, a história familiar é narrada por ele como de muito empenho para a educação formal dos filhos. No artigo *A formação da elite na Primeira República*, Hemerson Luiz Pase (2006, p. 102) afirma que havia restrições de acesso à elite brasileira,

O sujeito teria que ser oriundo de uma família da elite, da oligarquia com ramificações locais e/ou regionais, com coronéis sustentados por parentelas imponentes, ou possuir alguma característica pessoal e/ou familiar que o permitia articular um capital social e sair dos escalões inferiores. As características familiares podiam ser um grau de parentesco periférico, o que Miceli (1979) chama de “os parentes pobres”, que possuem algum grau de parentesco com a elite oligárquica, no entanto, sem fortuna. Outra característica pessoal situa-se no campo educacional e/ou cultural: o acesso a um curso superior (principalmente direito) ou um dom artístico destacado (escritor e/ou romancista).

Observa-se nas memórias de João Baptista o empenho para a atuação no jornalismo e literatura, concomitante ao seu trabalho no Ministério da Justiça e Interiores oportunizado por sua formação em Ciências Jurídicas, mas sem deixar de exaltar que o seu destino profissional era o magistério.

No artigo *Episódios do passado evocados por professores aposentados*, Mirian Ben-Peretz (2007, p. 201) explica que “os ‘casos’ reais do ensino e da aprendizagem são segmentos das ‘vidas feitas histórias’ que vivemos como professores e fazem parte da história do exercício da profissão”. A referência de “destino” numa família de professores verifica-se em sua seleção de memórias resguardadas, mas evidencia-se nos textos da maturidade, o que incita a considerar que “a análise crítica das recordações e o diálogo público sobre experiências do passado proporcionam a atribuição de sentido aos acontecimentos profissionais” (Ibidem, loc. cit.). As mudanças que ocorreram na política e no ensino ao longo da primeira metade do século XX podem ter suscitado a busca de significação em relação ao ofício de professor.

Ser professor no período em que João Baptista atuou, e mesmo no período anterior em que seus pais lecionavam em escolas públicas e particulares, proporcionava status, mas não conforto financeiro, já que as narrativas do professor e escritor mencionam as dificuldades econômicas enfrentadas pelos Mello e Souza, a ponto de terem, nos anos finais do século XIX, que se mudar para o Rio de Janeiro e, posteriormente, voltar novamente para Queluz, por não conseguirem se manter na capital do Brasil. Após o falecimento do seu pai, João de Deus, a família retorna ao Rio de Janeiro, mudando-se definitivamente em busca de melhores condições financeiras. O próprio João Baptista, considerando-se as fontes, durante sua carreira, atuava em diferentes instituições de ensino de forma concomitante. Vicentini e Lugli (2009, p. 90-91) explicam que:

devido às variações históricas da moeda, não é possível saber se os docentes ganhavam muito ou pouco pelo seu trabalho de modo objetivo e confiável. Uma das razões é que os gastos necessários para um consumo socialmente adequado modificaram-se, especialmente, durante o século XX. Para compreender a adequação salarial em cada momento, podemos tomar os níveis de satisfação com o salário recebido, mais do que o valor do dinheiro, que é relativo para cada momento histórico. Tal satisfação pode ser identificada tanto no movimento do grupo dos professores por melhores salários, como nos momentos de escassa procura pela profissão e mesmo na menção ao “prestígio social” de que os professores gozaram.

Se, financeiramente, a família Mello e Souza tinha contratempos, as relações profissionais e sociais que estabelecia por meio do magistério fixaram-se nas memórias do

professor; assim também a manifestação do apreço à condição de mestre. A descrição de uma família de professores dedicados, criativos e comprometidos com o ensino em que acreditavam, envolvidos com a literatura e a arte, foi a que se tornou pública e a que permaneceu nas gerações seguintes: os Mello e Souza eram professores.

O professor João Baptista, ao acreditar na forma de ensino familiar manifestada na didática materna, que ele e alguns colegas de profissão celebraram nos livretos *Lembranças do Colégio São Paulo (1914-1964)*, e, em sua prática profissional semelhantemente celebrada por demais colegas e alguns ex-alunos em *O professor do nosso tempo* (1968), escreveu uma tese para concurso de ingresso no Colégio Pedro II considerando como ser professor, um professor de História. Mas o mesmo também foi professor de Literatura e afirma ter auxiliado sua mãe em sua escola primária em Queluz. João Baptista era professor, independente da disciplina de sua cadeira. Acompanhando suas memórias, a disciplina parece se construir a partir da prática do ofício.

João Baptista começou a lecionar ainda trabalhando no gabinete do Ministério da Justiça e Interiores e, em diversos momentos políticos, tratados nessa dissertação, atuando como membro de mesas, delegado de eventos ou secretariando conferências e congressos, nota-se uma participação burocrática inerente aos cargos que ocupava, envolvendo as condições de organizador dos eventos, escriturário, pesquisador e organizador dos dados e anais, o que reforçaria a retórica familiar de que ele não tinha a intenção de ser político (ocupar cargos políticos), mas professor.

As concepções pedagógicas do professor, se alimentadas pela vivência familiar no ensino, conforme ele defendeu diversas vezes ao longo da vida, também não poderiam deixar de sofrer influência de sua trajetória como funcionário público próximo ao poder político. Se não há contradições específicas entre uma e outra a ponto de não serem evidenciadas em seus textos, até meados da década de 1930, sugere-se que havia semelhanças entre a prática familiar e as exigências em relação ao ensino.

Deduz-se, então, que o professor que João Baptista se tornou se identificava com as convicções familiares de um núcleo parental que foi, ao longo de décadas, reforçando sua identidade com o magistério e aderindo aos projetos políticos defendidas pelo governo republicano para desenvolvimento e progresso da nação.

Eliezer Raimundo de Souza Costa apresentou em sua tese uma publicação de João Baptista de Mello e Souza que muito contribui para a compreensão sobre qual professor foi o

catedrático. Tal publicação não consta no álbum *In Illo Tempore*. No jornal *Muirakitan* de maio de 1939, o professor catedrático escreveu o texto *Demolir para construir*. A elaboração do texto foi uma resposta ao ataque que teria sofrido por uma colunista do *Jornal do Brasil* que o denominara de “demolidor do ensino”. A alcunha seria por João Baptista afirmar que, no Colégio Pedro II, estaria recebendo alunos para o ensino secundário provenientes da escola primária e estes estavam “chegando em sua classe sem sentimento cristão, sem patriotismo, sem disciplina e sem ordem. Como enxergava aí o erro, era necessário corrigi-lo, perdendo tempo precioso” (COSTA, 2016, p. 118). O professor João Baptista colocou-se publicamente contrário às novidades no ensino, o que ele chamava de Escola Ativa⁸⁴. Em texto publicado em pleno Estado Novo, afirma que os alunos já não aprendiam no primário a ter disciplina e condições de trabalho escolar. Defendeu-se do título de demolidor argumentando que “estavam sim demolindo um edifício de arquitetura exótica, com argila de origem suspeita para construir outro capaz de formar bons brasileiros” (*Ibidem, loc. cit.*).

Durante a Era Vargas (1930-1945), João Baptista de Mello e Souza já não atua nos gabinetes do governo federal; não aparece nos grupos relacionados aos escolanovistas; é o professor com título de catedrático, aqueles que já detiveram autoridade explícita para as questões do ensino. É neste período que o escritor João Baptista inicia-se nas publicações de livros didáticos. Ao analisar o texto do catedrático João Baptista no *Muirakitan*, Costa (*Op. cit.*, p. 115-116) escreve que:

Sua contra argumentação começou por apresentar uma interpretação semântica para a palavra “demolidor” partindo de exemplo arquitetônico. Ele lembrou que, certa vez em Nova York havia ficado admirado, no sentido negativo, com a demolição de um prédio de quatro andares. O seu cicerone à época havia lhe explicado que tal atitude se justificava porque, no lugar daquela edificação demolida construiriam, num prazo de um ano, outro prédio de 24 andares que depois de quatro anos teria remunerado não só a sua construção, como também a demolição do anterior. Dessa forma, para ele, demolir algo podia implicar na construção de outra coisa melhor no lugar. Para chegar ao objetivo de seu texto, fez um rápido apanhado de sua história que justificava o fato de ser professor.

O relato de João Baptista, que segue sendo analisado pelo pesquisador em sua tese, assemelha-se ao percorrido por esta dissertação; ele retomou sua origem, sua família, a escola materna, sua contribuição auxiliando a mãe; mesmo quando aluno do Colégio Pedro II, cita autores (Parker, Omer Buise, Angelo Patri) que leu, relacionados ao ensino, “contudo, por mais inovadores que pudessem ser esses livros, não acrescentavam muito ao seu modo de

⁸⁴ A qual Pedro do Couto denominava Escola Nova (COSTA, 2016, p. 118).

ensinar” (COSTA, 2016, p. 116). Costa menciona que João Baptista afirmou que, apesar das leituras, pouca coisa alterou-se no colégio da família, pois não havia encontrado nada que substituísse o ensino da sua mãe, atribuindo-lhe os adjetivos: carinhoso, maternal e sereno. A avaliação de Costa (*Ibidem, loc. cit.*) é que o professor João Baptista resume que:

o método de ensinar consistia em fazer da escola uma extensão do lar dos alunos, despertando neles bons sentimentos e ministrando-lhes as noções necessárias à vida prática, baseadas no respeito, na ordem e na disciplina, sendo a crença em Deus e o amor à pátria as colunas mestras dessa educação. Como complemento, dizia que os grandes dias do colégio⁸⁵ eram exatamente os da “Primeira Comunhão e o do juramento à Bandeira”.

João Baptista de Mello e Souza carregou consigo, independente das mudanças do ensino a partir da década de 1930, quando se afasta do funcionalismo público como funcionário de gabinetes, até a década de 1960, as concepções pedagógicas que o influenciaram em sua formação inicial, considerando suas memórias. Se observa em seus escritos conservadorismo em relação ao ensino e em como dever-se-ia organizar as escolas, como descrito nos anais que organizou e referenciados nesta pesquisa; se seus livros memorialistas e de literatura regional descrevem personagens professoras altruístas, abnegadas e dedicadas à formação escolar e moral dos seus alunos, também foi o mesmo que considerou para a escola da qual sentia falta. De acordo com Costa (*Op. cit.*, p. 117),

com o passar dos anos, continuava o professor, surgiram novas ideologias que fizeram tábua rasa do que se fazia no passado. Essas ideologias, segundo ele suspeitíssimas, foram aos poucos se tornando dominantes e traziam planos muito sedutores sob os nomes de autores moderníssimos como Montessori, Decroly, Ferrière (...). “E, daí para cá, lá se foi tudo o que restava da escola antiga, simples modesta, conservadora, mas sobretudo cristã e brasileira, muito nossa, muito brasileira...” Essa nova escola trouxe inclusive novo padrão arquitetônico, chamada por Mello e Souza de estufas envidraçadas que, segundo ele, o próprio governo, enquanto ele escrevia esse texto, já havia cuidado de condenar. A professora que antes ensinava e educava foi substituída por funcionárias encarregadas de preencher boletins e questionários, como também produzir estatísticas e esquemas trabalhosos e fúteis. “A tal ‘escola ativa’ matou a disciplina e o respeito: a criança faz o que quer, quando quer fazer, e se quer fazer, sob o olhar complacente das mestras... (como se a vida real fosse assim!...)”.

João de Deus empenhou-se em levar o filho João Baptista de Mello e Souza para estudar no Colégio Pedro II. Também o pai o inspirou a exercitar o esperanto e como funcionário público no gabinete do Ministério da Justiça pode ter possibilitado que o filho buscasse esse caminho para sobreviver na capital. Os tios, irmãos de João de Deus, levam J.

⁸⁵ Colégio São Paulo.

Meluzza para trabalhar nas redações de jornais. Quando o pai faleceu, João Baptista insistiu com a mãe para a mudança definitiva de Queluz e sugeriu a abertura do Colégio São Paulo. Sua literatura e produção didática foram concomitantes às do irmão Malba Tahan. As fontes sugerem que não é possível tratar do professor João Baptista sem considerar essas relações familiares focadas no magistério. O acervo consultado nesta dissertação suscita mais questões que possibilidades de respostas. As reflexões decorrentes das tantas leituras das fontes é que para o sujeito pesquisado, no contexto republicano, a relevância da sua biografia era o ofício de professor. O ofício que lhe permitia destaque numa sociedade em transformação. Vicentini e Lugli (2009, p. 158) consideram que:

Há que se assinalar, por fim, que as imagens que circulam acerca da profissão, quando produzidas pelos próprios professores, buscam a valorização do trabalho que realizam, com vistas a conquistar maior prestígio junto a diferentes segmentos da sociedade. Nesse sentido, é importante lembrar que o prestígio sempre envolve um grupo que o reivindica e outro que o confere com base em características por meio das quais o grupo se torna digno de distinção: propriedade, nascimento, ocupação, instrução, renda e poder.

João Baptista de Mello e Souza teve suas trajetórias envoltas com o conhecimento. Buscou, cercou-se e difundiu a crença em valores morais, cívicos e culturais que possibilitassem ao cidadão ilustrar-se. A família Mello e Souza a partir do núcleo formado em Queluz até o falecimento do professor, em 27 de agosto de 1969, de acordo com as lembranças que guardou em seu acervo pessoal, é uma família de escritores, artistas plásticos, músicos, jornalistas, poetas e professores. Profissionais que atuaram no ensino em instituições de destaque nos estados de São Paulo e, principalmente, no Rio de Janeiro, desde o final do século XIX em instituições privadas e públicas. Instituições públicas a exemplo da Universidade do Distrito Federal e Colégio Pedro II que detinham influência sobre currículos desenvolvidos nas instituições escolares do Brasil.

Referências

ACCIOLI, Roberto. Mello e Souza, historiador. In: **O Professor do Nosso Tempo – 80º Aniversário do Professor João Baptista Mello e Souza (28-5-1968)**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1968.

ALVES, Salomão Pontes; GABLER Louise. Imperial Colégio de Pedro II. In: **Dicionário On-line da Administração Pública Brasileira do Período Imperial (1822-1889)**. [S.l.]: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/326-imperial-colegio-de-pedro-ii>. Acesso em: 15 nov. 2018.

AMICES, Edmondo. **Coração**. Tradução João Ribeiro. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1886.

APOLINÁRIO, Mariana Aparecida. **Estudos preliminares sobre cartilhas produzidas na década de 30 e seus métodos de alfabetização**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (ABE). In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. São Paulo: FGV, 1984. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-publica/ASSOCIA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20\(ABE\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-publica/ASSOCIA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20(ABE).pdf). Acesso em: 29 nov. 2018.

ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. Apresentação. In: Dossiê: Colégio Pedro II – Lugar de Memória da Educação Brasileira **Cadernos de História da Educação**, [s.l.], v. 14, n. 1, jan./abr. 2015.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 3 ed. [S.l.]: Companhia Editora Nacional, 1944.

BARRÁN, José Pedro. La nueva sensibilidad. In: **Historia de la sensibilidad en el Uruguay**. 25 ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, p. 277-314, 2017.

BASTOS, Maria Helena Camara. **Cuore, de Edmundo De Amicis (1886)**: Um sucesso editorial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27, 2004. Porto Alegre. Anais... São Paulo: Intercom, 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/69860478521258430832067372732759813984.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (orgs.). **Histórias e**

memórias da educação no Brasil: Vol. III: Século XX. Petrópolis: Editora Vozes, p. 68-76, 2005.

BEN-PERETZ, Mirian. Episódios do passado evocados por professores aposentados, In: NÓVOA, António (org.). **Vidas de professores.** 2 ed. Porto: Porto Editora, p. 199-203, 2007.

BERNARDES, Vanessa Cuba. Um Estudo Sobre Cartilha Analytica, de Arnaldo de Oliveira Barreto (1869-1925). **Revista de Iniciação Científica da FFC**, São Paulo, v. 8, n.1, p.1-17, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, civilização e trabalho.** O Ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Loyola, 1990.

BITTENCOURT, Circes Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Revista Estudos Avançados**, [s.l.], n. 32 (93), p. 127-149, 2018.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento:** de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARVALHO, Laerte Ramos de. A educação brasileira e sua periodização. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], n. 2, p. 137-152, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica.** Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CASSES, Niel Aquino. Receita de professor. In: **O Professor do Nosso Tempo – 80º** Aniversário do Professor João Baptista Mello e Souza (28-5-1968). Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1968.

CASTRO, Rosane Michelli de. A história da educação em São Paulo: a instrução pública dada a ler nos Annuarios do ensino do estado de São Paulo – 1907-1927. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas, v. 12, n. 2 (29), p. 209-238, maio/ago. 2012.

CATANI, Denice Barbara. Estudos de história da profissão docente. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 585-599, 2000.

COELHO, Patrícia; FREIXO, André de Lemos. O ensino renovado da história pelo catedrático do Colégio de Pedro II, Jonathas Serrano. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 3, n. 3 (39), p. 261-192, set./dez. 2015.

COSTA, Eliezer Raimundo de Souza. **Os grêmios escolares e os jornais estudantis**: práticas educativas na Era Vargas. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

COSTA, Othon. Do Paraíba ao Aqueleus. In: **O Professor do Nosso Tempo – 80º Aniversário do Professor João Baptista Mello e Souza (28-5-1968)**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1968.

DIAS, Maria de Fátima Sabino. **A “invenção da América” na cultura escolar**. Tese de doutorado Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

DORIA, Escragnolle. **Memória Histórica do Collegio de Pedro Segundo 1837-1937**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1937.

FARIA, Juraci Conceição de. O sucesso editorial de Malba Tahan: história, comunicação e marketing da obra “O Homem que Calculava”. In: **Vale do Paraíba: Literatura e História – Anais do XXVII Simpósio de História do Vale do Paraíba**. Aparecida: Editora O Lince, p. 33-48, 2014.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (orgs.). **Dicionário de Educadores no Brasil**: da colônia aos dias atuais. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC/INEP/COMPED, 2002.

FERREIRA, Hiram Jacques. Apêndice. In: **O Professor do Nosso Tempo – 80º Aniversário do Professor João Baptista Mello e Souza (28-5-1968)**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1968.

FONTOURA, Maria Madalena. Fico ou vou-me. In: NÓVOA, António (org.). **Vidas de professores**. 2 ed. Porto: Porto Editora, p.171-197, 2007.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A alma do Tempo**: memórias (formação e mocidade). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1961.

FRICK, Carolina Mello e Souza. **In Illo Tempore: Memórias de Carolina**. Rio de Janeiro: Edição da autora, 2013.

GABRIEL, Sônia Maria da Silva. **Mistérios do Vale: histórias que o povo conta no Vale do Paraíba**, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte Paulista. 3 ed. rev. amp. Guaratinguetá: Penalux, 2016.

GABRIEL, Sônia Maria da Silva. J. B. de Mello e Souza: o cronista do rio Paraíba do Sul. In: BARBOSA, Alexandre Lourenço (org.). **Grandes Escritores do Vale do Paraíba**. Aparecida: Editora O Lince, 2011.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Uma pedagogia histórica: caminhos para a história da disciplina escolar. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 26, n.1, p.105-125, jan./abr. de 2011.

GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafios teórico-metodológicos. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V.T. (orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005.

GOODSON, Ivor. Da história das disciplinas ao mundo do ensino: entrevista com Ivor Goodson. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 45, p. 121-126, jun. 2007.

GOODSON, Ivor. Trajetória para o currículo. História pessoal e política social em estudos curriculares. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 9, n. esp., p. 213-233, out. 2008.

GRIECO, Agrippino. **Carcassas Gloriosas**. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes, 1937.

GUIMARÃES, Luiz Pinheiro. O Professor J. B. Mello e Souza. In: **O Professor do Nosso Tempo – 80º Aniversário do Professor João Baptista Mello e Souza (28-5-1968)**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1968.

GUIMARÃES, Orestes; MELLO E SOUZA, João Baptista. **Difusão do ensino primário no Brasil**. In: *Annais... da Conferencia Interestadoal de Ensino Primario realizada no Rio de Janeiro de 12 a 16 de outubro 1922*. Rio de Janeiro: O Norte, p. 426-43, 1922.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. A série Ofícios Diversos do Arquivo do Estado de São Paulo como fonte para a História da educação Brasileira. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de (orgs.). **A memória e a sombra – a escola brasileira entre o Império e a República**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. **As conferências Estaduais: projetos para a nação e modernidade pedagógica nos anos de 1920 - Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

HOSIASSON, Laura Janina. O prazer da leitura em Facundo. In: **Novos estudos**. CEBRAP, São Paulo, n. 89, mar. de 2011, p. 183-192. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 de jun. de 2019.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, [s.l.], n. 01, p. 9-44, jan./jun. 2001.

LORENZ, Karl Michael; VECHIA, Ariclê. O Collegio de Pedro II e a formação da mocidade brasileira (1838-1889). **Cadernos de História da Educação**, [s.l.], v. 14, n. 1, jan./abr. 2015.

MALBA Tahan. Coordenação de Renata de Faria Pereira. **Site Oficial da Família e dos Admiradores Malba Tahan**. [S.l.: s.n.], c2017. Disponível em: <http://www.malbatahan.com.br>. Acesso em: 12 abr.2018.

MANOEL, Ivan Aparecido. O ensino de história no Brasil: do Colégio Pedro II aos parâmetros curriculares nacionais. **Conteúdos e didática de história**, UNESP/UNIVESP, [s.l.], mai. 2012.

MARTINS, Maria do Carmo. Histórias do currículo e currículos narrativos: possibilidades de investigação na história social do conhecimento. **Revista Pró-posições**, Campinas, v. 18, p. 39-50, maio/ago. 2007.

MARTINS, Maria do Carmo. As formas silenciosas de educar: adornos de arquitetura escolar em fotografias, para a memória da cidade. In: ROCHA, H. H. P; SALVADORI, M. A. B. (orgs). **Entre Brasil e Argentina: miradas sobre a História da Educação**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, p. 245-264, 2015a.

MARTINS, Maria do Carmo. Memória e Pedagogia narrativa: história de vidas de professores e a surpresa do encontro pedagógico. In: PAULILO, André Luiz (org.) **A docência e a memória: escritas e lembrança da educação**. Campinas: Edições Leitura Crítica, Associação de Leitura do Brasil – ALB, p. 39-57, 2015b.

MELLO E SOUZA, João Baptista. **À Sombra do Bambual: comédia de costumes norte-americanos**. Coleção Dionysos do Serviço Nacional do Teatro. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

MELLO E SOUZA, João Baptista. **Estudantes do Meu Tempo**: crônicas do Colégio Pedro II. 2 ed. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Internato do Colégio Pedro II, 1958.

MELLO E SOUZA, João Baptista. **Histórias do Rio Paraíba**: lendas, tradições e casos colhidos nas cidades e povoações banhadas pelo rio Paraíba do Sul. 2 ed. São Paulo: Editora Saraiva S/A, 1969.

MELLO E SOUZA, João Baptista. **Majupira** – romance brasileiro da atualidade (1930-1934). 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva S/A, 1949.

MELLO E SOUZA, João Baptista. **Os Meninos de Queluz**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1949.

MELLO E SOUZA, João Baptista. **Theses apresentadas á Congregação do Collegio Pedro II**. Rio de Janeiro: A Encadernadora, 1926.

MELLO E SOUZA, João Baptista; VALLE, Freitas. **Escolas ruraes e urbanas** – estagio e programa de ensino escolas ruraes e urbanas. In: *Annais* da Conferencia Interestadoal de Ensino Primario realizada no Rio de Janeiro de 12 a 16 de outubro 1922. Rio de Janeiro: O Norte, p. 124-139, 1922.

MELUZA, J. **Sete Lendas de Amor e outras poesias. Sete Lendas de Amor e outras poesias**. Rio de Janeiro: Editora Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1959.

MELUZA, J. **A Nossa Republica não é política**. Rio de Janeiro: Typ. Gomes Irmão & Cia., 1913.

MORAES, Dislane Zerbinatti. Violeta Leme da Fonseca (Dora Lice). In: **Mulheres e inovação docente**. [S.l.; s.n.; 201-]. Disponível em: <https://histeduc.wixsite.com/genre-genero/violeta-leme-portugues>. Acesso em: 18 nov. 2018.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetórias e perspectivas. **Revista brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set. 1992/ ago. 1993.

ORDEM DOS JORNALISTAS DO BRASIL. **A OJB**: Nossa história. [S.l., s.n.], c2020. Disponível em: <http://ojb.org.br/pagina-exemplo/>. Acesso em: 07 fev. 2020.

PASE, Hemerson Luiz. A formação da elite na Primeira República. **Barbarói**: Revista do Departamento de Ciências Humanas da UNISC, [s.l.], v. 25, p. 93-104, 2006.

PAULILO, André Luiz. A docência e a memória e a pesquisa histórica da educação. In: PAULILO, André Luiz (org.) **A docência e a memória: escritas e lembrança da educação**. Campinas: Edições Leitura Crítica, Associação de Leitura do Brasil – ALB, p.59-92, 2015.

PIMENTA, M. P. Amaral. **Defesa do professor J. B. de Mello e Souza (Ex-Director do Gabinete do Ministro da Justiça)**. Rio de Janeiro, [s.n.], 1931.

PINTO JUNIOR, Arnaldo. **Professor Joaquim Silva, um autor da história ensinada do Brasil: livros didáticos e educação moderna dos sentidos (1940-1951)**. Orientadora: Maria Carolina Bovério Galzerani. 658 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

QUELUZ. Prefeitura Municipal (org.). **Centenário do Município de Queluz (1842-1942)**. Queluz, [s.n.], 1942.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal**. Campinas: Autores Associados, 1981.

RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; MARTINS, Maria do Carmo. Reorganização do sistema de ensino em tempos democráticos: reforma curricular de 1951 e o ensino de História. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, [S.l.; s.n.], v. 18, e045, 2018.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROMERO, Maria Helena Cicci. **Universidade do ar: em foco a primeira iniciativa de formação de professores secundaristas via rádio no Estado Novo (1941 1944)**. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SALLES, Ruth. **Causos de Antanho de uma família de professores**. No prelo.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. **O currículo da disciplina escolar história no Colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a história e os estudos sociais**. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2011.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilização e barbárie**. [s.l.], [s.n.], 1845.

SEDA, Rita Elisa; GABRIEL, Sônia. **Eugênia Sereno: a menina dos vagalumes**. São José dos Campos: Editora ComDeus, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHEIBE, DARÓS, 2002, p. 123, *apud* NASCIMENTO, Dorval do. **Inspeção Escolar, Patriotismo e Escola: Organização da Inspeção Escolar e Cultura Cívica nas Escolas Primárias de Santa Catarina (1900 – 1930)**. [S.l.; s.n.], 2008. Disponível em: <http://anped.org.br/sites/default/files/gt02-5163-int.pdf>. Acesso em: 23 de mar. de 2019.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009.

SILVEIRA, Olmar Guterres da. Culto de Gratidão. In: **O Professor do Nosso Tempo – 80º Aniversário do Professor João Baptista Mello e Souza (28-5-1968)**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1968.

SOARES, Jefferson da Costa. Os professores do Colégio Pedro II: categorias, trajetórias e aspectos identitários 1925-1945. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v.15, n.3 (39), p. 293-320, set./dez. 2015.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. História, Memória e História da Educação. In: **Histórias e Memórias da educação no Brasil**, vol. III. 3.ed. Petrópolis: Vozes, p. 416-429, 2009.

TAHAN, Malba. **Acordaram-me de madrugada: memórias de um ex-aluno do Colégio Pedro II**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Colégio Pedro II, 1973.

TEIXEIRA, Anísio. A educação escolar no Brasil. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. (orgs.). **Educação e Sociedade: leituras de Sociologia da Educação**. 12 ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1986.

TERRA, Sylvio. J. Meluza, o Jornalista. In: **O Professor do Nosso Tempo – 80º Aniversário do Professor João Baptista Mello e Souza (28-5-1968)**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1968.

THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 180-201, 1981.

THOMPSON, E. P. Os românticos. In: **A Inglaterra na era revolucionária**. Trad. Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

TRAVERSO, Antônio. Mello e Souza, o mestre e amigo. In: **O Professor do Nosso Tempo – 80º Aniversário do Professor João Baptista Mello e Souza (28-5-1968)**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1968.

UERJ. **A Universidade**. Rio de Janeiro, [s.n.], c2018. Disponível em: <http://www.uerj.br/a-uerj/a-universidade/>. Acesso em: 11 abr. 2019.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael (orgs.). **Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951**. Curitiba: Editora do Autor, 1998.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputas**. São Paulo: Cortez, 2009.

Anexos

Anexo 1

ÁLBUM Lembranças de <i>IN ILLO TEMPORE</i>	PÁGINA	DESCRIÇÃO
	01	Fotografia de Queluz
	02	Fotografia de João Baptista de Mello e Souza
	03	Lembrança da primeira eucaristia e crisma de João Baptista de Mello e Souza - Igreja São João Baptista de Queluz - Vigário Guadêncio
	04	Cartão de visita de João Batista de Mello e Souza e fotografias da família e de amigos dos Mello e Souza
	05	Cartões de nascimento de Elisa e João, Filhos de Laura Mello Campos e Raul Nobre Campos + Recorte de jornal sobre Elza de Mello e Souza, catedrática do Instituto Nacional de Música
	06	Recorte jornal: Festa d' O Imparcial + Nota jornal de Pindamonhangaba – SP
	07	Recorte jornal: Chegada de João Baptista de Mello e Souza nos EUA para encontro de Esperanto + Cartão de matrícula no curso de Sciencias Juridicas e Sociaes + Matéria sobre a colação de grau
	08	Fotos: Internato do Gynnasio Nacional (Internato do Colégio Pedro II)
	09	Fotos da Família de João Baptista de Mello e Souza
	10	Carta Paródia: Ao Degolador dos inocentes
	11	Foto do Internato do Gymnasio (1908) + Matrículas do 2º e 3º Ano de João Baptista de Mello e Souza (1901 - 1902)
	12	Matrícula do 4º e 5º ano de João Baptista de Mello e Souza+ Foto + Folheto da programação do Internato (1903 - 1904)
	13	Recortes jornal sobre o Gymnasio Nacional - Foto alunos do 3º ano + Foto do Dr. Fortunato Duarte
	14	Recorte jornal sobre o Gymnasio Nacional e a participação de João Baptista de Mello e Souza como aluno
	15	Programa Teatro Municipal Julieta Mello e Souza + Foto
	16	Matrículas da faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes
	17	Foto da turma de 3º ano internato (1903) + Foto Colégio Pedro II = recorte jornal sobre a comemoração do 3º decenário de formatura em direito
	18	Recorte jornal: Discurso do sr. Elihu Root

	19	Recorte de jornais sobre formados: médicos, dentistas, engenheiros etc.
	20	Foto na catedral, após a missa comemorativa do 30º aniversário de formatura
	21	Foto de Aniversário da formatura (1909 - 1939) Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes do RJ
	22	Jornal Gazeta do Notícias sobre o Esperanto
	23	Vamos falar sobre o Esperanto
	24	Assinaturas
	25	Nada consta
	26	Cartão-postal
	27	Recorte de jornal sobre o Esperanto
	28	Recorte de Jornal sobre a Brazila ligo Esperantistae 3º congresso esperantista
	29	Recorte jornal sobre Esperanto
	30	Congresso de Esperanto
	31	Foto de Dr. Sylvio Roméro + Carta
	32	Recorte jornal: poemas + "A folha" de Jundiaí (1912) relatando João Baptista de Mello e Souza como oficial de gabinete
	33	Recorte jornal sobre 6º congresso universal de esperanto (1910) + Nota do jornal "Washington star" (1910)
	34	Nada consta
	35	Foto
	36	Recorte jornal sobre Esperanto + Congresso Esperanto participação + Cartão de visita de João Baptista de Mello e Souza como oficial do Ministério da Justiça e Interiores
	37	5º Brazila Kongreso de Esperanto + Foto do 40º Congresso de Esperanto (1950)
	38	Esperanto Lingvo Internacia + 6º Congresso Internacional de Esperanto Washington (1910)
	39	Fotos: Esperantistas da França, China, Inglaterra, Espanha, etc+ Huynes e Villalobos
	40	Jornal sobre o Congresso de Esperanto e citando João Baptista de Mello e Souza vencedor com o poema "Universal brotherhood"
	41	Recorte da revista "La Revuo" (Hachette, Paris), noticiando a distribuição de prêmios no 6º Congresso Universal de Esperanto
	42	Foto de João Baptista de Mello e Souza
	43	Carta em Esperanto
	44	Cartões de visita
	45	Carta em Esperanto
	46	Cartão em inglês
	47	Fotos das Cataratas do Niágara + Carta do Jornal do Brasil
	48	Fotos carnaval a bordo + Notícia do Congresso de Esperanto

	49	O Congresso Universal + Cartão de visita + Foto em Oslo
	50	Foto Liga Brasileira Esperantista
	51	Comprovante Neptune
	52	Cartões de visita
	53	Notícia em inglês sobre o Congresso de Esperanto
	54	Foto João Baptista de Mello e Souza em Washington
	55	Poemas de João Baptista de Mello e Souza em Esperanto
	56	Notícia sobre o Congresso de Esperanto
	57	Jornal do Comércio sobre o 4º Congresso Brasileiro de Esperanto
	58	Cartão-postal oriental + Cartões de Esperanto
	59	Fotos
	60	Programa da festa comemorativa da fundação do ESPERANTINARO
	61	Coluna jornal sobre Esperanto escrito por J. B. Mello Souza
	62	Foto 1910 + Lista de passageiros da cabine
	63	Fotos esperantistas
	64	Fotos
	65	Jogo do bicho carnaval + Notícias jornal
	66	Desenho + Notícias jornal cotidiano
	67	Jornal (círculo Católico) + Foto
	68	Jornal Folha da manhã - Factores e fautores da independência - coluna de J. B. Mello Souza
	69	Foto de Samideano + Notícia jornal sobre Samideano
	70	Notícias sobre a 1ª Guerra Mundial
	71	Notas Sociais Jornal: Estudante de Queluz -Tic's de pronúncia, linguagem e saudação à bandeira
	72	Notas sociais Jornal: Camarotes teatro, Costumes no RJ, Reuniões sociais, Espaço de recreação para crianças
	73	Fragmento de jornal
	74	Jornal coluna: Ditos populares
	75	Notas Sociais: Novo e moderno piano, Telefone (costumes do RJ)
	76	Notas Sociais Jornal: Sentimento a Pátria + relacionamento EUA / Brasil
	77	Notas Sociais: sobre viajar pela Europa + Vacina varíola + Costumes moças desacompanhadas + Primeira Guerra Mundial
	78	Cartão do gabinete do Ministério da Justiça e Negócios Interiores+ Notas Sociais + Prosa
	79	Colunas jornal: Um livro original + A Nossa República + O humorismo acadêmico
	80	República do Farrancho 28-04-1914 + Foto
	81	Notícias Jornal: Casamento de Julieta Mello e Souza + Promoção a 2º oficial do Ministério da Justiça +

		Conferência Interestadual de Limites
	82	Nota Social: (Homenagem aos entes falecidos)+ 1916 Abandonar o "Imparcial" + O match de foot -ball em Maria da fé
	83	Jornal Zagaia, cidade de Piquete sobre o coronel João de Deus de Mello e Souza + Nota de falecimento de João de Deus
	84	Foto de Dr. Sá Vianna + Prof. Dr. Lima Drummond
	85	Revista Nacional: Foto de J. B. Mello Souza
	86	Vida Doméstica - revista de um lar e da mulher:”Página de um lar feliz “
	87	Notícia Jornal: A difusão do ensino primário - Dolorosa revelação de uma estatística + Conferência Interestadual do Ensino Primário - Tese apresentada de J. B. Mello Souza
	88	Telegrama
	89	Prova de Geografia de Dulce de Figueredo Pimenta
	90	Cartão de Bodas de Prata de J. B. Mello Souza e Dulce de Figueredo Pimenta + Fotos do casamento
	91	Recepção a missão naval americana (fotos)
	92	Congresso de Geografia (livreto)
	93	Foto de Dulce e J. B. de Mello e Souza + Cartões casamentos
	94	Fotos da Família de João Baptista de Mello e Souza
	95	Notícia de falecimento Carolina Carlos Toledo de Mello e Souza
	96	Notas Sociais: Notícia de enterro de Silvio Romero 17- 07-1914
	97	Carta para o Vovô Noel
	98	Fotos de Terezinha e Carolina – filhas de J. B. de Mello e Souza
	99	Fotos da Família de João Baptista de Mello e Souza
	100	Cartas para o Vovô Noel + Cartão de Clovis para o Horácio
	101	Revista de La Sociedad Filatélica Argentina + Menu em inglês
	102	Fotos: Nelson Mello e Souza + João e família de Nero Senna + Sociedade de Geografia
	103	Selos
	104	Colunas Jornal: Orestes Barbosa X Júlio Cesar (motivos da briga) + Vae generalizar-se o juramento juvenil a bandeira
	105	Colunas jornal: Os cânticos nas escolas + Correio Paulista 18-10-1925+ Canções na escola e no lar
	106	Jornal: Produção de livros didáticos de J. B. Mello Souza
	107	Fotos: Conferência Interestaduais encerramento + J. B Mello Souza e Nelson
	108	Os cavadores do centenário: Falsificando os nomes dos

		senhores Carlos Sampaio e Mello e Souza + Foto de J. B. Mello Souza
	109	Fotos Grande Exposição Nacional do Centenário
	110	Foto da Conferência Interestadual do Ensino Primário + Carta de agradecimento
	111	Recorte jornal: Crônica do ensino - Conferência Interestadual de Ensino Primário + Recorte Jornal em inglês sobre João Baptista
	112	Fotos: Estadia em Petrópolis
	113	Fotos: Ao mestre e amigo (1934) - Edgar Normanha, Carlos Soler Vernim e outros
	114	Foto do 2º Ano B de 1935 + Assinaturas
	115	Recorte jornal: Concurso para catedrático de História do Colégio Pedro II, 1926
	116	Coluna Jornal: Educar pela História
	117	Anotações + Foto de Carolina e Terezinha pescando no Rio Paraíba, em Queluz
	118	Fotos: 3º Ano do curso noturno do externato em 1934 + João Baptista e seu neto Marcelo Frick + Poços de Caldas - Horácio, Terezinha e Carolina
	119	QUELUZ- S. Paulo - 1º cidade do estado (para quem vai do Rio para S. Paulo) + Fotos
	120	Recortes jornal Queluz + fotos da cidade + foto casamento de Maria Joana com Mario Soares
	121	Foto Queluz + Recortes jornais de Queluz
	122	Homenagem da cidade de Queluz a João Baptista - Cardápio com assinaturas (1927) + Foto da nova ponte
	123	Cartão de juramento a bandeira + 1ª capa do romance Majupira
	124	Fotos: construção da ponte sobre o Rio Paraíba, em Queluz
	125	Fotos: Queluz
	126	Fotos: Moradores de Queluz
	127	Recorte Revista: Página de um lar feliz
	128	Carta Dr. Vianna do Castello + Cartão postal de Paris do mesmo
	129	Foto do Dr. Vianna de Castello e sua esposa D. Carmem + Saudações a Washington Luís + Cartão de falecimento de Washington Luís
	130	Fotos
	131	Hino da escola 15 de novembro - Letra de João Baptista de Mello e Souza
	132	Fotos
	133	Assinaturas + Autógrafo do autor da letra do Hino Nacional
	134	Coluna Jornal: No internato do Colégio Pedro II
	135	Colunas Jornal: O festival de ontem no Instituto Benjamin Constant

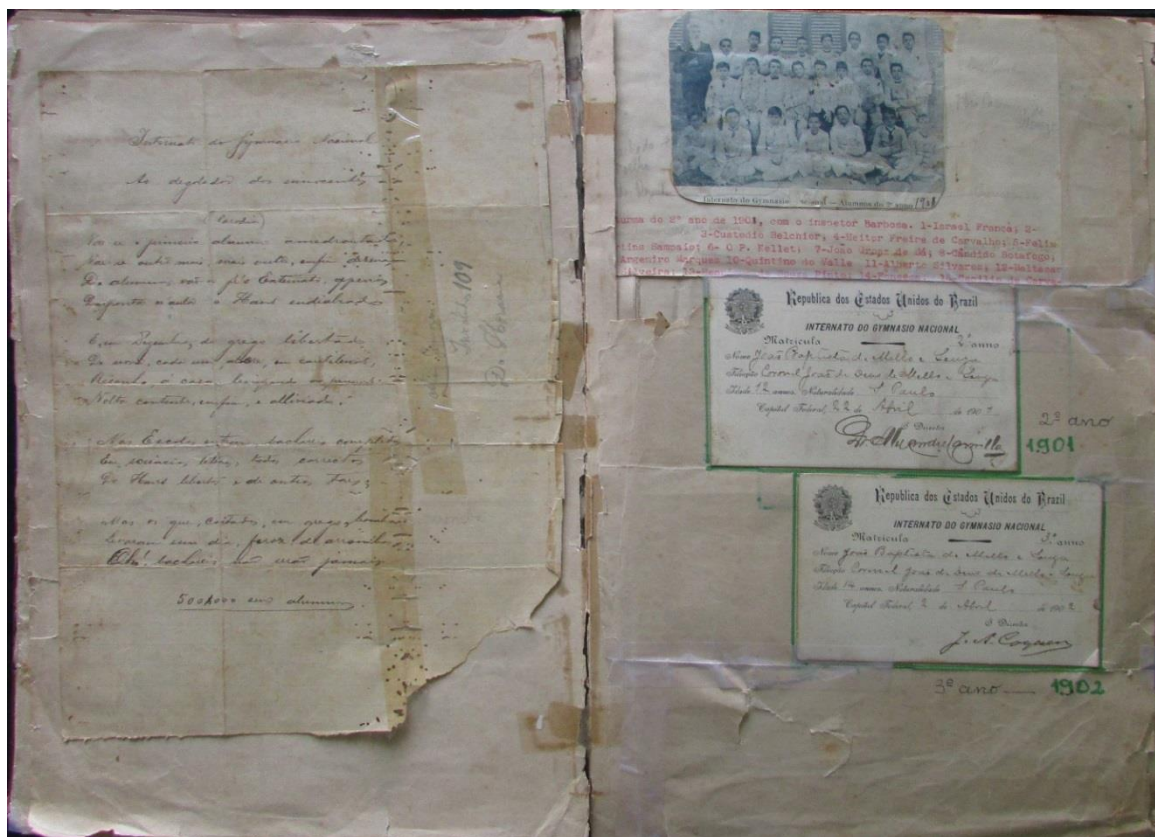
	136	Fotos
	137	Fotos
	138	Foto dos alunos do 15º aniversário de formatura
	139	Ditado: A palavra de Maria Helena Milliet + Colunas jornal - Resultado dos exames de admissão a primeira série do curso fundamental + Cartas trocadas entre os Drs. Mello e Souza e Ovídio Meira
	140	Fotos - Vera Baptista + Olga F. Pimenta + Tia Amita + Miguel Paes do Amaral, outros
	141	Coluna Jornal: Falecimentos
	142	Certificado do Instituto de Proteção e Assistência à Infância ao membro benemérito João Baptista Mello e Souza (1932)
	143	Foto
	144	Telegrama
	145	Carta da Federação Brasileira dos Escoteiros do Mar
	146	Fotos: Horácio, Dona Carolina Mello e Souza, Dindinha Tieta, Carolina Frick, outros
	147	Fotos: Homenagem ao Ministro de Justiça Augusto Vianna do Castello
	148	Fotos: Caxambu, Dr. Nero Senna, outros
	149	Foto: sala de visitas casal Mello e Souza
	150	Fotos: Casa na Rua Júlio de Castilhos - 87, Copacabana - Posto 6 + Fotos de Carolina, Horácio e Terezinha
	151	Fotos
	152	Fotos + Coluna jornal sobre Colégio Pedro II
	153	Carta do Grêmio Literário Mello e Souza: sessão solene de homenagem ao professor João Baptista de Mello e Souza
	154	Foto
	155	Fotos: Ministro de Justiça, lembrança de Poços de Caldas
	156	Jornal: Regressaram do mar só treze garotos do Carelli
	157	Fotos: Carolina e João Baptista Junior, outros + Cartão natalino de 1939
	158	Jornal: Sobre o Veleiro Carelli
	159	Fotos: escoteiros, embarcações
	160	Recorte Jornal: O encerramento do ano letivo no Internato do Colégio Pedro II
	161	Folheto do programa da festa de encerramento do ano letivo de 1938 + foto
	162	Foto das bodas de prata do casal Affonso Pena Junior + gravura
	163	Fotos + Assinaturas
	164	Recorte jornal de Caxambu + Fotos
	165	Fotos
	166	Foto
	167	Programa Colégio Regina Coeli+ Assinaturas + Cartão

		em homenagem a João Baptista
	168	Fotos
	169	Fotos de Poço de Caldas + Recorte jornal sobre o encerramento de aulas
	170	Fotos: Férias em Poço de Caldas
	171	Fotos: Petrópolis
	172	Fotos: Queluz
	173	Fotos + Ilustração de Correggio + Foto de Cambuquira
	174	Foto Externato do Colégio Pedro II
	175	Tiro ao alvo de Joãozinho
	176	Congregação do Colégio Pedro II
	177	Palavras de Joãozinho + Carta + Recorte jornal: Forças Armadas + Foto
	178	Nada consta
	179	Mapa Astrale, Analise do mapa em francês –Institut Astrologique

Reprodução fotográfica das páginas 02 e 03 do álbum *Lembranças de In Illo Tempore*.



Reprodução fotográfica das páginas 10 e 11 do álbum *Lembranças de In Illo Tempore*.



Reprodução fotográfica das páginas 14 e 15 do álbum *Lembranças de In Illo Tempore*.



Reprodução fotográfica das páginas 20 e 21 do álbum *Lembranças de In Illo Tempore*.



Reprodução fotográfica das páginas 28 e 29 do álbum *Lembranças de In Illo Tempore*.



Reprodução fotográfica da página 80 do álbum *Lembranças de In Illo Tempore*.



Reprodução fotográfica da página 85 do álbum *Lembranças de In Illo Tempore*.



Reprodução fotográfica da página 101 do álbum *Lembranças de In Illo Tempore*.

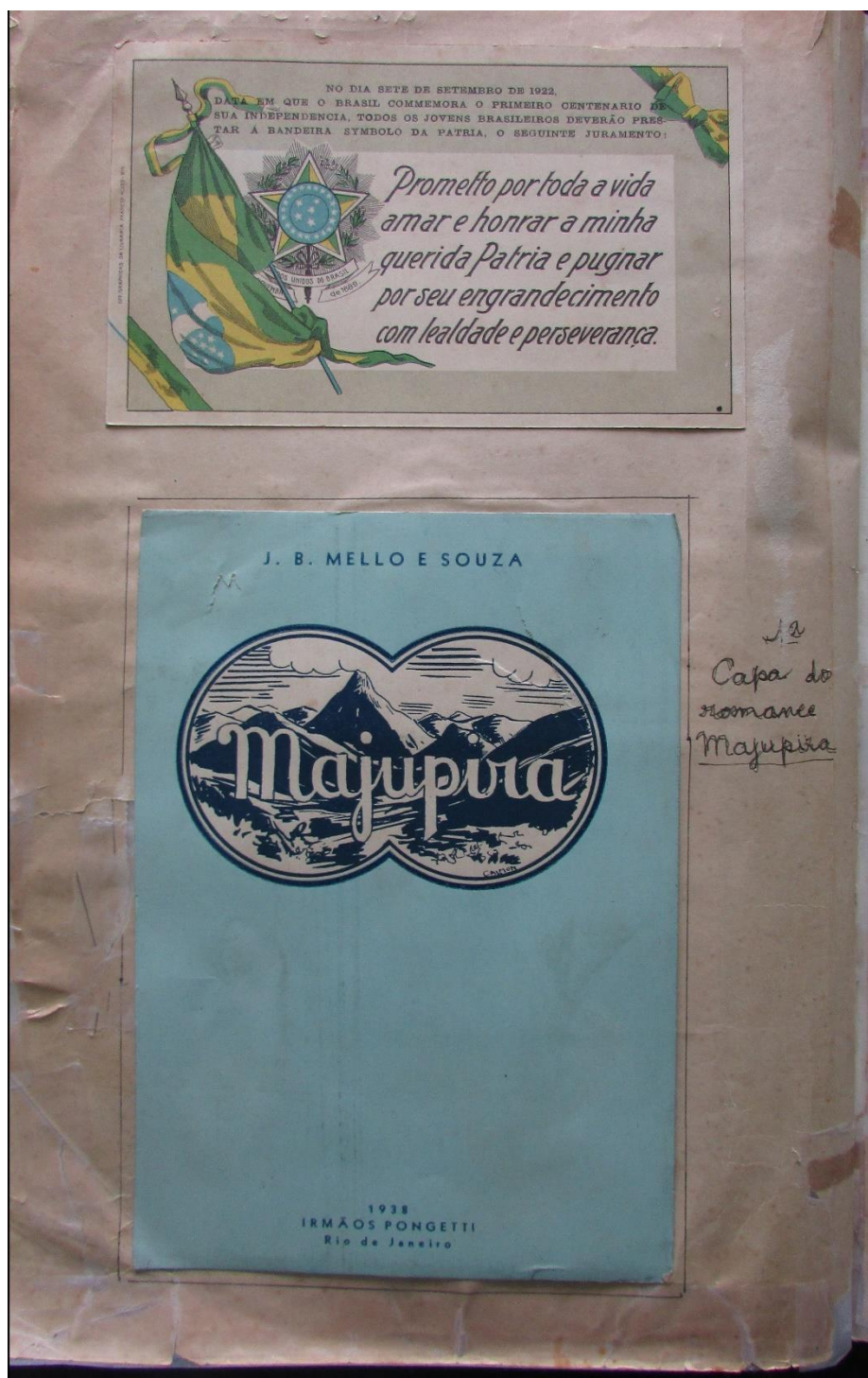


Conferência Interestadual
do
Ensino Primário

CORRESPONDENCIA:

O Centro dos Coadjuvantes Professores dos Cursos Nocturnos pede-nos para comunicarmos a abertura do seu cinema pedagógico. A função vai começar com a fita kilométrica: "O Congresso Pedagógico". A entrada é gratuita.

Reprodução fotográfica da página 123 do álbum *Lembranças de In Illo Tempore*.

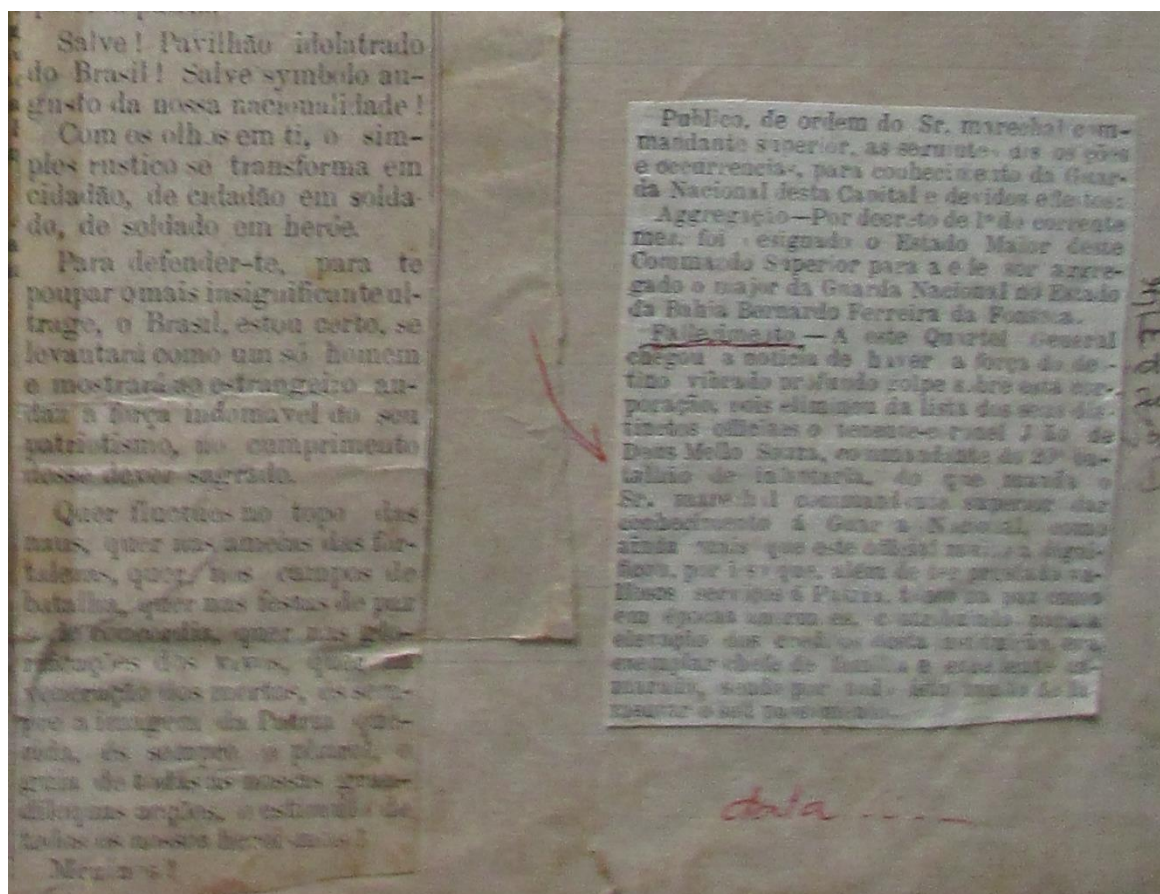


Fontes avulsas dispostas em pasta para organização da pesquisa.

PÁGINA	DESCRIÇÃO
01	Introdução Moral e Cívica + Poema
02	Poema: DULCE
03	Comprovante de recebimento de quantia relativa a venda de terreno
04	Artigo Jornal: A Delapidação dos dinheiros públicos
05	Livreto: 1º Centenário do Colégio Pedro II
06	Jornal sobre o Hino Nacional
07	O episódio das Termópilas (datilografado)
08	Vamos aprender Esperanto
09	Comissão Oficial na Califórnia (1956 - 1957)
10	How Mister John Made Friends With U.S.A – tradução
11	Livreto: Lembranças do Colégio São Paulo
12	Livreto: Página do Mestre - variações sobre a História
13	Livreto Homenagem aos 80 anos de João Baptista de Mello e Souza: O Professor do Nosso Tempo
14	Coluna jornal: Nota de falecimento de João Baptista de Mello e Souza
15	Foto: Equipe de trabalho do Ministro do Justiça Vianna
16	Cartão - postal de Paris, em 1942
17	Foto: João Baptista de Mello e Souza
18	Foto: João Baptista de Mello e Souza
19	Anotações: Práticas pedagógicas no ensino de História
20	Letra de música: Noite de São João
21	Anotações de Ayrton Frick
22	<i>E-mails</i> e cartas de Carolina Pimenta Mello e Souza Frick para Sônia Maria da Silva Gabriel

Anexo 2

Reprodução fotográfica da página 83 do álbum *Lembranças de In Illo Tempore*.



Anexo 3

Publicações anotadas conforme organização do autor:

Canções da Escola e do Lar. Coleção de hinos escolares e cantos infantis, separata do “Hinário” e do “Cancioneiro” editados pela Secretaria do Interior do Estado de Minas, edição Bevilacqua, 1926.

Uma Viagem pelas Estrelas. Contos infantis, edição “A Encadernadora”, Rio de Janeiro, 1929.

A Idéia da Independência na América e O Ensino da História na Formação do Carácter. Teses de concurso, 1926.

Majupira. Romance de costumes brasileiros da atualidade, 1ª edição de Pongetti, Rio de Janeiro, 1938; 2ª edição na série Saraiva, da editora Saraiva S/A, de São Paulo, 1949.

Estudantes de Meu Tempo: crônicas do antigo Colégio Pedro II, 1ª edição da editora Alba, Rio de Janeiro, 1943; 2ª edição das Oficinas Gráficas do Internato do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 1958.

Meninos de Queluz: crônica de saudade. Premiado pela Academia Brasileira de Letras, Prêmio “Joaquim Nabuco”, em 1948. Edição especial da Editora Aurora, Rio de Janeiro, de mil exemplares numerados, e rubricados pelo autor. Fora do mercado. Com uma capa ilustrada por Carolina Mello e Souza Frick, e uma tricomia e ilustrações de Henrique Cavalleiro. 1949.

Teatro Grego. Tradução de “Prometeu Acorrentado” de Esquilo, “O Rei Édipo” e “Antígone” de Sófocles, “Alceste” e “Eletra” de Eurípedes, da série “Clássicos Jackson”, Rio de Janeiro, 1950. Com prefácio e notas elucidativas do tradutor.

Cliomania, série de trinta e cinco episódios radiofônicos elaborados para “Rádio Teatro” do Colégio Pedro II, e transmitidos pela Emissora do Ministério da Educação em 1948 e 1949.

Histórias do Rio Paraíba: lendas, tradições e casos colhidos nas cidades e povoações banhadas pelo rio Paraíba do Sul. Com ilustrações de H. Cavalleiro, Eros Lima e Carolina M. S. Frick. Editora Aurora, Rio de Janeiro, 1951. 2ª edição, Coleção Saraiva, da editora Saraiva S/A, de São Paulo, 1969.

À Sombra do Bambual: comédia de costumes norte-americanos. Coleção Dionysos do Serviço Nacional do Teatro, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1955.

Sete Lendas de Amor e Outras Poesias, editora Companhia Brasileira de Artes Gráficas, Rio de Janeiro, 1959.

O Homem Sem Pátria e Outras Histórias: contos famosos, de várias épocas e várias literaturas, extraído da série Cliomania, Edições Melhoramentos, São Paulo, 1ª edição 1963, 2ª edição 1968.

Histórias Famosas do Velho Mundo. Editora Saraiva, São Paulo, 1966.

Sacuntala de Calidasa e Outras Histórias de Heroísmo e Amor da Antiga Índia. Editora Ediouro, Rio de Janeiro, s/d.

Lendas Medievais. Editora Ediouro, Rio de Janeiro, s/d.

Publicações didáticas, conforme organização do autor:

Português – gramática elementar para curso de admissão. Ed. Civilização Brasileira, 1936.

História do Brasil, manual elementar para curso de admissão. Ed. Civilização Brasileira, 1936.

Manual de Admissão

Cecil Thiré – Catedrático de Matemática do Colégio Pedro II

J. B. de Mello e Souza – Catedrático de História da Civilização do Colégio Pedro II

Rigorosamente de acordo com os atuais programas de ensino aprovados pelo Ministério da Educação e Saúde, 1946, 8ª Edição, Rio de Janeiro.

História da América

J. B. de Mello e Souza _ Professor Catedrático do Colégio Pedro II, do Instituto de Educação e da Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal. Elaborada de acordo com os programas em vigor nos termos da lei nº 1359 de 25 de abril de 1951, para a 2ª Série Ginasial.
- Mapas da professora Carolina Mello e Souza Frick – 1952 – Gráfica Editora Aurora, Ltda.

História Geral - Antiguidade e Idade Média

J. B. de Mello e Souza – com o concurso do Professor Antonio Traverso, Assistente da Faculdade de Filosofia da U.D.F. Mapas da professora Carolina Mello e Souza Frick. 1956 _ Gráfica Editora Aurora, Ltda.

História do Brasil

J. B. de Mello e Souza - Professor Catedrático do Colégio Pedro II, do Instituto de Educação e da Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal. Elaborada de acordo com os programas em vigor para a 1ª Série do Curso Ginásial. – 3ª Edição _ Mapas da Professora Carolina Mello e Souza Frick. – 1959 _ Gráfica Editora Aurora Ltda.

Anexo 4

Reprodução fotográfica de documento à página 04 das fontes avulsas dispostas em pasta para organização da pesquisa (Anexo 1).

19-5-931

A delapidação dos dinheiros publicos

Como definir as responsabilidades no escandaloso caso do Ministerio da Justiça — Fala-nos o sr. Mello e Souza, ex-chefe do gabinete do sr. Vianna do Castello

O formidavel interesse despertado no espirito publico pela publicação das despesas feitas pelo gabinete do ministro Vianna do Castello e pela denuncia offerecida pela Procuradoria á Junta de Sanções, levou-nos a procurar hoje o dr. Mello e Souza, ex-diretor do mesmo gabinete, a quem queriamos pedir informações sobre o ruído caso. Informados de que aquelle professor daria suas aulas no Externato Pedro II, das 8 ás 11 horas, lá fomos ter, e conseguimos que no curto intervallo regulamentar entre duas dessas aulas, elle nos recebesse, o que fez com captivantes attensões.

— Como vê — disse-nos desde

caram em cerca de 2.000 contos; que as "impressionantes" gratificações mensalmente abonadas só ao pessoal subalterno da Secretaria (para alimentação) e, periodicamente a todo o pessoal da Secretaria, inclusive o Gabinete, com excepção unica do ministro, atingiram, nos quatro annos, a pouco mais de 300 contos; e que o restante foi despendido em publicações, commissões reservadas, pequenos auxilios abonados pelo ministro a indigentes e a pobres aleijados, subvencões a institutos de caridade, aos famintos de Magé, e nas despesas reservadas feitas pessoalmente pelo ministro, orçando tudo em cerca de dois mil contos.

COMO ERA "RECEBIDO" O DINHEIRO

— Mas, se o processo do pagamento era legal, e os pagamentos ordenados pelo ministro, que visava todos os cheques, onde a sua responsabilidade?

— Onde? E' o que eu não sei. E' o que eu tenho procurado em vão saber. Affirmam alguns jornaes que eu recebi milhares e milhares de contos, e que o distribuia. E' falsissimo. Eu, de ordem do ministro, a cada novo deposito comparecia no Banco e ali passava um recibo, para que a gerencia do Banco o remetesse ao Ministerio da Fazenda. Mas eu nunca recebi, de facto, essas quantias. Ellas eram lançadas no credito das cadernetas. Eu nem via o dinheiro. E eu não podia sacar um tostão do Banco sem cheque rubricado pelo ministro.

Tudo isso, e muitas outras coisas, direi em minha defesa, que aliás pretendo publicar amanhã, pela imprensa. Se se deu ampla publicidade á accusação contra mim erguida, a qual eu considero mais que uma ignominia, uma monstruosidade, ninguém de boa fé me poderá negar o direito de publicar tambem minha defesa.



Prof. Mello e Souza

logo o dr. Mello e Souza — estou inteiramente calmo e tranquillo, entregue a meus affazeres. Aliás, as inumeras demonstrações e protestos de solidariedade que tenho recebido de amigos, collegas e discipulos, confortam-me profundamente e fortalecem a convicção em que me acho, de que minha inclusão nessa denuncia iniqua e absurda é a maior das ignominias.

E o dr. Mello e Souza proseguiu, depois de attender carinhosamente a um grupo de alumnos que pediam a transferencia de uma sabbatina:

— Quanto ás despesas, infelizmente, não tenho aqui meus papeis, o que me impede de citar.

governamental. Não sei, porém, onde e como descolaram certos jarrões (e distribuíam em outras garrafas) que o Ministério despendeu ilegalmente 153 mil contos de réis. Isso se pôde provar ou de manifesta ignorância, ou de premeditado propósito de iludir o público, dando ao caso as proporções de um escândalo ultra-colossal.

Posso afirmar e provar que todas as despesas que o gabinete liquidou, por ordem do ministro, em cheques que eu emitia (de qualificação de director) o que se exhumava, importaram em cerca de 19.290 contos, nas três contas correntes que havia (sendo duas de "ordem pública", e uma de "combate ao zorbo de febre amarella").

UM SALDO NO THESOURO ?

— E' curiosa, entretanto, que nem a Commissão do Syndicatura, nem o Procurador, alludam ao saldo que o gabinete deixou no Banco, saldo esse superior a dois mil contos de réis...

Desse saldo, segundo li nos formos, numa parcella de 26:000\$000, mais ou menos, foi reposta no Thezouro em novellas a fim. Quanto as outras, não sei que destino tiveram, nem quem sahira.

A LEGALIDADE DOS DEPOSITOS

Quanto a legalidade dos depositos no Banco, affirmo-me com absoluta segurança o professor Mello e Souza:

— A tal respeito, não pôde haver duvida. Basta lembrar que os dois primeiros depositos, de 1.850 contos, ambos de 1927, foram autorizados pelo actual chefe do Estado, dr. Getulio Vargas, então ministro da Fazenda. Apesar das insinuações malevolas de um certo sr. Somente, "sol-dant" tecnico, ouvido pela Commissão do Syndicatura, ninguém creia que o sr. consentisse em autorisar uma providencia illegal.

COMO ERAM IMPORTUADOS OS PAGAMENTOS

Todos os pagamentos foram ordenados pelo ministro, e muitos elle proprio effectou por meio de cheques ao portador, em despesas reservadas de que eu não tinha sciencia nem recebia documentos. Isso mesmo a ex. declarou, com a notoria d'alma que a caracteriza, em seu depoimento. Folia eu, simples funcionario, impugnar essas actas e arvorar-me em "Tribuna de Contas" das despesas reservadas do governo? Não, evidentemente.

Grosso modo asseguro-lhe que as despesas absolutamente legaes e documentadas, com a manutenção da ordem, importaram em mais de 4.000 contos; que as despesas, absolutamente legaes e documentadas, com o combate à febre amarella, orçaram em mais de 11.000 contos; que as subvenções nas obras caritativas, para os grandes prestitos que são o folgado predilecto desta bria gente carioca, importaram em 1.200 contos (despesas que sempre, a serem pagas, foram pagas pela forma agora impugnada); que as obras hegerias em hospitais, asilos, institutos de ensino e outras repartições de immediata utilidade para os necessitados e as obras e fornecimentos feitos, a título de adiantamento, à Casa Rio Barbosa e ao Palácio Guanabara, or-